

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CECILIA LUIZ DE OLIVEIRA

TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS:

Descortinando os Territórios Negros de Cabo Frio

Rio de Janeiro
2024

CECILIA LUIZ DE OLIVEIRA

TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS:

Descortinando os Territórios Negros de Cabo Frio

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

O48t Oliveira, Cecília Luiz de
Territórios de memórias: descortinando os
territórios negros de Cabo Frio / Cecília Luiz de
Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2024.
152 f.

Orientador: Renato Emerson Nascimento dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Quilombos. 2. Territórios negros. 3. Memória.
4. Universidade Federal do Rio de Janeiro. I.
Santos, Renato Emerson Nascimento dos, orient. II.
Título.

Cecília Luiz de Oliveira

Territórios de Memórias: Descortinando os Territórios Negros de Cabo Frio

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 06/12/2024

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS
Data: 31/03/2025 12:25:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

 Documento assinado digitalmente
AMAURO MENDES PEREIRA
Data: 31/03/2025 13:42:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Amauri Mendes Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ,


Prof. Dra. Joselina da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

 Documento assinado digitalmente
SORAYA SILVEIRA SIMÕES
Data: 31/03/2025 08:18:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Soraya Simões

Instituto de Planejamento Urbano e Regional - UFRRJ



Fonte: Quilombo Botafogo, 2024 (Acervo pessoal da pesquisadora).

Dedico esta pesquisa a militância do Movimento Negro de Cabo Frio e a todos/as quilombolas que resistem desde que seus antepassados foram traficados para este país sendo construtores de toda a riqueza que aqui existe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer ao Sagrado, aos meus Orixás que estão presentes, para a nossa proteção, nos dando força e coragem, permitindo a nossa existência neste espaço, é Senhor da vida, alegrias e tristezas, das certezas, muitas incertezas, amor e ódio, onde o certo e errado são conceitos relativos e dependem do ponto das encruzas que são observados.

Os caminhos e as escolhas tem que ser feitos, agradeço a oportunidade de compartilhar conhecimentos e peço sabedoria para na sua utilização.

Agradeço aos meus pais, *in memoriam* que mesmo não compreendendo a motivação dos meus estudos, fincaram a base e gastaram tempo e os poucos recursos que tinham para a minha formação inicial.

Ao meu companheiro de quem venho roubando o tempo de conversas, passeios e de intimidades para a dedicação deste estudo.

Aos amigos próximos aos quais tenho privado da minha presença para o lazer, jogar conversa fora, dos chopinhos, ou seja, fortalecendo vínculos de afetividade.

Aos moradores do Bairro da Passagem, aos Quilombolas, aos militantes do Movimento Negro e de Mulheres Negras, que me ofereceram seu tempo, suas memórias, e possibilitaram minha pesquisa para a produção deste texto.

A minha amiga Elízia Januária da Silva que com suas palavras sempre elogiava o trabalho, estabelecia trocas interessantes e falava que eu estava no caminho certo. Ao meu orientador pela sua paciência e indicações relevantes, mudanças de rumos, na construção desta dissertação, tendo vista as circunstâncias iniciais deste mestrado, onde os encontros de forma síncrona nos privaram do debate presencial, numa troca em que a emoção se apresenta através do contato e como expressão maior da afetividade.

Ressalto que superado este processo, a distância não nos privou na produção do conhecimento, da orientação e comprometimento com a formação de novas pesquisadoras e pela atuação acadêmica desta dissertação cuja orientação se deu de forma a possibilitar a construção do presente texto.

Agradeço a forma afetuosa e carinhosa da Banca de Qualificação, com a Professora Joselina da Silva e do Professor Amauri Mendes Pereira cuja orientação possibilitou a ampliação do debate acadêmico.

No mais agradeço ao universo por me permitir concluir esta etapa de um sonho que não sonhei sozinha, mas em conjunto.

Dizemo-lo mais uma vez: o racismo não é uma descoberta acidental. Não é um elemento escondido, dissimulado. Não se exigem esforços sobre-humanos para o pôr em evidência.

O racismo entra pelos olhos adentro precisamente porque se insere num conjunto caracterizado: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens, por outro que chegou a um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que, na maioria das vezes, a opressão militar e econômica precede, possibilita e legitima o racismo.

(parágrafos do texto da intervenção de Frantz Fanon no Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956).

RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo geral investigar através da história as lutas do movimento negro por direito a memória na cidade de Cabo Frio. Nossa abordagem busca evidenciar a presença e contribuição da população negra na história e cultura do município de Cabo Frio, combatendo a invisibilidade e o silenciamento histórico. A pesquisa se apoia em conceitos de memória e ancestralidade, cultura destacando a importância de resgatar e valorizar essa história por meio da escrita. O ponto de partida são as esculturas e Igrejas localizadas no bairro da Passagem e a resistência protagonizada por diferentes atores do Movimento Negro, como os quilombos e grupos de resistências culturais da cidade a partir das narrativas produzidas pela memória social e coletiva de militantes e moradores dessa parte da cidade. O trabalho procurou explicitar uma hegemonia social que nega a presença das pessoas negras no processo de construção da sociedade, ocultando as manifestações de diferentes culturas produzidas passando pela descaracterização e apropriação no sentido de dominar e ou controlar sociabilidades entendidas como culturais e identitárias. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com moradores do bairro da Passagem, militantes negros da cidade e quilombolas do Quilombo Botafogo. Na conclusão, foi possível identificar que a partir da relação que o sujeito cria com o contexto em que vive, é possível resgatar e preservar a memória, tanto individual quanto coletiva. Reconhecer a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira é preciso. Os quilombos e quilombolas são parte dessa parcela do povo brasileiro que contribui nesse processo. Isto porque a forma de preservação dos costumes, o respeito à natureza e a preocupação com o meio ambiente, o espírito de comunidade, o compartilhamento e trocas entre quilombolas e pessoas externas ao local fazendo ecoar as vozes daquele território revelando o racismo presente diariamente na vida dessas pessoas. Com isso, o sentido de um trabalho em defesa do respeito ao lugar de fala, do acesso a todos os lugares por todas as pessoas, tornando-nos visíveis. Busca-se, dessa forma contribuir com a luta e a organização do movimento negro da cidade que estejam sinalizados nos mapas da cidade, como locais de memória.

Palavras-chave: memória; movimento negro; ancestralidade; cultura quilombo; resistência.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation was to investigate, through history, the struggles of the black movement for the rights to memory in the city of Cabo Frio. Our approach seeks to highlight the presence and contribution of the Black population in the history and culture of the city of Cabo Frio, combating invisibility and historical silencing. The research is based on concepts of memory and ancestry, culture, highlighting the importance of rescuing and valuing this history through writing. The starting point is the sculptures and churches located in the Passagem neighborhood and the resistance led by different actors of the Black Movement, such as the quilombos and cultural resistance groups of the city based on the narratives produced by the social and collective memory of activists and residents of this part of the city. The work sought to make explicit a social hegemony that denies the presence of black people in the process of building society, hiding the manifestations of different cultures produced through mischaracterization and appropriation in order to dominate and/or control sociabilities understood as cultural and identity-based. A qualitative bibliographical study was conducted, with semi-structured interviews with residents of the Passagem neighborhood, black activists from the city and quilombolas from Quilombo Botafogo. In conclusion, it was possible to identify that based on the relationships that the subject creates with the context in which they live, it is possible to rescue and preserve memory, both individual and collective. Recognizing the contribution of black people to the formation of Brazilian society is necessary. Quilombos and quilombolas are part of this portion of the Brazilian people that contributes to this process. This is because the way in which customs are preserved, the respect for nature and concern for the environment, the spirit of community, the sharing and exchanges between quilombolas and people outside the place echo the voices of that territory, revealing the racism present daily in the lives of these people. With this, the meaning of a work in defense of respect for the place of speech, access to all places for all people, making us visible. In this way, the aim is to contribute to the struggle and organization of the black movement in the city that are marked on the city maps, as places of memory.

Keywords: memory; black movement; ancestry; quilombo culture; resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 –	Polícia Militar do Rio de Janeiro	20
Ilustração 2 –	Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros	28
Ilustração 3 –	Mapa do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana	55
Ilustração 4 –	Territórios Quilombolas do município de Cabo Frio	60
Ilustração 5 –	Mapa do Circuito Cultural Turístico e Quilombola	61
Ilustração 6 –	Mapa Ponte da Passagem - Rio de Janeiro	62
Ilustração 7 –	Igreja de São Benedito (Cabo Frio)	63
Ilustração 8 –	Bairro da Passagem (casario)	64
Ilustração 9 –	Bairro da Passagem (mapa aéreo)	66
Ilustração 10 –	Igreja São Benedito	66
Ilustração 11 –	Cartografia Territórios Negros em Cabo Frio	67
Ilustração 12 –	Igreja de São Benedito no bairro da Passagem	70
Ilustração 13 –	O Largo de São Benedito e os capoeiras	71
Ilustração 14 –	Altar residencial de devoção	78
Ilustração 15 –	Dupla Pertença	78
Ilustração 16 –	Principais rotas do tráfico negreiro	79
Ilustração 17 –	Cortejo da Irmandade da Boa Morte na cidade de Cachoeira (BA)	82
Ilustração 18 –	Fazenda Campos Novos e o processo de restauração	93
Ilustração 19 –	Imagem de Santo Antônio de Categeró	94
Ilustração 20 –	Altar já restaurado da capela	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistados/as

95

LISTA DE SIGLAS

CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CENIERJ	Conselho de Entidades do Interior do Rio de Janeiro
CETRABE	Centro de Tradições Afro-brasileiras
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
MART	Museu de Arte Religiosa e Tradicional
MCPGN	Movimento Cabo Friense de Pesquisa das Culturas Negras
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPCN	Instituto de Pesquisa de Cultura Negra
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e artístico
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
ITERJ	Instituto de Terras do Rio
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCR	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
MUHCAB	Museu da História e da Cultura Afro-brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SINBA	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Por que não começar com minhas memórias?.....	14
1.2 Apresentando um caminho metodológico.....	29
2 CONCEITUAÇÃO DE MEMÓRIA E CIDADES.....	35
2.1 Conceito de Cultura, Memória e Ancestralidade.....	35
2.2 Direito à Cidade a partir da Memória.....	43
2.3 Territórios da memória.....	51
3 NEGRO NA HISTÓRIA DE CABO FRIO.....	59
3.1 História negra na cidade de Cabo Frio: os bairros.....	59
3.2 Raízes históricas das memórias do povo negro de Cabo Frio.....	65
3.3 O contexto das irmandades: será o Benedito?.....	73
4 LUTAS NEGRAS POR MEMÓRIAS EM CABO FRIO.....	84
4.1 Na pauta do movimento negro.....	84
4.2 “Disputa de lugar” em Cabo Frio.....	89
4.3 Sobre a metodologia.....	96
4.3.1 Genildo: morador do Quilombo Botafogo.....	97
4.3.2 Senhor João: Quilombo Caveira.....	101
4.3.3 Dona Solange e Dona Sandra: moradoras antigas do Bairro da Passagem.....	105
4.3.4 Meri Damasceno: Bairro da Passagem/Vila Nova.....	107
4.3.5 João Félix: Bairro Passagem.....	112
4.3.6 Manoel Justino: Bairro Vila Nova.....	117
4.3.7 Eliane: Bairro Centro.....	120
4.3.8 Heliamar: Bairro Abissínia.....	122
4.3.9 Flávia: Bairro Passagem.....	125
4.3.10 Margareth: São Cristóvão.....	126
5 CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS.....	135

1 INTRODUÇÃO

Somos herança da memória [...]
Temos a cor da noite,
Filhos de todo acoite,
Fato real de nossa história.

Jorge Aragão

A pesquisa que ora desenvolvo faz parte da observação do movimento negro da cidade de Cabo Frio por disputas da presença da população negra nas narrativas da história da cidade. Tratará das lutas negras na disputa por dar visibilidade à história dos negros na cidade, resgatando a memória que se manifesta através dos relatos orais e da configuração do espaço patrimonial que evidencia haver um movimento que caminha para o silenciamento e a invisibilização da população negra daquele local. Com isso, o trabalho explicita uma organização social que nega a presença das pessoas negras no processo de construção da sociedade, ocultando as manifestações de diferentes culturas produzidas pelas pessoas negras no Bairro da Passagem, passando pela descaracterização e apropriação no sentido de dominar e ou controlar sociabilidades entendidas como culturais e identitárias.

Este estudo não trata apenas de memória, mas também do processo de urbanização que se reproduz sob as determinações de uma sociedade desigual que aparta os negros da cidade. Porém, os negros lutam pela sobrevivência, e uma das formas de fazerem isso é através da resistência nos lugares de memórias.

Para abordar tais elementos, o trabalho está organizado em cinco capítulos que serão apresentados de forma articulada. No primeiro, há uma introdução. O segundo capítulo é teórico, em que são discutidos os conceitos de memória e de cidades com base nas ideias de pesquisadoras e pesquisadores como Santos (1985, 1988), Miraftab (2016), Ribeiro (2020a, 2020b), Halbwachs (1990, 2006), Nora (1993) e Bosi (1979), entre outros.

No terceiro capítulo, temos a história negra em Cabo Frio, partindo de um bairro identificado como um território negro que passa por um processo de urbanização que se desconfigura na natureza de sua narrativa, sobrepondo

sobre o espaço uma série de elementos que levam ao apagamento das memórias negras nele escritas. Assim, o trabalho apresentou opções caracterizadas pelo branqueamento do território na adoção de uma apresentação do espaço renovado e com novas leituras e estratégias diferenciadas. Entre tais leituras e estratégias, encontram-se itens como a instalação de polos gastronômicos, hotéis da rota do charme, sobrepondo sobre os elementos que contam outra narrativa relativa à história oficial, que nega as memórias guardadas através do registro de uma história oral e visual.

No quarto capítulo, inscrevem-se as “Lutas negras por uma memória negra em Cabo Frio”, que passa pela combatividade e pela organização das pautas do movimento negro e de suas reivindicações dos espaços de memórias negras em diferentes “territórios negros”, mapeando os territórios a partir das referências sinalizadas. No quinto e último capítulo, apresentamos a conclusão.

Cumpramos registrar que neste trabalho o amor se faz presente a partir da leitura e escrita de hooks (2021) quando defende que o amor é uma ação transformadora capaz de superar o desejo de poder, visando à construção uma sociedade igualitária, fundamentada na justiça e no compromisso com o bem-estar coletivo, que pode funcionar como uma força motriz capaz de transformar e modificar nossa experiência de vida, principalmente a partir da leitura, usando os livros como parte de um processo terapêutico. Isso se dá a partir da trajetória política da pesquisadora, uma militante do movimento negro, que percebe a importância desse movimento para discussão e resgate dessa caminhada.

1.1 Por que não começar com minhas memórias?

Neste tópico, pretendo resgatar uma memória específica que incentiva, norteia e fortalece este trabalho. “*Por que você lê tanto?*” Essa lembrança leva diretamente ao meu processo de crescimento enquanto indivíduo junto a minha família. A pergunta era feita de maneira recorrente por minha mãe adotiva, uma mulher negra, de origem rural, lavadeira, doméstica, que não tinha domínio da escrita e da leitura, sendo considerada iletrada para os códigos formais educativos,

mas dotada de conhecimento, com grande sabedoria ancestral e estratégica para que sua filha tivesse outra experiência.

O olhar ansioso em torno daquela pergunta remetia a um desejo não concretizado por minha mãe de dominar a leitura. Então, ela passava horas me espreitando, em suas muitas idas e vindas entre o tanque e a cozinha, já deduzindo que, mesmo sem entender direito por que a filha lia tanto, já havia um indício de nossa trajetória seria diferente. Tudo isso com a sabedoria de situações vividas e da ancestralidade. A lembrança sobre a leitura sinaliza uma chave que abre outras memórias profundas, guardadas no subconsciente que é capaz de remontar o passado, resgatando as memórias afetivas do tempo, dos lugares e das relações sociais, processos que contribuíram como uma vivência duradoura.

Sendo assim, e tendo essas memórias que, ainda em movimento, constituem minha natureza, ressoa um incômodo pelo fato de ela permanecer tão viva. A primeira pista já foi descrita como um desejo que minha mãe não alcançou, porém acredito que, dessa memória específica, é possível conhecer ou generalizar o que está por trás disto. É essa crença que me motiva a desvendar o oculto que pode justificar a falta de educação da minha mãe no viés do direito que, embora existisse, ela não o acessava. Ainda que se tratasse de histórias mal contadas, memórias do povo negro manipuladas, apagadas ou desvalorizadas, mesmo assim, o acesso era negado. A pesquisa me impulsiona a resgatar, remontar ou conhecer memórias atravessadas pelo tempo, tendo como material os registros da história oficial e/ ou o resgate oral.

As memórias vivas e ainda em constante movimento são a ponte entre meu passado, meu presente e meu futuro fazendo com que a memória individual não esteja isolada. Ela é parte de uma memória pessoal constituída desde a infância. Frequentemente, tomam como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica (HALBWACHS, 1990, p. 57-59).

Sobre o futuro só podemos indicar uma projeção do que queremos para mim, minha comunidade e a sociedade em geral. Isso é demonstrado na trajetória, em cada tomada de decisão e em quais valores aceitamos para nós e para os outros. Aqui, comecei a indicar a vida de uma mulher negra na nossa sociedade, que apresenta diferentes níveis de opressão baseados por um racismo estrutural que

alcança diferentes setores da sociedade, ampliado pelo machismo, pela opressão de gênero e de classe, em que a mulher negra geralmente ocupa posições inferiores.

Ao iniciar essa jornada, percorremos um caminho nem sempre linear, um caminho de encruzilhadas ora abertas, ora fechadas, dependendo de como se realiza a busca, contribuindo com a reflexão acumulada de várias informações que vão se acumulando para tomar uma decisão própria a partir da memória.

Dessa maneira, podemos entender resumidamente que ela é constituída a partir do contexto social, que parte da individualidade, envolvendo a comunidade e desembocando num contexto social mais complexo. Trata-se das relações intermediadas por distintas instituições que tecem o meio social e o cotidiano, como família, escola, cultura e trabalho. Tudo isso acontece em um constante movimento, que liga passado e presente e possibilita resgatar memórias importantes, ou até mesmo memórias fundantes da história. Isto é a vida vivida, em permanente movimento, é elo com o passado para que este não se perca.

Assim, minha pesquisa utiliza meu entendimento sobre a forma como a memória se manifesta e se efetiva na construção da sociedade com base no meu referencial social, na análise de diferentes culturas no bairro em que nasci, da cidade em que escolhi morar, da invisibilidade das pessoas negras que vivem em uma parte esquecida do município, das diferentes culturas e identidades que perpassam todos esses lugares e tempos passado e presente. Dessa maneira, me constituo diariamente como cidadã pertencente aos espaços em que vivo.

Os quatro capítulos deste texto serão apresentados de forma articulada, procurando responder nossas indagações iniciais a partir do referencial teórico e dos objetivos, com discussão dos conceitos de memória e cidades. Dessa forma, será produzindo um mapeamento dos territórios negros a partir das referências sinalizadas. Neste sentido, tenho buscado analisar as relações existentes entre os indivíduos e os caminhos escolhidos para chegar à compreensão de quem sou e de como as relações estabelecidas no grupo de referência do qual faço parte me afetam.

Tais pontuações e reflexões encontram apoio em Milton Santos (1977, 1980, 1987, 1997, 2000, 2006, 2012, 2014), quando sua produção considera o espaço geográfico como local privilegiado de reprodução das relações sociais. O autor pontua ainda a importância do cotidiano para plasmar a existência e a experiência do mundo vivido e caracterizar o espaço do dia-a-dia que possibilita as

manifestações de sociabilidade através das práticas inventivas e dotadas de originalidade, mesmo com os limites institucionais e regras que caracterizam a utilização dos espaços:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a continuidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, M., 2012, p. 217).

Dessa maneira, contar a trajetória de uma mulher negra, que não é a minha mãe, mas é fruto do resultado que ela deixou demonstra grande relevância porque funde as memórias e histórias que implicam em novas escolhas.

Nesta introdução, permito-me, para evidenciar meu lugar de fala, revelar minha trajetória enriquecida de memórias, o que resultou em diversos vetores, sendo um deles a escrita. Mas ainda é válido mencionar as interseccionalidades presentes na discussão de gênero, que permeiam a questão de raça e classe, pois mostra o que me torno todos os dias: uma mulher que luta contra todos os tipos de opressão, que, ao longo dos séculos, insiste em reforçar padrões hegemônicos.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1983, p. 225).

Especificamente, falo do racismo, e de suas consequências em nossa vida, conforme afirmação de Silva (2021):

o racismo ronda sua existência na condição de um fantasma desde o seu nascimento, ninguém o vê, mas ele existe; embora presente na memória social e atualizado através do preconceito e da discriminação racial, ele é sistematicamente negado, se constituindo num problema social com efeitos drásticos sobre o indivíduo (SILVA, 2021, p. 16).

A maneira como o racismo se apresenta é diversa, dependendo de quem o vivencia, de modo que as dores dele advindas se manifestam com maior ou menos intensidade, a depender da percepção de cada um, que se constitui com base na consciência acerca dos processos históricos que explicam os modos como o racismo estrutura a sociedade brasileira. Isso nos faz lembrar o que é dito por

Quijano (1992) que define a colonialidade como uma matriz mundial de dominação dentro do modelo capitalista fundada na classificação racial e étnica, sendo esta matriz organizadora das diversas dimensões das relações de gênero, da sexualidade, das organizações políticas, do mundo do trabalho e da autoridade estendendo-se à subjetividade e às estruturas de conhecimento.

Assim, também a escolha do tema deste trabalho está vinculada a minha vivência na luta contra o racismo, compartilhada através do engajamento no movimento negro e da vontade de descobrir memórias que estavam silenciadas fazendo com que muitas lembranças fossem acionadas e muitas perguntas que fervilharam possam ser respondidas através do conhecimento da história da cidade.

Parte deste espaço, o núcleo inicial fundante da cidade, denominado bairro da Passagem, é apresentado com a proposta para desvendar “*o que está por trás*” das memórias guardadas naquele lugar, quais delas faziam sentido para as imagens ali representadas e quais indicavam a presença da cultura negra naquele local. Desse modo, há uma provocação para que se perceba que uma cidade não é construída a partir de uma única narrativa.

Como também há interesse de que é preciso conhecer, resgatar, compartilhar e valorizar as memórias constituídas a partir desse processo, histórias que foram submetidas ao esquecimento, a fim de “pôr à frente” toda uma cultura, resgatando as memórias como uma forma de reconhecimento da diversidade multirracial.

Essa cidade é o meu lugar de moradia e vivência cotidiana. Nela, vivo em seu movimento provinciano e sazonal os contatos e a inserção com um movimento negro diferente do que vivenciei na capital. Entretanto, tal movimento não menos combativo do que aquele, porque pauta a defesa dos territórios negros grafados pela cidade, que se articulam e interagem com as instituições pela construção de políticas sociais e está presente nas lutas pelos direitos humanos da população negra da cidade.

As relações que tenho estabelecido com as cidades da região metropolitana e do interior remontam minha adolescência na década de 1980, quando me torno uma militante da luta contra o racismo, sendo essa adesão um divisor de águas em minha vida. O Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) criado em 1975 funcionava como um “polo irradiador contra o racismo”, expressão cunhada pelo militante/professor Amauri Mendes Pereira, na mesma época. Ter uma entidade que discutia racismo e negritude com toda a complexidade que isso envolva ainda no

período da Ditadura e quando se dizia que no Brasil não havia racismo remete a Milton Santos na obra “Território de Sociedade” (2000) quando diz que a biografia de uma pessoa é influenciada pela sua história pessoal. Santos (2000) lembra que foi criado para ser uma pessoa bem situada na sociedade, apesar da pobreza familiar pela parte materna:

Minha avó trazia a produção para entregar no mercado e andava de pé no chão. Do lado da minha mãe era diferente. Minha mãe é de uma pequena burguesia negra antiga. Meus avós maternos eram professores primários, antes da abolição. Meu avô foi prefeito de Glória, no rio São Francisco, meu bisavô era amigo de Ruy Barbosa. Havia uma pequena burguesia negra que tinha espaço naquela sociedade, uma posição artística, sabia as regras de andar na rua com uma senhora, como falar com uma pessoa bem situada, o lugar que a mulher deveria ocupar a mesa, como pegar a faca. Era tudo aquele respingo da corte na classe média, que não era bem uma classe média, porque isso ainda não havia (...). Por isso tive uma educação que me levou a não saber o que era candomblé, da mesma maneira que me levou a jamais ter entrado num campo de futebol - até hoje não conheço, aliás, um estádio. Você fala de negritude, e ela está presente pela minha própria condição física, mas ao mesmo tempo tive a educação para ser um homem da corte, um homem da vida social plena (SANTOS, M., 2000, p. 85).

Souza (2021, p. 9) afirma que o “racismo racial é o elemento central da sociedade brasileira moderna e o grande responsável pelo atraso moral, social e político do Brasil”. Lendo o depoimento de Milton Santos (2000) é possível afirmar que essa é uma verdade difícil de ser desconstruída, visto que o racismo tem diversas formas, tanto aquelas do período da escravização quanto o chamado racismo estrutural que está no cotidiano dos negros brasileiros e assume outras formas para poder continuar existindo. “A história do Brasil moderno é a história dessas máscaras”. Para superar a dimensão da mera “convicção”, afetiva e desinformada, é necessário reconstruir não somente o que o racismo destrói nas pessoas, mas também todas as múltiplas formas que ele assume (SOUZA, 2021, p. 9).

Pereira (2011, p. 72) corrobora com esse entendimento ao dizer que:

o conceito de pensamento social no Brasil geralmente se refere aquele produzido no âmbito da intelectualidade das classes dominantes sobre as questões sociais e perspectivas para a nação que se pretendia/pretende criar”. Ainda que estejamos tratando de uma cidade, estamos falando de racismo e da forma como ele se estrutura para manter os negros distantes do centro de poder, o que demonstra que “o pensamento social é racial” (PEREIRA, 2011, p. 71).

Uma das demonstrações do quanto o racismo foi “normalizado” na sociedade brasileira está em uma das memórias mais pungentes daquela época que foi a foto

do Jornal do Brasil, de 1982, com homens presos pelo pescoço com uma corda, com a seguinte chamada: “homens presos pelo pescoço com uma corda, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, com a seguinte chamada: “Polícia Militar do Rio de Janeiro em blitz no Morro da Coroa e Cachoeirinha prende favelados pelo pescoço, um tipo inusitado de algema”, na primeira página do jornal em mais uma demonstração de racismo institucionalizado. É preciso lembrar que o autoritarismo demonstrado por uma força de segurança ainda era e é pungente. Não existe uma preocupação de que os direitos das pessoas estão sendo violados. Essa foto mostra, em uma época que o celular não era popular, que as pessoas tinham muito medo de denunciar, veremos que as pessoas que têm sua imagem destruída são negras conforme ilustração 1.

Ilustração 1 – Polícia Militar do Rio de Janeiro.



Fonte: Jornal do Brasil. Foto de Luiz Morier. 29/09/1982.

Nesse dia o telefone do IPCN não parou! Todas as pessoas envolvidas com a luta que dispunham de tempo foram para a instituição, que organizou uma passeata com cartazes, faixas e manifesto no mesmo dia. A matéria publicada com aquela imagem gerou uma grande indignação, pois comprovava nosso sentimento do dia a dia de que a escravidão não acabou. A indignação deu origem à mobilização, o que revelava que estamos todos prontos para o que poderia vir.

Sabíamos que a população negra sempre esteve à margem da sociedade por conta da insistente falácia da democracia racial. Entretanto, faltando apenas oito anos para completar cem anos da “farsa da abolição”, não acreditávamos ser retratados desta forma, como escravizados destituídos de humanidade.

Cabe ressaltar que nos organizamos dentro do estado (capital, região metropolitana e Interior) e regionalmente (Sul e Sudeste), constituindo encontros e seminários periódicos dentro do estado, e nacionalmente e internacionalmente, em convenções com propostas de organização da luta antirracista. Esse também foi um período em que as mulheres negras não viam contempladas suas demandas por reparação e propunham ações por equidade ao movimento geral de mulheres. É possível afirmar a efervescência na constituição de grupos específicos de mulheres negras que lutavam pelo reconhecimento emancipatório e autonomia da população negra, fundado na concepção de cidadania, sendo também cidadão de direitos.

A necessidade de criação de um movimento de mulheres negras se deu devido a críticas ainda eram "sujeitos implícitos". A ideia de igualdade era uma ideia e as diferenças entre homens e mulheres eram desconsideradas. A opressão interna articulando racismo e sexismo era uma realidade a ser combatida pelas militantes, trazendo um enegrecimento da pauta feminista, e uma "*sexualização*" do movimento negro buscando construir a diversificação das práticas políticas em uma dupla perspectiva, que afirmava novos sujeitos políticos e exigia o reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos (Carneiro, 2003).

Essa compreensão levou a criação de diversas entidades do movimento negro, a discussão do racismo e o processo de exclusão dos negros do mercado de trabalho patrocinados pelo CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, organizados pela militante negra e historiadora Beatriz Nascimento em 1973, em 1976, no Rio de Janeiro, o IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) e a SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) e Movimento de Mulheres de Favelas e Periferias, e, principalmente, no Rio Grande do Sul o Grupo Palmares, que foi o responsável por propor a data de 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como Dia Nacional da Consciência Negra em 1971, apenas para citar alguns desses importantes movimentos criados da década de 1970 a 1980.

Cabe um destaque para a criação do Movimento Negro Unificado pela Discriminação Racial (MNUDR), posteriormente mantido apenas Movimento Negro Unificado. Além de acompanhar e participar desses movimentos, fui me fortalecendo, e, a partir daí me tornei uma militante, juntamente com outras mulheres, do Coletivo da Rede das Pretas da Região dos Lagos, cuja sede principal fica na cidade do Rio de Janeiro e suas fundadoras participam do Fórum Nacional

de Mulheres Negras. Em Cabo Frio, essa organização ocorre a partir do Grupo Insurgente, que realiza ações de caráter formativo, lúdico e assistencial com uma atuação significativa ali e em outros municípios da região.

Essas vivências foram iniciadas durante o curso de graduação da Universidade Fluminense (UFF), com minha formação acadêmica como bacharel em Serviço Social, em que meu trabalho de conclusão de curso no ano de 1985, segundo a professora Roseli Rocha, da Faculdade de Serviço Social da UFF, foi o primeiro a discutir a relação racial na prisão, referência para as outras alunas, para discutirem o tema em outras áreas das políticas de assistência agregada a experiências reais, promovendo um olhar crítico na dinâmica social das cidades.

Posteriormente, apresentei um estudo sobre Santa Cruz, o bairro periférico mais distante do centro do município do Rio de Janeiro e as políticas públicas disponibilizadas para a população da área, comparando investimentos *versus* receitas tributárias, constatando que, nas áreas centrais, os investimentos eram superiores.

Para além das questões apresentadas, a reivindicação do movimento negro é pelo reconhecimento das narrativas das memórias negras em diferentes cidades brasileiras onde a presença dos negros que foram escravizados tem destaque em função dos círculos econômicos que se utilizavam dessa mão de obra durante o processo de trabalho.

Nesse contexto, o IPCN realizava constantemente debates em espaços públicos nos diferentes bairros e na região metropolitana do Rio de Janeiro, usando um texto-manifesto intitulado “Porque devemos lutar contra o racismo”, com suporte de uma banca montada em locais de grande circulação no Centro do Rio e outras cidades da região metropolitana.

Na década de 1980, um fato marcante, rechaçado pelo movimento negro, foi a explosão de bombas em bancas de jornal.

Participávamos de todos os movimentos políticos de cunho democrático para o exercício da cidadania, tais como o movimento pelas “Diretas Já”. Colocamos nossas ideias nas ruas através de parcerias formais e informais. Atualmente, vários teóricos, como Miraftab (2016), dizem que essas ações podem ser consideradas como planejamento insurgente que inclui outras formas de ação criadas por pessoas que não fazem parte do grupo dos poderosos através da inclusão de comunidades e vozes locais e não são sancionadas por eles (espaços convidados). Ou seja, os

espaços inventados são ações que dão respostas criativas do movimento para uma dada situação com uma concepção diferenciada de justiça social, baseada no reconhecimento da diferença e de sua política. Ao contrário:

Tal compreensão da justiça faz o debate da inclusão passar da representação para a autodeterminação — uma mudança na perspectiva que valida a ação direta coletiva de cidadãos e que volta da democracia representativa para a democracia participativa (MIRAFTAB, 2016, p. 368).

Encontrei meu lugar no mundo ao me tornar militante, o que possibilitou encontrar respostas para várias perguntas que foram formuladas em torno das condições urbanas do meu local de moradia, da dificuldade para acessar a rede educacional, a de saúde e a de assistência, em um local caracterizado por total ausência de serviços públicos que indicavam as desigualdades vivenciadas pela população negra.

A militância contribuiu para minha formação acadêmica e para a mobilização na luta contra o racismo, com vistas a colaborar para a construção de uma sociedade melhor, com um paradigma mais democrático e cidadão, não baseado na cor da pele, mas sim na busca por direitos humanos para todos, de forma justa e com equidade, visando a uma sociedade sem desigualdades e subalternidade em que os valores não estariam baseados na cor da pele e na classe social, em que se tornar negro não seja considerado um defeito de cor, como se a cidade também não fosse nossa.

Dando continuidade ao pensamento de Miraftab (2016) dentro do contexto brasileiro, é possível perceber a possibilidade de construção de um urbanismo humano na prática do movimento negro quando consegue seguir três princípios. O primeiro deles é a:

transgressão no tempo, lugar e ação porque elas transgridem falsas dicotomias entre espaços convidados e inventados do ativismo; elas transgridem fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais e movem-se além dos laços do tempo através de uma consciência historicizada (MIRAFTAB, 2016, p. 370).

O segundo princípio está relacionado à contra e à anti-hegemonia, “as práticas de planejamento insurgente são anti- e contra hegemônicas. Elas desestabilizam relações de dominação e são especificamente anticapitalistas” (MIRAFTAB, 2016, p. 370). O terceiro princípio é a Imaginação, pois “[...] práticas de planejamento insurgente são imaginativas. Elas recuperam o idealismo por uma sociedade justa” (MIRAFTAB, 2016, p. 370).

Prova disso foi à luta pela liberdade de Nelson Mandela, assim como o movimento “Vidas negras importam”, que cresce a cada dia, exigindo o fim da violência policial e o genocídio da juventude negra, a Marcha Nacional de Mulheres Negras pelo Bem Viver, a Primavera Árabe, a Conferência de Durban, o movimento Décadas pelo Fim do Racismo, que se encerra em 2024, apenas para citar alguns movimentos.

Neste sentido, é desafiador fazer uma pesquisa que remonta às políticas urbanas, resgatando a tríade de minha história de mulher negra favelada, minha escolha profissional e acadêmica, quando apresentei duas monografias sobre o tema e a retomada de minhas origens nessa incursão pelo bairro da Passagem. Isso porque há uma busca da construção de outra narrativa e de escutar o que ecoa de comunidade numa perspectiva quilombo que lá habita, no sentido do que é dito por Nascimento (2009) da ação como instrumento ideológico contra as formas de opressão.

Há também um interesse em conhecer, resgatar e compartilhar e valorizar as memórias constituídas a partir dos espaços que foram criados pela parcela da população negra no período da escravização. Assim, é possível devolver histórias que foram submetidas ao esquecimento, fazendo com que a cultura fosse sistematicamente apagada/silenciada, com o que se promoveu um processo de marginalização, negação com a afirmação da história única, eurocêntrica e universal, negando valores dos povos sequestrados de suas terras.

É nesse caminho que o tratamento das memórias tem importância, pois busca retomar, de fato, a participação da população negra na formação da cidade de Cabo Frio e a atuação do movimento negro na cidade. E isso se dá por meio de reconhecimento da diversidade multirracial, que consequentemente contribuiu na construção de novos posicionamentos. Nesse aspecto, o reconhecimento do universo da população negra na cidade e a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial estimularam o estabelecimento de novas relações com base em um quadro em que a equidade e a igualdade sejam a régua e o compasso e o racismo não seja a base estruturante e determinante das relações.

Como se vê, o tema proposto tem relação com as diferentes dimensões sociais de minha vida e está fundamentalmente articulado à minha militância política no movimento negro. O diálogo estabelecido com as instituições do movimento negro de Cabo Frio que articulam agenda plural comprometidas com o “bem viver”

em que todas estas partes se unem para compor o fio condutor, em que meu pensar não está desassociado do meu sentir e é fundamental na elaboração deste trabalho. Entendo que essas mediações estão presentes no meu processo de conhecimento e de afirmação de uma identidade que se reconhece como um elemento da diáspora, transladado para este país onde construí uma identidade enquanto povo. A afirmação de Fonseca (2021) caminha no mesmo sentido:

baseada na experiência e na vivência, pautada na memória, e não na negação do passado enquanto experiência pretérita e com um alto valor social e cognoscível, posto que não fora esquecido, apagado, excluído ou silenciado, pelo contrário, o que fora aprendido tornou-se patrimônio social e cultural que foi difundido, propagado, distribuído como um valor civilizatório para todos os viventes (FONSECA, 2021, p. 11).

A luta contra o racismo consegue promover uma aliança entre a academia e a minha militância na busca de ferramentas teóricas para o desenvolvimento de projetos e pautas que garantam a valorização de memórias negras como um objetivo e estratégia da luta contra o racismo. Para isso, se torna necessário fortalecer a representatividade negra em um processo de desconstrução da subalternidade histórica promovida por aqueles que estão e querem se manter sozinhos no poder. A importância do povo negro nesse país é mostrada diariamente em todas as áreas. Ser antirracista é lutar e celebrar a nossa contribuição para o fortalecimento da identidade nacional que sem o reconhecimento da importância dos negros na sociedade brasileira fica incompleta.

Chama a atenção a resiliência africana e afro-brasileira mesmo com todas as atrocidades vividas no passado e na contemporaneidade. Cada vez que nos reportamos ao passado encontramos grandes feitos de diversas civilizações como esculturas em máscaras, trançados de corda, estatuetas de madeira, instrumentos musicais, diversidade linguística, o uso do barro, o junco, a pedra, a lama e o óleo de baleia para dar liga a massa usada na construção de casas. Todas as igrejas brasileiras foram construídas por mão de obra negra escravizada em função de terem o domínio das técnicas de construção e arquitetura.

A discussão sobre consciência negra se inicia no seio do movimento negro e “ganha” a universidade em virtude da chegada de alunos e professores negros que mesmo não sendo maioria conseguem discutir que o racismo não é um problema individual, mas está estruturado na sociedade e precisa ser enfrentado diariamente de forma coletiva e, pela sociedade como um todo. Não é um problema de negro,

para que os negros resolvam, Todos tem responsabilidade na sua resolução. Isso exige solidariedade e uma forte aliança antirracista. Muitas leis vêm sendo aprovadas buscando garantir cotas nas diversas áreas serve para mostrar que o poder deve ser dividido para romper o preconceito e a discriminação.

A preservação da memória é uma constante na luta pela recuperação de nossa história. Não podemos ter apenas fragmentos, mas sim ser capazes de refazer a teia que mostra a presença diversificada dos inúmeros povos que foram aportados nesse país. Celebrar nossos heróis é um desafio, mas ao fazer isso, se desconstrói estereótipos de quem não quer reconhecer nossa contribuição.

Assim, dialogo com Neusa Santos Souza (2021), psicanalista formada em Medicina, que trata o sofrimento psíquico como resultante da violência do racismo. A autora traz o entendimento de que o discurso que o sujeito constrói sobre si mesmo pode contribuir para com seu processo de tornar-se negro, ganhando capilaridade em um movimento de militância, que é como me vejo.

Na obra *“Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”*, a autora trata de experiências e vivências de dez pessoas em franca ascensão social vivendo em uma sociedade multirracial, racista e de hegemonia branca que mantém viva a ideologia da democracia racial. Se não houver por parte dessa pessoa um compromisso com a retomada e a recriação da sua história na sua potencialidade, será difícil para esse sujeito negro chegar ao processo de transgressão.

Como parte das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra e da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o Centro Cultural José Bonifácio, situado na cidade do Rio de Janeiro, promoveu nos dias 17 e 18 de novembro de 1997, a Kilunge — Primeira Feira do Livro Afro-Brasileiro. Neste evento, Milton Santos¹ (1997) deu uma entrevista em que falou sobre "As exclusões da globalização: pobres e negros" e pregou a transgressão apontando como isso pode ocorrer:

A herança nos traz, num País como o Brasil, um modelo cívico subalterno ao modelo econômico. Sempre foi assim. Em todos os tempos, o modelo econômico subordina o modelo cívico, basta ver agora as crises da economia brasileira e a palavra de ordem, dita de cima, segundo a qual quem não está de acordo está contra o Brasil, e a frase, dita até nas

¹ A palestra foi transcrita pela equipe da revista Thoth, sob a responsabilidade do Senador da República Abdias Nascimento e editada em Brasília. A íntegra da palestra foi publicada no ano seguinte e está no n. 4, p. 147-160, 1998. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-4.pdf>. Acesso em: 20 mar. de 2024.

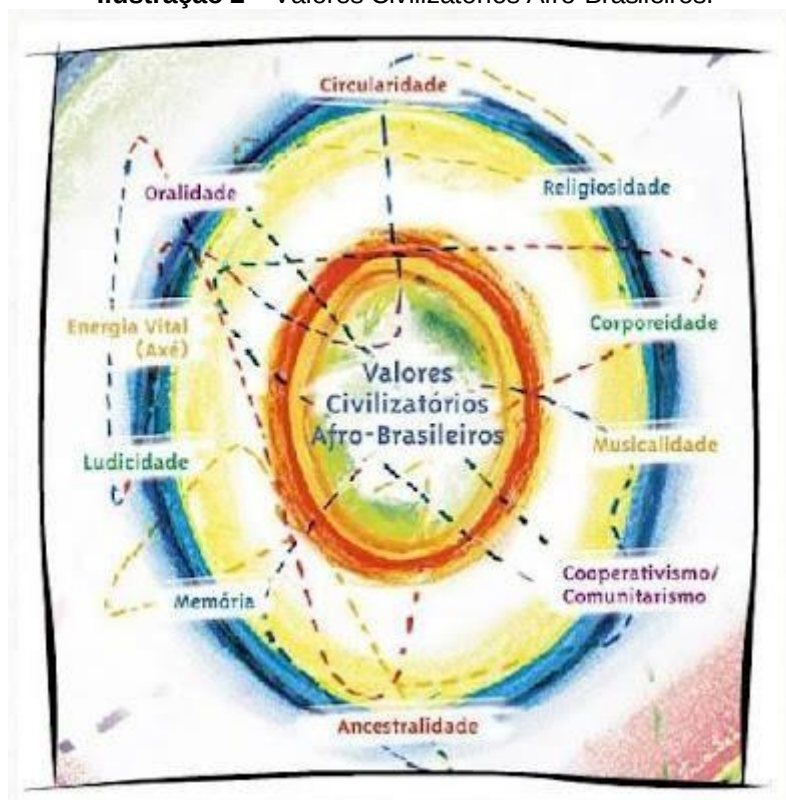
oposições, segundo a qual temos que ajudar o modelo. Isso está ligado a esse peso do modelo econômico em oposição ao modelo cívico. Creio que a história dos negros teria muito a lucrar se fosse reescrita a partir de uma visão que propusesse uma nova escrita com base na questão do modelo cívico. A subalternidade do modelo cívico atrofiou, por exemplo, o debate da previdência no Brasil, assim como atrofia o debate da questão da função pública. Esse debate se empobreceu no Brasil porque se pede aos velhos que cuidem de si próprios, e a sociedade aceita essa demanda hedionda, facilitando a instalação entre nós do projeto segundo o qual os brasileiros assistirão tranquilamente ao genocídio da população — porque é isso que se está preparando. O abandono programado dos velhos, o abandono programado dos pobres, o abandono programado dos negros são três genocídios que estão inscritos no processo político atual e para o qual as vozes dos partidos de oposição são praticamente nulas, porque aceitam o debate nos termos em que está colocado (SANTOS, M., 1997, p. 155).

O trecho citado vem de encontro ao que era dito pela intelectual e professora Azoilda Loretto Trindade quando em 1994 já questionava o chamado saber universal que desconsiderava toda a contribuição e diversidade dos povos africanos:

O que o dito "saber universal" tem de racista? Essas dúvidas começaram a surgir, para nós, no início dos anos 80, quando houve um "boom" de textos críticos à educação e sua leitura nos inquietava, pois só viam classe oprimida, classe desprivilegiada, classe trabalhadora, e nos questionávamos: quem são essas pessoas que fazem parte dessas classes no Brasil? Esse período coincide com a nossa entrada no Movimento Negro. De um lado, negros falando e lutando contra o racismo, em todos os setores da sociedade, e, de outro, educadores progressistas, preocupados com a transformação social e da escola a favor do povo, das classes populares (TRINDADE, 1994, p. 57).

As contribuições da professora Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015) foram gigantescas na área da educação e na luta contra o racismo. Nós fomos contemporâneas na militância, ou melhor, amigas e militantes e participamos da construção política de seminários na área da educação a partir das décadas de 1980/1990, com forte atuação no processo de formação, efetivação e desdobramentos da obrigatoriedade da Lei 10.639/03, mostrando como sua prática constante na luta por uma educação antirracista proporcionou um novo olhar na formação das subjetividades.

Ilustração 2 – Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros.



Fonte: Projeto A Cor da Cultura, 2006.

A ilustração 2 mostra o que são os Valores Civilizatórios Afro Brasileiros² trabalhados pela Professora Azoilda Loretto Trindade durante o tempo em que esteve fisicamente entre nós.

Trindade criou várias frases que soam como lições que guardamos na memória e nos corações. “A invisibilidade é a morte em vida”. “Somos o que desejarmos ser”. Estas frases são parte de um pensamento que nos deixa o desafio de constituir práticas emancipatórias baseadas na valorização de nossos saberes como libertadores e, dessa forma contribuir na valorização de diferentes saberes e de combate ao racismo. Por isso, trago um trecho de “Fragmentos de um discurso sobre afetividade”, de Zo que está na Coleção “A Cor da Cultura”, organizado por Ana Paula Brandão (2006) uma das guardiãs de seu acervo:

Em outras palavras, porque o mundo é um montão de gente, um mar de fogueirinhas e para que as fogueirinhas existam, queimem, sejam calmas ou tenham a intensidade capaz de incendiar outras pessoas, é fundamental a nossa afetividade. Porque a afetividade tem relação direta com o influenciar e ser influenciado, potencializar, possibilitar. Porque a afetividade está relacionada ao gostar de gente, propiciar encontros, contatos, afetos e afetações. Porque a afetividade nos reporta ao corpo e porque os corpos

² São aspectos da cosmovisão africana reconstituídos pelos africanos escravizados que compõe todos os aspectos da cultura afro-brasileira.

são potências, possibilidades, amorosidade. A afetividade é uma manifestação corporal, uma expressão corporal fundamental para os encontros, contatos, para as expressões de desejos, pensamentos individuais e coletivos, de emoções as mais diversas, de sentimentos como amor, ódio e cuidado. Em síntese, a forma, a maneira como estou/sou no mundo, afeta o mundo, as pessoas (BRANDÃO, 2006, p. 102-103).

Parece repetitivo falar da dificuldade que a sociedade tem de reconhecer a importância e capacidade dos negros brasileiros. Para manter essa hierarquização criada no passado, tentam a todo custo manter a invisibilidade, a subalternização e a naturalização da violência e desigualdade contra a população negra, dificultando a construção da identidade negra.

Retomo aqui a importância desses intelectuais que tem lutado com afinco para dar visibilidade a contribuição da negritude nesse país através de ações, leis, formações que reconheçam os valores civilizatórios afro-brasileiros em contraposição ao apagamento da importância histórica de africanos e afrodescendentes na formação do Brasil e a negação sistêmica da existência do racismo.

Em síntese, posso afirmar que as minhas memórias constituídas na história da minha vida são o combustível que me move nas diversas lutas que valorizem minha origem, ancestralidade e as memórias coletivas do meu povo. Nesse caminho, a produção desta dissertação é o resultado desse movimento que abarca a memória do povo negro de Cabo Frio.

1.2 Apresentando um caminho metodológico

Escolher e estudar um tema significa traçar uma trajetória que considera sua ligação e interação com outros fatos constitutivos da história da presença dos negros nesse país como parte de um processo de luta contínua, sempre em movimento. Os princípios que nortearam essa teoria foram à oposição de ideias, a interpretação dos fatos a partir de diversos olhares e é a possibilidade de transformação desses fatos aqui compreendidos na sua totalidade em uma ação recíproca que considera os objetos, indivíduos e acontecimentos em busca da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (TEIXEIRA, 2003). O procedimento é bibliográfico, porque segundo Fonseca (2012):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2012, p. 32).

Portanto, a pesquisa foi exploratória porque antecipadamente buscou definir os conceitos e problemas balizadores da pesquisa utilizando prioritariamente, nesse caso a revisão de literatura disponível. Ela é descritiva porque buscou compreender sobre algumas das visões existentes sobre racismo, desigualdade, pobreza, território, além de fazer relações entre a situação vivida por este segmento e o que está determinado em convenções e leis relacionadas aos direitos da população negra. Ela também é explicativa por se utilizar de aspectos determinantes dessa situação (GIL, 2017).

A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas e coleta de dados. Nesse processo, buscamos compreender se a segregação espacial dessa parcela da população também é responsável pelo seu afastamento do patrimônio histórico construído pelos escravizados. Embora atraia visitantes do mundo inteiro, Cabo Frio está afastado das periferias, sendo pouco conhecido como legado da memória dos/pelos negros cabo-frienses.

O ponto de partida da pesquisa sobre uma parte da cidade de Cabo Frio e o que ela tem de documentação nos arquivos da cidade do Rio de Janeiro foi o arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, seguindo para Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART) e ao acervo do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico (IPHAN) com sede no Município de São Pedro da Aldeia. Posteriormente, foi necessário recorrer ao Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB), na região denominada Pequena África, inspiração fundamental para este trabalho.

As entrevistas realizadas tiveram como critério de inclusão pessoas autodeclaradas negras que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo estas do Bairro da Passagem, militantes do Movimento Negro de Cabo Frio e os quilombolas do Quilombo Botafogo e Caveira. Foram 11 (onze) entrevistas, assim distribuídas: duas antigas moradoras do Bairro da Passagem e mais uma moradora que se divide entre o Bairro da Passagem e Vila Nova (ela é a memorialista da cidade e, por isso,

foi incluída no rol de entrevistas); dois antigos moradores como guardiões de memórias, (griot"s) dois militantes do movimento negro da cidade, sendo que um deles foi fundador do MN e quatro mulheres do Movimento de Mulheres que dão continuidade à tradição iniciada no espaço citado. Todos moradores do bairro da Passagem, que é o local inicial da entrevista, mas no decorrer do processo verificamos que o quantitativo embora possa não parecer expressivo, dá conta de nossas reflexões para a proposta da pesquisa que é o resgate da memória dos negros moradores daquele local. Também tivemos outras formas de abordagem através da observação, da leitura de documentos e registros históricos da Câmara de Vereadores, assim como a participação nos grupos de moradores que se reúnem mensalmente de forma associativa no Quilombo Botafogo.

Em todo o continente africano, os guardiões da palavra são conhecidos como griots, legítimos contadores de histórias, mensageiros oficiais, guardiões de tradições milenares: todos esses termos caracterizam o papel dos griots que são responsáveis por firmar transações comerciais entre impérios e comunidades e passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos.

Todo esse caminho foi percorrido com vistas a encontrar respostas para a pergunta inicial: a presença de dois ícones da historiografia negra no Bairro da Passagem, a Igreja de São Benedito e as estátuas de dois negros jogando capoeira, remonta à participação dos negros na construção da cidade? A proposta é demonstrar a importância histórica, geográfica e territorial das comunidades negras quilombolas e/ou moradora do bairro da Gamboa a partir da valorização da identidade étnica quilombola e os direitos dela decorrentes. Isso é feito a partir das memórias das gerações mais antigas que são o elemento central para a afirmação dessas territorialidades.

É importante considerar a história oral como campo aberto à produção de conhecimento sobre as diferenças. O trabalho com o diverso, não reconhecido, com os excluídos por motivos plurais ou com os interditados, é um dos mais importantes exercícios presentes em projetos com entrevistas. Com a história oral, tais iniciativas se complementam, mostrando que um campo novo se abre, convocando a produção do saber a foros de política pública. Visto dessa forma, não podemos fugir do caráter participante ou ativista da história oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011). Isso não implicará

em deixar de realizar o levantamento bibliográfico prévio para a investigação do trabalho, a fim de estabelecer conexões e ampliar o escopo da pesquisa.

O uso de fotografias, mapas, gráficos e tabelas trouxeram elementos quantitativos como suporte para a análise qualitativa e contribuirá para o reconhecimento e a apreensão da perspectiva do campo, colaborando para a melhor exposição dos resultados alcançados.

Sabemos que este é um primeiro passo de um caminhar longo no processo de construção/produção de conhecimento, ao iniciar este texto com minhas memórias, que são escritas de mim, evoco as afirmações para que a proposta faça sentido, ou, depreende-se que a escrita de mulheres negras adentrar no conceito de “escrevivência”, formulado por Conceição Evaristo (2007), levando em consideração que ele o cintilou subjacente a essas práticas, principalmente no que se refere à relação que o conceito estabelece conforme a experiência das mulheres negras na escrita, isto é, a ideia de que:

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007, p. 20).

Escreviver significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente singulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, visto que se há compreensão de um existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (2017) refletindo sobre o conceito, considera que:

o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si (EVARISTO, 2017, p. 7).

Dessa forma, a produção de narrativas surge da possibilidade de fazer com que o sujeito saia do lugar de objeto de pesquisa e fale por si, tornando-se o sujeito da pesquisa, uma vez que, ao narrar os seus processos de constituição histórica, reconstrói suas experiências através do processo narrativo que possibilita seu

protagonismo e autonomia e livremente relata suas histórias de vida, apropriando-se enquanto sujeito de sua história.

Mostrar a história a partir da narrativa do vencido, ou seja, das majorias minorizadas, dos sempre explorados, deslegitimados e criminalizados, mas que resistem, mesmo quando invisibilizados é algo que me mobiliza. Assim, busco visibilizar os que não se conformam e criam movimentos que denunciam a sua condição enquanto seres humanos desumanizados, colaborando para que o sujeito saia do lugar de objeto de pesquisa e fale por si, tornando-se o sujeito da pesquisa, uma vez que, ao narrar seus processos de constituição histórica, reconstrói suas experiências através do processo narrativo que possibilita seu protagonismo e sua autonomia e livremente (BENJAMIN, 1996).

Benjamin (1996) afirma que a história não tem um progresso otimista quanto é falado pela burguesia cuja perspectiva é totalmente diferente da lógica daqueles que são considerados vencidos. Os valores atribuídos e reforçados pelo poder dominante são opressores e mantêm o poder nas mãos em que sempre estiveram e não respeitam ou consideram as experiências coletivas compartilhadas por outros grupos étnicos sem permitir “a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1996, p. 226).

O mundo globalizado estabeleceu saberes similares para manter a hegemonia. Não existe espaço para a cultura ancestral, por isso, é preciso invisibilizar e apagar as outras formas de estar no mundo. Manter um quilombo em área urbana, com pouco poder de consumo e grandes impactos ao meio ambiente pela proximidade com áreas urbanizadas para permitir o crescimento da especulação imobiliária baseada nos interesses do mercado é uma forma de fazer com que as pessoas desistam daquele lugar e sejam “empurradas” para longe dos centros de poder. O desenvolvimento a qualquer custo permite o progresso já em curso. Quem pode construir alternativa? Quem sempre teve privilégios ou quem sempre teve que lutar pela sobrevivência e visibilidade? Nesse sentido, a experiência da população afrodescendente brasileira e os quilombos têm se mostrado na vanguarda da insurgência para constituir e fortalecer as relações sociais baseadas na solidariedade e na constituição de outro modelo de economia criativa.

Assim sendo, este texto traz as inquietações de Dalton Paula e Lília Moritz Schwarcz (2023) na obra “O Sequestrador de Almas”. O livro busca explicitar

histórias invisibilizadas e promove um mergulho no tempo dos antepassados, além de acompanhar suas andanças, sublinha suas sabedorias, vivas no território fértil das relações e da memória.

O processo de pesquisa do conceito de memórias pode ser comparado ao de “escavar” a atividade de um arqueólogo ao tentar reconstituir uma história e, no nosso caso em particular, uma história a ser resgatada através dos relatos guardados pelas lembranças dos grupos em questão.

Quando da utilização de mapas, aqui vista como ação que busca compreender e representar os movimentos insurgentes expressos nas lutas da vida cotidiana e desejos da população. O mapa não tem a função apenas de ilustração do texto, mas sim como suporte das memórias e do território usado, como forma de representação da ação dos movimentos sociais e grupos que lutam para permanecer nesses lugares, que fala do cotidiano, que convida para conhecer as manifestações culturais lá desenvolvidas, que mostra as contradições, fragmentações e segregações socioespaciais vividas.

2 CONCEITUAÇÃO DE MEMÓRIA E CIDADES

Esta pesquisa aborda cidade, memória, reexistência, buscando visibilizar uma parcela da população de uma cidade que insiste em “esconder” esses moradores/construtores. Eles estão na parte mais distante, com ou sem nenhuma infraestrutura, ocupando as funções mais precarizadas em uma cidade turística de renome internacional, mas parte da sua cultura é utilizada para atrair turistas. Como será possível compreender a cidade como lugar de memória. Para isso, nesse capítulo, trazemos Halbwachs (1990), Nora (1993), Carlos (1996), entre outros. Ana Fani Carlos (1996) define lugar, como espaço de experiências vividas, “isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (CARLOS, 1996, p. 16). Ao passo que a memória, parte das lembranças eternizadas por narrativas, imagens, documentos e percepções. Nora (1993, p. 21): “São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos, a memória enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto”.

No entanto, esse não é um movimento espontâneo, é preciso anotar, estabelecer rotinas, documentar para poder lembrar o que já passou e o que precisa ser feito. Por isso também que existem monumentos, esculturas, memoriais para ajudar as pessoas a lembrarem de um determinado fato ou período. Nesse contexto, este capítulo trata dos conceitos de memórias e cidades compreendendo as experiências de memorização diferentes para cada pessoa, mas que poderá ao final desse trabalho se tornar uma construção coletiva para as pessoas envolvidas.

2.1 Conceito de Cultura, Memória e Ancestralidade

“[...] O futuro é ancestral, e por isso contemplamos o voo do pássaro, É preciso seguir a rota da ave, Sankofa nos ensina a desbravar os caminhos do amanhã.”³

Conceição Evaristo

³ Trecho do discurso de posse de Conceição Evaristo na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência em 2022.

“Ancestralidade, enquanto princípio filosófico é de ordem coronária que possibilita se reconhecer e continuar um legado que nasce a todo tempo e se mantém vivo no pulsar de nossa existência materializada em diversas ações e oralituras”.

Katiúscia Ribeiro

“O futuro é ancestral e a humanidade precisa aprender com ele a pisar suavemente na terra”⁴.

Ailton Krenak

O futuro é ancestral, afirmam Katiúscia Ribeiro (2020), Conceição Evaristo (2022) e Ailton Krenak (PISAR, 2022). Continuando, a professora Ribeiro diz: “um povo sem história é um povo sem memória, um povo que está à margem do acoite” (RIBEIRO, 2020b, n. p.). Dessa forma, a autora afirma que o futuro é ancestral por tratar a ligação da humanidade com a natureza e as comunidades (RIBEIRO, 2020b). Na argumentação de Evaristo (2022), o futuro é ancestral devido a nossas memórias terem sido resgatadas pela oralidade e por conta de uma construção coletiva. Já para Krenak (PISAR, 2022), considerando todas as outras afirmações, acrescenta-se a questão do respeito à terra onde habitamos, à preservação da natureza para a garantia de nossa vida.

Pela tradição africana, a ancestralidade como representação está encarnada no símbolo Sankofa, que representa o pássaro que vai para frente, mas olha para trás, em outras palavras, este símbolo reporta a um antigo provérbio da África ocidental: “*Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi*”. Isto é: “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou pra trás”. Dito de outro modo, *nunca é tarde para apanhar o que ficou para trás* ou mais sinteticamente, *aprender com o passado para construir o futuro* (NASCIMENTO; GÁ, 2009, p. 40-41).

Ancestralidade é um conceito amplo que se refere ao que trazemos de herança viva que se torna prática a partir de padrões e saberes deixado por nossos antepassados tornando-se histórias na presença de objetos, animais, indivíduos, manifestações no campo da religiosidade, da música, das danças, dos hábitos alimentares rituais, como já citados por Trindade (2006) cunhados como valores afro civilizatórios.

Podemos afirmar que ancestralidade nos permite estabelecer uma ponte que nos conecta com o passado evidenciando nossas origens e influências culturais. A ancestralidade permite o desenvolvimento de pertencimento.

⁴ Afirmação feita por Ailton Krenak no filme *Pisar suavemente na Terra*, de Marcos Colón.

Ela se relaciona com a nossa cultura e a constituição de nossas diferentes visões do mundo. Trazemos em nosso existir experiências de tempos imemoriais. Conforme dito por Ailton Krenak na obra “O Futuro Ancestral” escrita durante a pandemia de que não existe simplicidade no modo de vida atual e que apenas a ancestralidade é que pode nos salvar de uma catástrofe ambiental visto que é olhando para o passado e as várias formas de preservação da vida que se pode projetar o futuro. Pensar a ancestralidade como parte do processo de saber, identidade, pertencimento como valores centrais na cultura africana.

Segundo Laraia (2001) sobre a capacidade antropológica da cultura, posto que o autor entenda que existem diversas visões sobre o que é cultura, mas todas se encontram pontos consensuais. Podemos citar os sistemas que são os padrões comportamentais socialmente transmitidos que constituem as adaptações dos homens as suas condições biológicas, como é o caso dos quilombolas que tem como princípio a economia de subsistência enquanto cuida da terra e manutenção do ecossistema. Isso inclui uma forma organizativa coletiva, em que todos plantam para todos. Sem a organização coletiva social e política, as mesmas crenças e práticas religiosas a comunidade fica enfraquecida. Não à toa as grandes empresas pra adentrar ilegalmente nos territórios quilombolas atuam na perspectiva de acabar com os mananciais e terras férteis através do plantio do eucalipto como é na região do Sapê do Norte. (ES).

A Cultura é determinada pelos homens a partir do seu meio do seu grupo, portanto, a ancestralidade negra quilombola chama nossa atenção na luta dos quilombos para serem respeitados. Esse segmento tem sido um dos propulsores na luta pelo reconhecimento das influências culturais, religiosas e econômicas cujo processo de escravização teima em manter invisível. Trazer de volta o legado deixado por africanos na diáspora é essencial nesse processo de reconstrução e preservação desse modelo de cultura ancestral. As manifestações culturais históricas são responsáveis pela transmissão e valores que vem sendo preservados ao longo das gerações. São agentes de resistência desqualificando a história oficial que busca ser hegemônica. Não é possível pensar a identidade quilombola sem se remeter a sua cultura, por ser essa a principal característica do processo identitário dessas comunidades. Esta vinculação trazida pela cultura atua como um “contraponto ao projeto colonizador que buscou, por meio de tentativas de

apagamento cultural e degradação das identidades, subjugar as comunidades quilombolas” (OLIVEIRA, 2021, p. 71).

É uma luta por reconhecimento cultural considerando suas raízes, mas é também luta contra o processo de marginalização e segregação que vem sendo imposto a esse grupo por aqueles que detêm o poder institucional. Reafirmar o direito a terra traz junto o reconhecimento da autonomia em oposição aos modelos excludentes e desiguais que foram legados pelo sistema colonial conforme dito por Oliveira (2021, p. 72) “recuperação da memória e do conhecimento ancestral, não apenas fortalece o senso de pertencimento, mas também capacita as comunidades a se articularem coletivamente em busca de objetivos comuns”.

Não à toa é que Abdias do Nascimento (1980) e Beatriz do Nascimento (1983) trazem para nós o movimento Quilombista como força essencial na revalorização/resgate das tradições e narrativas que mantém esse segmento de pé em busca de igualdade e justiça como um chamado a participação de todos na construção de um movimento contra colonial visando à mudança sociopolítica das comunidades quilombolas.

A memória é um *continuum* que promove uma intersecção entre passado, presente e futuro, ou seja, a ancestralidade que está no passado é resgatada no presente para a construção do futuro preservar o passado “[...] unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir” (CHAUÍ, 1979, p. 18).

Nas diversas culturas africanas, é de responsabilidade dos *griots* transmitir histórias e memórias, eles são legítimos contadores de histórias, cantores, poetas, atores e músicos. São verdadeiras bibliotecas vivas do conhecimento (SANTOS, E., 2020).

Cabe observar que a escravidão provoca uma cisão no processo, já que as alusões para acessar essas memórias são rompidas, entretanto elas serão reconstituídas pelo esforço motivado pelo compromisso de preservação do saber diante das adversidades que o regime estabelecia com a total utilização da violência e da força que era utilizada para manter o sistema de dominação.

Reforçando a premissa, há ainda os *orikis*, que representam uma forma de comunicação através de cânticos, poesia de origem nagô-yorubá é também uma forma de evocação energética para a saudação de determinado Orixá, como são chamadas as divindades no culto de Candomblé: *ori* significa cabeça; *ki*, saudação. Para exemplificar, observemos um oriki de Exu: “Exu acerta o pássaro que viu ontem

com a pedra que atirou hoje”⁵. Todas essas metáforas conduzem o movimento do que estabelece o que será lembrado, visto e ocultado, no campo das decisões em que inserem as memórias.

Em princípio, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, entretanto, Maurice Halbwachs (2006) nos anos 1920-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes:

[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 2006, p. 25).

O autor indaga quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, porque, para ele, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

Como também aponta Bosi (1979), são lembranças que, quando compartilhadas pelo grupo, acabam por constituir parte da memória de todos. São fatos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas fica escrito no imaginário pela dimensão que ganham, tornando quase impossível ter certeza se participou deles ou não. Se formos mais longe, os acontecimentos vividos “por tabela” vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Afirma que o que guardamos do passado é senão o que está vivo, ou que se encontra na memória do grupo que a tem.

Nesse sentido, Halbwachs (2006) estabelece a relação entre lembrança e memória, assim como também entende o elo entre a lembrança e a dimensão social:

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como em apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com o que nos circunda que vibramos em uníssono, e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas já havíamos pensado

⁵ Famoso ditado yorubá.

nisso – não percebemos que somos apenas um eco (HALBWACHS, 2006, p. 64).

Podemos entender o fenômeno como uma projeção de determinada forma de socialização histórica que nos mobiliza no sentido de acolher como sendo próprio, como uma forma de herança que marcou uma região ou um grupo, de tal forma que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

Pollak (1989), Nora (1993) e Halbwachs (2006) com as suas concepções sobre memórias: Pollak, essas memórias guardadas vêm à tona em momento de crise e conflitos e são usadas para retomar/refazer um discurso oficial coletivo. A memória não é só individual, ela se constrói no coletivo, tudo que é vivido tem valor, não é descartado, é parte da construção do sujeito.

Por ser seletiva, só ressurgue dentro de um contexto, de forma organizada, mantendo pelo menos parte do que existia nesse subterrâneo, não começa do zero, vai sendo rememorado, e dessa forma também vem lembranças tristes, de perdas. Isso acaba por ser comum em países que viveram processos de conflitos ou invasões. Essas memórias coletivas acabam por ser disponibilizadas pelos meios de comunicação na atualidade.

Em relação à memória subterrânea é preciso recorrer a outros sujeitos para trazer a história oral e partir dela se reconstruir. Alguns exemplos do nosso país podem ser usados; a separação de agrupamentos étnicos quando traficados para o Brasil durante o processo de escravização, a luta dos territórios quilombolas que buscam na história oral manter suas tradições, visto que o território tem relação com a memória coletiva quilombola que são as lembranças materiais e imateriais dos povos com descendência africana. Não é possível esquecer, mas sim “guardar” para sobreviver em sociedade. Conforme dito por Nora (1993, p. 13) “Se os que defendem não estivessem ameaçados, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que nos envolvem, eles seriam inúteis”. Assim se constroem filmes, livros, tratados, processos verbais que remontam o passado, por mostrar todas as memórias afetivas, os lugares simbólicos, as comemorações, os momentos tristes por ser parte de um processo do que foi experimentado. É vida vivida, em permanente movimento, é elo com o passado para que este não se perca. Para que tudo isso aconteça, é preciso ter

peessoas, ter consciência, manter um espólio simbólico que está expresso nos momentos, ritos, celebrações formando uma história (NORA, 1993).

Ao trazer a história dos quilombolas e relacioná-la a memória em busca de uma reelaboração como contribuição a luta social por liberdade a partir das histórias narradas. Cabe observar que a escravidão provocou uma cisão no processo, já que as alusões para acessar essas memórias foram rompidas, entretanto elas serão reconstituídas pelo esforço motivado pelo compromisso de preservação do saber diante das adversidades que o regime estabelecia com a total utilização da violência e da força que era utilizada para manter o sistema de dominação.

Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) examina as contribuições da história oral na ênfase que ela permite dar às "memórias subterrâneas" que, ao aflorar em momentos de crise engendrando conflitos e disputas, silenciosamente subvertem a lógica imposta por uma memória oficial coletiva. Como exemplo, o autor analisa a memória de dissidentes soviéticos, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores forçados da Alsácia, a fim de explorar os limites entre o "esquecido" e o "não dito", além do trabalho de "configuração" da memória.

De acordo com Halbwachs (2006) a exemplo do Brasil, pode-se citar a separação de agrupamentos étnicos quando traficados durante o processo de escravização, como a luta dos territórios quilombolas que buscam na história oral manter suas tradições, visto que o território tem relação com a memória coletiva quilombola e que elas são as lembranças materiais e imateriais dos povos de ascendência africana.

Para Nora (1993), a memória está relacionada à história de cada um a partir da sua entrada em um grupo, em um processo de construção identitária. Halbwachs (1990) concorda que as memórias são construídas coletivamente e, mesmo que uma pessoa entre em um determinado agrupamento, suas memórias não serão iguais às daquelas pessoas que já faziam parte desse grupo. A memória não é feita do nada, mas sim de "experiências experienciadas": "É como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos" (HALBWACHS, 2006, p. 32).

Podemos citar novamente o exemplo de quilombolas, que têm na história oral a possibilidade de reconstrução da memória a partir das histórias contadas em eventos e conversas, nos quais havia questionamentos de como e quando acontecia a vida nos seus territórios. Parte-se, então, da memória dos sujeitos enquanto

participante do grupo para reconstruir o passado, posto que a memória atualiza a história diariamente sem “jogar fora” o passado. Nesse caso, a memória é rejeitada porque retoma traumas do passado ao lembrar-se do processo de escravização, de rebaixamento a sub-humano, sem direitos, sem história ou referência, ou seja, a originalidade.

As memórias rejeitadas, aquelas que não foram validadas pela história ou valorizadas, estão guardadas com os vencidos ou guardadas através de uma legislação que impõe segredo sobre o seu teor. Elas ressurgem na luta pela liberdade em forma de apresentação de religiosidade como o jongo, nas letras das músicas com mensagens cifradas. Nessa direção, o termo fuga deve ser transplantado na linguagem negativa para a história, em que se evidenciam quais os principais motivos, quem havia participado e a importância de perceber a fuga como positiva, pois representava a liberdade para outra vivência (SANTOS, M., 1997).

Corroborando a visão de Reis e Silva (1989) ao afirmar que as rotas de fugas/memórias rejeitadas foram estratégias de luta para fazer frente a um cenário tão hostil como o do escravizado. As formas de resistência estavam presentes na luta física: embates, levantes, emboscadas, balaiadas, entre outras, na forma de manifestações culturais, religiosas e políticas na luta pela abolição.

Por isso, não é possível falar em memória social sem tratar dos negros que foram escravizados, que empreenderam sua luta a partir dos processos históricos que são reatualizados, rememorados, para fortalecer a memória individual e a coletiva das comunidades, fazendo com que se perceba o cuidado de manter a informação das situações, boas ou ruins, pelas quais eles passam. O que se torna público são as experiências sociais e coletivas.

Refletir sobre as diferentes abordagens do conceito de memória, certamente me permite notar que a ideia passa pela construção em relação ao outro, mas também, com base na filosofia africana que indica que o material não se separa do espiritual, diferentemente do que ocorre no cristianismo, penso haver na memória um componente espiritual que pode ser considerado como uma identidade um registro, um traço diferente do “penso logo existo”.

Existo porque penso, possuo um coração leve, como uma pena de Maat¹, uma cosmologia baseada na abundância no sentido do bem estar. Tal abordagem estabelece uma alteridade, pois, colocando-nos no lugar do outro, somos distintos, porém não há uma relação de subalternidade, em que se identifica o outro como

diferente, mas não como inferior. O diverso pode ter relações que acrescentam um novo olhar ou visão, de forma a compartilhar saberes.

Devemos também pensar na importância da memória para a preservação das histórias e culturas como um caminho de liberdade, como um caleidoscópio em que todos podem ser representados e se constituírem com suas diferentes humanidades, contribuindo para formação de pluralidades.

2.2 Direito à Cidade a partir da Memória

Neste tópico, o objetivo é refletir sobre o direito à cidade tendo em vista o conceito de memória. Indagamos: quem tem direito à cidade? A quem ela serve? Para que ela serve?

Segundo Milton Santos (2007) “se o cidadão é o indivíduo num lugar”, a cidadania para a população negra é um desafio, tanto para aqueles que vivem em territórios de pobreza e exclusão quanto para os presentes nas porções consolidadas da cidade.

Nesse sentido, a sociedade contemporânea traz perspectivas de existências de lugares com características identitárias e relacionais que são criadas a partir de quem habita esses locais e, por sua vez, a existência de não lugares que parecem não fazer parte desse processo e nem permite a possibilidade de relações que possam ser consistentes conforme dito por Augé (2006).

Assim, trazemos os estudos de Raffestin (2012) e Boaventura Souza Santos (2011) quando estes reivindicam a recuperação da autonomia dos territórios tradicionais a partir de padrões que apresentam questionamentos quanto ao *modus operandi* do neocolonialismo representado pelo capital, que ignora a possibilidade de desenvolvimento dos territórios tradicionais, baseado na ecologia de outros saberes e na utilização do tempo lento destes territórios. Paula (2019) fala dos vazios demográficos na produção de invisibilidades a partir da lógica dominante, sempre apresentando a necessidade de modernização e desenvolvimento econômico dos territórios tradicionais, desconhecendo as diversas temporalidades presentes nesses lugares.

Boaventura Souza Santos (2011) cita cinco lógicas que devem ser superadas e usadas com o objetivo de promoção da geografia das ausências: Paradigma do Saber Único quando o poder se estabelece a partir da negação ou desconhecimento

e outras culturas, elegendo a cultura moderna como racionalidade superior; Paradigma do Tempo Sincrônico que visa à unicidade do tempo, temporalidade pautada pela ideia de progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização, não reconhecimento da coexistência de diversos tempos no território e, sobretudo, dos saberes transmitido pela oralidade; Paradigma da Inferioridade de Grupos e Territórios que possibilita a produção de hierarquias e a naturalização de diferenças para sustentar a noção de inferioridade, possui forte conexão com as campanhas publicitárias que vendem ativos culturais e possibilitam o acesso ao território, muitas vezes criando tensões, pois os atores desconhecem a dinâmica social local; Paradigma da Superioridade Global onde as comunidades ficam sujeitas às tecnologias que são alheias ao local entendendo que a escala dominante deve ser a global, ação geralmente facilitada pelo Estado, também descrito por Boaventura Santos (2011) como “regresso colonizador”; Paradigma do Produtivismo que parte do princípio de que o desenvolvimento e crescimento econômico são implacáveis, e com isso, impede-se a integração multidimensional entre cultura, sociedade, economia, política e outros elementos presentes no território.

O conjunto de lógicas, a serem superadas, na descrição de Milton Santos (2011) pode ajudar a entender as dificuldades apresentadas por Raffestin (1993) quando afirma o caráter político do território e suas territorialidades é aquele que sofre a ação humana, sendo modificado conforme os interesses dos que dispõem de determinada parte no espaço, e se manifesta na contemporaneidade através da violência simbólica com a imposição de modelos de desenvolvimento que corrompem as sociedades locais e seus modos de vida.

Com relação ao território, Milton Santos (1987) afirma que o “o território em si” não é um conceito, mas se torna conceito em função da análise da sociedade quando é usado a partir do processo de globalização, porque o poder vê a possibilidade de lucro naquele local. Então deixar um território quilombola e não fazer investimentos nele pode levar aquele agrupamento a desistir dele por falta da infraestrutura necessária que permita melhores condições de vida. No caso de Cabo Frio, esse lugar está muito próximo da área turística e histórica da cidade. O que se faz é mostrar as estátuas e igrejas construídas pelos escravizados porque isso é bom, mas mostrar as pessoas com a sua negritude retinta „atrapalha” a visão de branquitude daquele município “na ausência de uma regulação unificadora do

processo social e político, o que se impõe é a fragmentação social e geográfica também como processo social e político” (SANTOS, M., 2000, p. 22).

A existência de um quilombo representa, nesse caso, o que Milton Santos (2012) chama de rugosidades do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, M., 2012, p. 140).

Em muitos casos ressignificando essas rugosidades, e em outros mantendo esses vestígios do passado como um estandarte de um passado, apresentando os vestígios do tempo, sem que isso signifique de maneira melancólica um retorno às temporalidades vividas. Pois, através das rugosidades podemos apreender as transformações do trabalho técnico e social ocorridas no território e acumuladas ao longo do tempo vivido (SANTOS, M. 2012).

Não são poucos os movimentos sociais urbanos e rurais que têm ido às ruas para protestar e reivindicar seu direito ao uso do espaço, mesmo com repressão. Essas manifestações estão conectadas ao debate sobre planejamento e reforma urbana, sobre relação sustentável com o meio ambiente, mobilidade, acessibilidade, entre outros temas. A produção de documentos originária das assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU), de conferências no Brasil, da constituição de estatutos demonstra a insatisfação com a forma de organização do uso do espaço desigual.

Nesse sentido, a leitura de David Harvey (2004) na obra “Espaços de Esperança” chama nossa atenção para a necessidade trabalhar a geografia dentro de uma lógica emancipatória, pois hoje a dimensão espacial geográfica mostra o grau de desigualdade existente, basta ver onde está ou para onde está sendo empurrada uma parcela de “gentes”. Tratando especificamente de Cabo Frio, a parcela negra moradora da cidade está na parte mais distante e sem infraestrutura. Harvey diz que se trata do processo de produção capitalista pela via geográfica, promovendo um desenvolvimento desigual. É condição essencial para resolver esse conflito a existência de um projeto que garanta democracia e diversidade, num contexto de um desenvolvimento humano.

As cidades têm se constituído como território de disputa em que não cabem todas as pessoas, de todas as camadas sociais, e muito menos parte daqueles agrupamentos que foram fundadores dessas cidades. Assim, tornam-se locais de

disputa do mercado, quem tem dinheiro para estar nos bairros mais urbanizados com mais estrutura relativa a saneamento, saúde e educação usufrui mais plenamente de seus recursos. Nesse contexto, a vida das pessoas mais pobres, que moram mais distante fica ainda mais penosa. Basta ver os dados relativos às mulheres, cuja maioria depende dos programas sociais, cria seus filhos sozinhos para fugir de uma situação de violência, enfrenta longos percursos em transportes lotados e caros reduzindo possibilidades, principalmente para as mulheres negras e trabalhadoras. Berth (2019) afirma que:

A configuração do nosso espaço urbano é onde se espelham as desigualdades sociais e essas são reforçadas, (...) que determinam quem é privilegiado e quem é escamoteado pela ação direta do Estado. Essas particularidades, embora não citadas, são assimiladas pelas pessoas que interagem entre si e com o espaço. Andando pelas cidades, sabemos intuitivamente se estamos em lugares sociais acolhedores, percebemos os lugares hostis e permanecemos nos lugares em que o sentimento de pertencimento é despertado. Também sabemos exatamente onde estão os espaços de poder e decisão, onde mora o privilégio. Sabemos onde a cidade é branca e onde a cidade é negra. Sabemos também quais são os espaços femininos e masculinos, ainda que sensivelmente se misturem ou camuflam, essa divisão de gênero também acontece (BERTH, 2019, n. P.).

Com isso, promove-se um apagamento de atores históricos na cidade. E a cidade nesse contexto? Lefèbvre (2001) afirma, na obra “A cidade do capital”, que a luta dos movimentos sociais pelo acesso à cidade como espaço para todos pode contribuir para a superação do “capitalismo burocrático de consumo dirigido”. Nem todos tem direito a cidade. Existe uma impossibilidade que impede questionamentos a forma como a sociedade está organizada fazendo com que o projeto de cidade para todos seja utópico.

Para que isso ocorra é preciso construir uma insurgência, uma insubordinação, em que todos possam trocar informações, emitir opiniões, serem ouvidos, fazer com que a informação circule, expondo as contradições existentes, mostrando como o neoliberalismo atua e mantém a cidade mercadoria. O direito a ela não significa vida digna para todos, mas demonstra que existe uma nova forma de se constituir dentro de uma nova lógica social reforçando a imposição de um modelo de segregação e violência a segmentos sociais específicos como parte da constituição social e política dos territórios da e na cidade.

Sua afirmação está pautada pela análise da obra “Ideologia Alemã” (2007), na qual percebeu que a cidade, tal qual a política, nem sempre considerou as

relações humanas, ou seja, “[...] o sujeito da história é incontestavelmente a cidade.” (LEFÈBVRE, 2001, p. 49).

Era preciso reconstruir a cidade para superar a guerra. Isso também pode ser visto em “O Capital” (1974), em que o surgimento da cidade gera a necessidade de organização e, com isso, a divisão de classes, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o sujeito do campo fica sozinho, fazendo a oposição entre cidade e campo, a qual só pode existir no interior da propriedade privada. Essa divisão tem como base apenas o trabalho e a troca. (MARX; ENGELS, 1979). Marx e Engels apontam que a cidade traz consigo aquilo que pode ser caracterizado como a política e o trabalho manual e intelectual. A cidade determinando a organização social.

Nos seus escritos cuja base é a visão de Marx, Harvey (2018) entende que o desenvolvimento urbano não pode ser desassociado da maneira como o capital opera. E que esse mesmo espaço de disputa - a cidade - também é o território de combate a essa “loucura da razão econômica”.

Quando Marx (1974) trata da circulação de mercadorias, da mais valia, dos trabalhadores não poderem usufruir o que produzem, está tratando da exploração à qual esse trabalhador vem sendo submetido, sendo transformado em mais uma peça dessa engrenagem demonstrando a sua dependência do capital financeiro. A grande crise vivida pelo capital em 2008 se deu a partir do setor imobiliário, que fazia empréstimos junto às instituições financeiras para a construção de casas que precisavam que seriam vendidas e este mesmo setor financeiro emprestava dinheiro para quem ia comprar, ou seja, um único setor lucrando dos dois lados, com o setor imobiliário e com as pessoas comuns que tinham o sonho da casa própria. Quando essa equação não atingiu os números esperados, a crise veio e está presente na vida das pessoas até o momento. Sem emprego, sem renda, o homem é “jogado” nas ruas.

No Brasil, a crise aparece a partir das reformas, principalmente as ocorridas após o golpe de 2016, que destituiu Dilma Rousseff da presidência da República, com congelamento de investimentos em saúde e educação. Isso fica demonstrado ainda no crescimento de condomínios, nos quais existe toda uma infraestrutura para que o cidadão não precise sair do local lugar para sobreviver. Sua socialização ocorre apenas com seus vizinhos. As novas construções se tornam inacessíveis

para a maioria dos trabalhadores. Assim, a concepção de direito à cidade é diferente para as classes.

Os movimentos sociais defendem a existência de uma cidade que serve para morar, praticar esportes, circular livremente, com saneamento e respeito ao meio ambiente. Pautada na visão de visão de Lélia Gonzalez (1982), uma das pioneiras na leitura das cidades como um espaço definido principalmente pelo racismo, Berth (2023) indica três dimensões que se relaciona sendo a segregação uma delas:

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento [...]. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Evidentemente, a história não se faz fora do cotidiano das pessoas, porque não existe sociedade a-espacial (SANTOS, M., 1986). O capitalismo não quer e não tem lugar para as pessoas mais pobres na cidade, visto que a economia não garante renda suficiente para a compra de um imóvel. A cidade pensada pelos empresários do setor imobiliário tem terrenos para serem comprados e tornados condomínios que servirão à classe média, que se considera diferente dessa massa.

Retomar investimentos públicos é uma forma de enfrentamento ao capital. Para além deles, os orçamentos participativos ocorridos em várias cidades entre 2003 e 2015 demonstraram que, quando a população participa, a construção da cidade se torna melhor. Isso faz do direito à cidade algo palatável, em que todos se sentem partícipes dos direitos de usufruir daquilo que a cidade tem a oferecer. A utilização de bens públicos disponíveis é fundamental na constituição de uma nova vida, e não apenas de sobrevivência.

Dessa maneira, fazer com que o direito à cidade seja algo para todos significa romper com um modelo econômico predominante, não se trata apenas reivindicar melhoria nas estruturas de escolas, unidades de saúde, hospitais, entre outros. Há uma segregação que não é apenas socioespacial, mas econômica “a compreensão do funcionamento de nossas cidades de forma global, a despeito de sua

complexidade, é pressuposto para que uma política urbana possa dar respostas de real incidência sobre nossas conhecidas injustiças” (ROLNIK, 2008a, p. 2).

Mudar a cidade deve ser algo que possa afetar a nós mesmos, de forma coletiva, que possa ampliar a cidadania, a participação política do homem comum, invisibilizado. É preciso rever a forma como a cidade está organizada, resgatando e alimentando as lutas atuais, buscando a construção de uma sociedade anticapitalista, estranhamento do qual fala Marx e Engels (1979), que, na atualidade, está relacionado à cidade, não apenas ao campo do trabalho e é possível ver isso através do aumento da miséria, do desemprego, das pessoas em situação de rua, das distâncias cada vez maiores entre o local de trabalho e a casa, o que leva a uma exaustão física e mental, impedindo a vida em família. A cidade para todos precisa ser gestada por todos os setores da sociedade (SIMONE, 2017, n. p.).

Aqui busco pensar que o espaço que guarda as lembranças da cultura negra, de uma sociabilidade nas representações patrimoniais materiais e imateriais são elementos históricos em uma paisagem geográfica e num dado tempo histórico. Assim:

Deste modo, pode-se compreender tais territórios como um espaço marcado pelo estabelecimento de relações socioculturais racializadas que têm como protagonistas sujeitos pretos e pardos, mas sem limitar a estes o ato de frequentar, se relacionar ou construir vínculos com demais sujeitos que o integram. Ou seja, “O que estamos concebendo como territórios negros nem sempre são espaços exclusivamente negros, mas nos quais a presença negra é uma questão central” (VIEIRA, 2017, p. 43).

A visão de Vieira (2017) nos leva a pensar no espaço enquanto campo de disputas de narrativas e de uma subordinação que leva em conta a determinação de um “lugar para o negro,” uma hierarquização no espaço e uma naturalização de que a favela e a periferia é o nosso lugar, e nele temos uma liberdade de trânsito, mas que estarmos em outro lugar causa estranheza.

Assim, surge um novo espaço, onde as imagens grafadas e guardadas não podem ser reconhecidas de imediato, pois sobre elas estão sendo postas novas imagens que passam a mensagem do novo, do renovado, de urbanização em que o espaço é para todos, só é preciso identificar quem é parte desse todos.

No quinto capítulo do livro “Economia espacial: críticas e alternativas” (2007), o autor trata da função do capital nas cidades, qualquer que seja o tamanho delas dizendo que elas têm mesmas finalidades pelo auxílio mútuo ou coadjuvação recíproca do aporte de capitais da agroindústria. Ao tratar de “Espaço de lentidão”,

termo cunhado por ele e que se refere ao poder de mobilidade, acesso e, consequentemente, ao valor de consumo e troca. As “áreas opacas” constituem, então, os espaços do aproximativo e da criatividade, capazes de resistir ao totalitarismo da racionalidade hegemônica. Uma prova do que Santos estava falando ocorreu em 2010 com a desapropriação de áreas e retiradas de moradores pobres para a construção de estádios que serviram nas Olimpíadas de 2016. Também serve ao caso do Quilombo de Cabo Frio que por estar em uma região supervalorizada vive a sofrer a tentativa de expulsão para dar lugar a empreendimentos imobiliários mais condizentes com o poder financeiro de quem irá comprá-los. Mas, Santos (M., 2007) entende que a resistência nesses “espaços opacos” pode promover uma “nova ordem”, em função do seu potencial criativo.

A lentidão tem a ver com a pouca estrutura material mediada pela corporeidade dos sujeitos usando as condições de habitação. Como afirma Santos (M., 2008, p. 328) “quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”, ou seja, resistir é a palavra de ordem, pois os quilombolas têm naquele espaço uma relação de pertencimento, cuja filosofia é a preservação da natureza, o convívio comunitário, o espaço físico como local de cidadania como matriz de fortalecimento à produção autêntica de uma cultura popular, que se fundamenta essencialmente em valores e memórias, sendo este um direito inalienável extensivo a todos os campos da vida, se constituindo como um patrimônio material e imaterial. Para que a cidade possa ser para todos é preciso que ela tenha cidadãos com acesso aos bens e serviços, algo que não parece possível mesmo que as pessoas estejam tão próximas do centro da cidade, vivendo apartadas, sendo valoradas em relação ao lugar físico que ocupam (SANTOS, M., 1987).

Segundo Santos (M., 1987), assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significados, “cultura” e “territorialidade” são, de certo modo, sinônimas. Entretanto, “a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo. A cultura é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio” (SANTOS, M., 1987, p. 81).

Por fim, Milton Santos (1987) lembra que a cidadania possibilita uma participação consciente de um projeto de nação e, sobretudo, de si mesmo, em função da cultura e da ecologia social, construída pelas regras de convivência.

2.3 Territórios da memória

Os espaços denominados territórios negros que ficaram grafados na memória e no espaço físico/simbólico são dotados de diferentes funções nos processos: de habitação, trabalho, lazer, práticas culturais, manifestações religiosas, que foram exercidas pelas populações antepassadas e são exercidas pelas que hoje vivem naquela delimitação. Anjos (2009) conceitua território, da seguinte forma:

O território é, na sua essência, um fator espacial e social; secularmente atrelado a uma dimensão política; permeado de identidade; possível de categorização e de dimensionamento e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, do grupo ou da comunidade. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação político-social-econômica-territorial (ANJOS, 2009, p. 8).

Nessa perspectiva, os territórios constituídos pelo povo negro produziram, em sua memória social, as suas funções sociais e particularidades próprias de sua origem. Estas particularidades são comprovadas pelas manifestações religiosas, práticas culturais, processos de trabalhos e até variação da língua falada. Assim, pode-se dizer que o território negro, tem seus símbolos produzidos e grafados pelo espaço e tempo onde o identifica como um grupo social. É neste espaço étnico que se manifestam as memórias dos seus antepassados e que são exercidas pelos grupos que vivem hoje. Os territórios negros vinculam o espaço físico e espaço simbólico e se dá pela elaboração do simbólico que tem significados e sentidos construídos — “sobre o espaço material (físico) e as práticas ali desenvolvidas é o que promove a construção do sentimento de identificação, pertencimento e a criação de vínculos com tal espaço” (VIEIRA, 2017, p. 47).

É nesse sentido a insistência de que os territórios negros — e porque não, as práticas negras e a cultura negra de forma ampla — sejam concebidas não apenas a partir de uma história de exclusão, mas como espaços de construção de singularidades e elaboração de um repertório comum de matriz africana (ROLNIK, 2008, p. 76 *apud* VIEIRA, 2017, p. 34).

Visto por este ângulo esses territórios funcionam como guardiões da memória coletiva, mantendo vivos os conhecimentos e as histórias dos antepassados, que

são continuamente reinterpretados e exercidos pelas gerações presentes. A transformação desse espaço de celebração e socialização dos negros em Cabo Frio ocorre de forma gradual ao longo dos últimos anos, entretanto passou a acontecer de forma acelerada após a inauguração da ponte Rio-Niterói. Durante os governos ditatoriais, tendo a ponte como um marco do desenvolvimento, a cidade passa a ter maior importância no cenário econômico com sua entrada na rota do turismo, como aponta Gonçalves (2015).

Dessa forma, uma cidade centro regional da baixada litorânea ganha importância no cenário econômico. Essas alterações urbanas vão modificar o espaço geográfico de forma substantiva no intuito de colocá-la em uma rota turística de grandes empreendimentos imobiliários, que alteram a configuração e o uso do espaço urbano para atender a novas necessidades. Um dos resultados dessas ações é o processo de segregação socioespacial que envolve mecanismos de revitalização econômica a partir da reprodução de moradias destinadas às classes de maior renda (GONÇALVES, 2015).

Ana Fani Alessandri Carlos (2006) aponta ainda uma questão importante para a discussão deste trabalho, a segregação do espaço urbano, que “[...] revela o movimento de passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização — momento em que o uso vira troca” (CARLOS, 2006, p. 49).

Isso representa a forma como a propriedade vinha sendo utilizada para construir uma cidade de acessos desiguais que determinam os lugares de cada um, gerando o fortalecimento de uma sociedade dividida por classes. Aquele espaço de representação que vai sendo tomado pelo branqueamento é lembrado na memória da comunidade negra do território com diferentes grupos em disputas das narrativas, dos lugares de memórias e dos patrimônios transformados em restaurantes, hotéis, clubes de lazer e condomínios. Isso promove, por sua estrutura e opulência, afastamento e intimidação, negando uma memória de pertencimento da comunidade negra (SANTOS, E., 2011).

Também a partir da ação do movimento negro, o Cais do Valongo que foi o ponto de desembarque e comércio de cerca de um milhão de escravizados que funcionou por mais tempo na cidade (1811-1831). Sua descoberta ocorreu em 2011, por ocasião de escavações durante o Projeto Porto Maravilha.

Em 2012, a prefeitura do Rio de Janeiro acatou a sugestão dos diversos movimentos negros atuantes na cidade para transformar o espaço em monumento preservado e aberto à visitação pública. Assim, o Cais do Valongo passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que estabelece marcos da cultura afro-brasileira na Região Portuária, ao lado do Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Pedra do Sal, Centro Cultural José Bonifácio e Cemitério dos Pretos Novos.

Em 20 de novembro de 2013, Dia da Consciência Negra, o Cais do Valongo foi alçado a patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Torna-se o primeiro lugar do mundo reconhecido pela UNESCO a fazer parte da Rota dos Escravos. Pela sua preservação material representa o mais destacado local de ocorrência do tráfico negreiro em continente americano segundo informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse local, agora denominado de “Pequena África” tornou-se o ponto de convergência dessa resistência como “berço do samba e de ativismos políticos e sindicais protagonizados por negros e negras” (SANTOS, E., 2022, p. 216).

Santos E., (2022) reafirma que:

A eleição e reivindicação da Pequena África como referente espacial do passado negro e suas contribuições para a construção da Cidade do Rio de Janeiro e do país enseja, a partir desses pontos patrimonialidades como “lugares de memória” (NORA, 1993), um alargamento temporal histórico. Com efeito, a Pequena África do Movimento Negro do século XXI remete não apenas a memórias negras do período em que Heitor dos Prazeres criou a alcunha. O signo da resistência como mote dessa política de memória (POLLAK, 1992) vai alargar a temporalidade da Pequena África também para o período anterior, valorizando também elementos vinculados à inserção de negros e negras na ordem social escravista. Pedra do Sal, Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo são patrimônios materializados pela violência e sofrimento sofridos pelos milhares de africanos escravizados e traficados para o Brasil (SANTOS, E., 2022, p. 217).

Mas mudanças têm ocorrido nesse território a partir de um movimento denominado Afro turismo que vem a ser um movimento cultural nos diversos campos da arte utilizando como referência por meio da celebração de sua identidade, ancestralidade e história conforme informação de matéria do jornalista Bruno Calixto da CNN Brasil divulgado no dia 14/05/2024.

Essa nova vertente de turismo cultural reconhece a cidade do Rio de Janeiro como um polo de experiências gastronômicas e de destino antirracista como uma

prioridade da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que gera emprego e renda em valorização aos empreendedores negros. A criação e revitalização do circuito possibilitam a distribuição e ampliação de renda, oferecendo para a população um cardápio de atividades culturais variadas. Outro fator é a elevação da autoestima e mobilização social, o que gera organização para reivindicações dos serviços públicos necessários ao bom atendimento no local. Tal como preconizado por Santos (M., 2000):

o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde estejam. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Cria-se para todos a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada um se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política. Funda-se, de fato, um novo mundo. Para sermos ainda mais preciso, o que, afinal se cria é o mundo como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado (SANTOS, M., 2000, p. 172- 173).

Isto porque a visibilidade conseguida por quem sempre esteve à frente da luta para que aquele espaço fosse resgatado para o uso de todos. Dessa forma, existe outra forma de organização e utilização daquele espaço, das relações entre as pessoas, formando uma grande rede, maximizando os esforços de todos os envolvidos.

O território se constitui assim como o local das disputas e palco dos embates sociais, onde o cidadão do mundo se realiza. Pois, na impossibilidade de o mundo regular os lugares, ser cidadão do mundo é apenas uma possibilidade distante, na medida em que ele se realiza no espaço subnacional e local:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (SANTOS, M., 2000, p. 55).

A Pequena África representa a valorização da nossa experiência civilizatória africana dos lugares que vão à contramão da prática capitalista de exploração do espaço público e serve como um importante exemplo de apagamento sofrido por quase dois séculos pela população negra que habita aquele local e que já sofreu

Também se faz necessário relembrar a importância das mulheres nesse processo. Essas mulheres aparecem na obra clássica de Roberto Moura “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro” (2022), como lideranças fundamentais na revolução social que se travou naquela região após a libertação dos escravizados. Rodrigues (2013) informa que as mudanças ocorridas na zona portuária do Rio não eram de conhecimento da maioria da população, apesar de sua influência estar na música, na religião, nos costumes que formam a identidade de brasileiros. Reconhecer e conhecer a história dessa parte da cidade contribui para o fortalecimento da constituição de centros históricos que se por um lado é bom, por outro é visto com desconfiança pelos moradores mais antigos do morro da Conceição, local em que se encontra a Pedra do Sal que representa parte da história da cultura negra da cidade.

As origens mostram que o local não é importante apenas por causa do samba, mas também pelos outros fins que o local já teve que vai de “barreira contra o avanço das águas, além de entrada para diferentes gêneros alimentícios que moviam a economia brasileira, primeiramente viveu o período do açúcar, depois o do desembarque do sal” (RODRIGUES, 2013, p. 18).

Ainda que as reformas urbanas comandadas pelo prefeito Pereira Passos tenham afastado a população residente do Centro, o samba de roda se desenvolveu e permaneceu agregando entusiastas na região da Cidade Nova, no quintal da nova residência de tia Ciata. O terreiro foi palco para a criação do samba “Pelo Telefone”, samba que marcou o nascimento do novo gênero musical (lançado pelo selo Odeon em 1917). A autoria da composição foi registrada no nome de Donga, e posteriormente reivindicada por outros músicos.

Retomamos aqui um pequeno resumo do que o samba representa para a população carioca, principalmente nessa parte cidade, pois foi também com essa manifestação cultural que os negros conseguiram ser vistos. Não à toa a primeira escola de samba foi criada ali próxima, na zona portuária. Posteriormente, houve um deslocamento dessas manifestações para a Central do Brasil capitaneado pelo crescimento do transporte ferroviário. Hoje, o samba é praticado e difundido nacional e internacionalmente e consegue mostrar a força da população negra em várias partes da cidade, principalmente nos bairros que tem escolas de samba, sendo um ponto de encontro, sociabilidade e local de geração de renda com trabalho relativo à

preparação do desfile de carnaval, servindo ainda como fator de afirmação da identidade brasileira (CENTRO CULTURAL CARTOLA, 2008).

Assim, é possível entender que o apagamento da história negra em diferentes cidades tem como causa o racismo estrutural estabelecido na sociedade brasileira nos termos cunhados por Almeida (2020):

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meios de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Para a geografia, o território não é simplesmente a tomada de uma determinada área, é um espaço de poder. Não se tem território se não se tem espaço de poder, ou seja, o Estado é poder porque dita e faz as leis, além de exercer o poder de cumprimento dessas leis e normas. No espaço criado pelas favelas, quem está de fora não sabe onde começa uma e termina a outra.

O poder de mando é de quem está lá, a divisão de território é tema de milicianos e traficantes que tem poder de expulsar, vender, construir e as pessoas não envolvidas com esses grupos ficam à mercê deles. Muitas vezes, os mais pobres se tornam violentos em função de sua fragilidade, pois o Estado, mesmo quando se faz presente, não atua para resolver de fato as contendas de modo que nem todos têm direito à cidade. Prova disso é a segregação socioespacial que vem ocorrendo no município de Cabo Frio, onde as novas moradias que estão sendo construídas têm como público pessoas de renda mais alta, novamente restando aos mais pobres os aluguéis em bairros precarizados (GONÇALVES, 2015).

Os argumentos acima mostram a forma como a cidade estabelece acessos desiguais e determinam os lugares de cada um, fortalecendo uma sociedade dividida por classes e raça.

De acordo com Berth (2023), existe uma perpetuação do distanciamento entre periferia e centro, em que as cidades brasileiras não atendem às reivindicações da maioria, em suma, não há representação de um grupo de tamanho considerável.

Nesse cenário, observam-se mudanças no espaço de representação e esvaziamento das lembranças que estão na memória da comunidade negra, que vai sendo tomado como um espaço de branqueamento do território com diferentes grupos em disputas das narrativas, dos lugares de memórias e dos patrimônios transformados em restaurantes, hotéis, clubes de lazer e condomínios que

promovem pela sua estrutura e opulência um afastamento e intimidação, negando uma memória de pertencimento da comunidade negra.

Tal comportamento é parte da estratégia organizada pelos que alimentam o racismo como parte da estrutura social de privilégios vivenciados desde o processo de escravização do povo negro nas Américas. Vale aqui retomar as ideias de Berth (2023) que propõe uma cidade para todos resguardando as suas singularidades:

A cidade tem cor. Ou melhor, cores. Uma vez que a colonialidade se estabeleceu e caracterizou pessoas, formando identidades e usando nossas diferenças biológicas, sexuais, fenotípicas etc. para fins de organização social e hierárquica, o território se apresenta como cenário fiel dessas representações. Afinal, as construções elencadas pela modernidade tinham (e ainda têm) um propósito: preparar uma sociedade onde se possa organizar as diferenças naturais entre seres humanos para a fundação de uma cadeia de privilégios sociais (BERTH, 2023, p. 115).

A realidade das cidades tem mostrado uma grande concentração de negros nos bairros periféricos que não consegue discutir o direito humano de morar. Essas pessoas estão na luta pela sobrevivência, pelo enfrentamento à desigualdade e o racismo em uma evidência de assimetria das relações de poder que está estabelecida há tanto tempo que a população negra já acredita que não tem direito a mais nada.

A Constituição Federal, o Movimento das Cidades Educadoras, os documentos relativos ao direito à terra já pensando em quem não está no segmento urbano tem no seu conteúdo possibilidades a serem exploradas por esses agrupamentos, mas seu conhecimento e compreensão é algo distante. Ainda assim, a luta quilombola deve ser resistência, como nossos antepassados fizeram. Acreditar que o resgate da luta pela terra/território pode ser o contraponto que permitirá produzir igualdade superando a exclusão, a hostilidade e o racismo influenciando o ambiente público, com reconhecimento da contribuição de todos acabando com as fronteiras físicas que refletem barreiras sociais que vão além da geografia (BERTH, 2023).

3 NEGRO NA HISTÓRIA DE CABO FRIO

Este capítulo trata da presença do negro na cidade Cabo Frio, como “alguém”, humanizado, diferente da forma como foi objetificado no passado e invisibilizado no presente. Este trajeto mostra a importância dessa parcela da população como mão de obra, mas também como construtor de cultura a partir do conhecimento intelectual e ancestral trazido do continente africano. Os autores que referenciam esse capítulo são: Santos, E. (2022); Santos, M. (1986, 1997, 2014); Trindade (1994); Evaristo (2007, 2017); Harvey (2004), entre outros de igual importância.

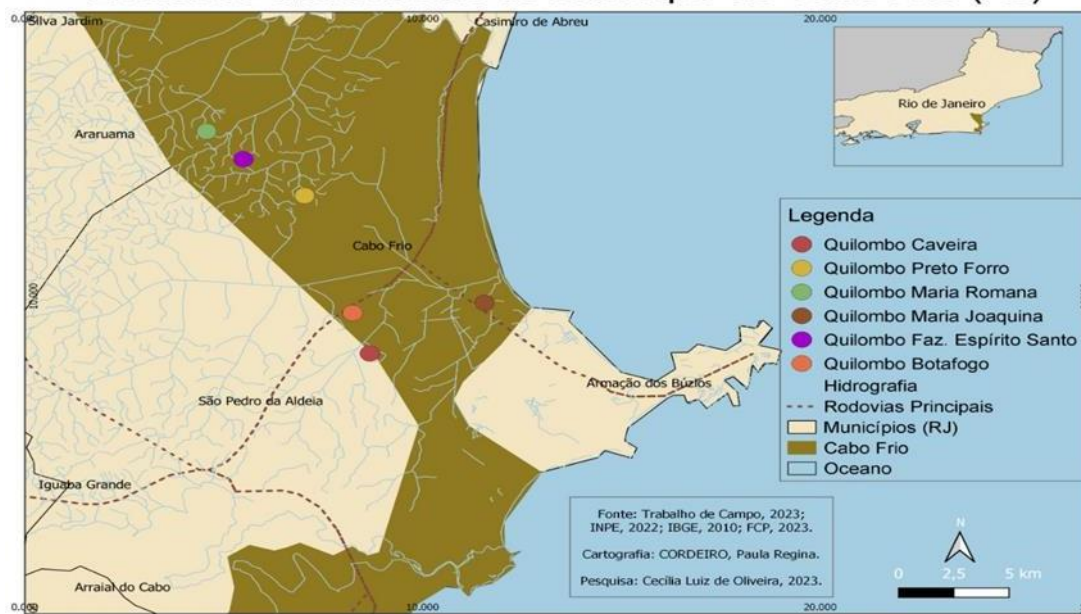
3.1 História negra na cidade de Cabo Frio: os bairros

Cabo Frio está localizado na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, região composta pelos municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Búzios e Arraial do Cabo. É, hoje, polo da Região, pois, compuseram o seu território os municípios de Arraial do Cabo, Búzios e São Pedro da Aldeia. A cidade é conhecida e reconhecida como turística, com importantes monumentos em sua paisagem que refletem a história colonial. Tem relevância na história da escravização no Brasil, assim como outras cidades que tinham o africano sequestrado e escravizado⁶ como mão de obra.

Christóvão (2011) representa as mudanças ocorridas na região dos Lagos dada a sua importância na indústria do sal para outras regiões do país a partir da inauguração da Ponte Rio-Niterói na década de 1970. Após o declínio dessa atividade, o turismo passa a ser a principal “ocupação de tradicionais áreas de salina que vão gradativamente cedendo espaço a empreendimentos imobiliários e ganhando novas funções ao longo deste curto período” (CHRISTÓVÃO, 2011, p. 12).

⁶ Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico”. Ver: HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-13. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

Ilustração 4 – Territórios Quilombolas do município de Cabo Frio
Territórios Quilombolas do Município de Cabo Frio (RJ)



Fonte: INPE, 2022; IBGE, 2010; FCP, 2023.

Na região denominada como antigo Cabo Frio, Barreto Júnior (2020) na introdução da obra “Cabo Frio revisitado: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo” informa que antes da emancipação dos distritos já citados temos a presença de nove quilombos, assim denominados: em Armação de Búzios o Quilombo da Baía Formosa e Quilombo da Rasa; em Cabo Frio, o Quilombo Preto Forro, Quilombo Fazenda Espírito Santo, Quilombo Botafogo, Quilombo Maria Joaquina e Maria Romana; em São Pedro da Aldeia tem o Quilombo da Caveira, no bairro Botafogo; em Araruama o Quilombo Sobara (BARRETO JÚNIOR, 2020, p. 31) conforme mostrado na ilustração 4.

Cabo Frio também era a cidade com maior arrecadação de impostos, sendo a mais importante da região. O Canal do Itajuru, que corta a cidade de Cabo Frio, é responsável pela ligação com a Lagoa de Araruama e a partir daí, consegue escoar seus produtos. A maior parte da produção de pescado da região era feita por barcos cabo-frienses em suas próprias águas territoriais (CHRISTÓVÃO, 2011). Posteriormente, após ser efetivada a separação dos municípios de Búzios e Arraial do Cabo, os distritos se constituíram como unidades administrativas municipais. Restam, então, na cidade de Cabo Frio, cinco comunidades quilombolas: Botafogo, Maria Romana, Maria Joaquina, Espírito Santo e Preto Forro, este último é o único que possui titularidade de sua terra desde 2011 (BARRETO JÚNIOR, 2020).

Abaixo, incluímos a ilustração 5 que é um Mapa do Circuito Cultural Turístico e Quilombola, desenvolvido pelo entrevistado João Félix, que na época da confecção exercia a função de Secretário de Cultura. O material é fruto da parceria com a Universidade Federal Fluminense. A proposta aqui foi construir mapas cartográficos que evidenciam as distâncias entre os Quilombos e o Centro de Cabo Frio.

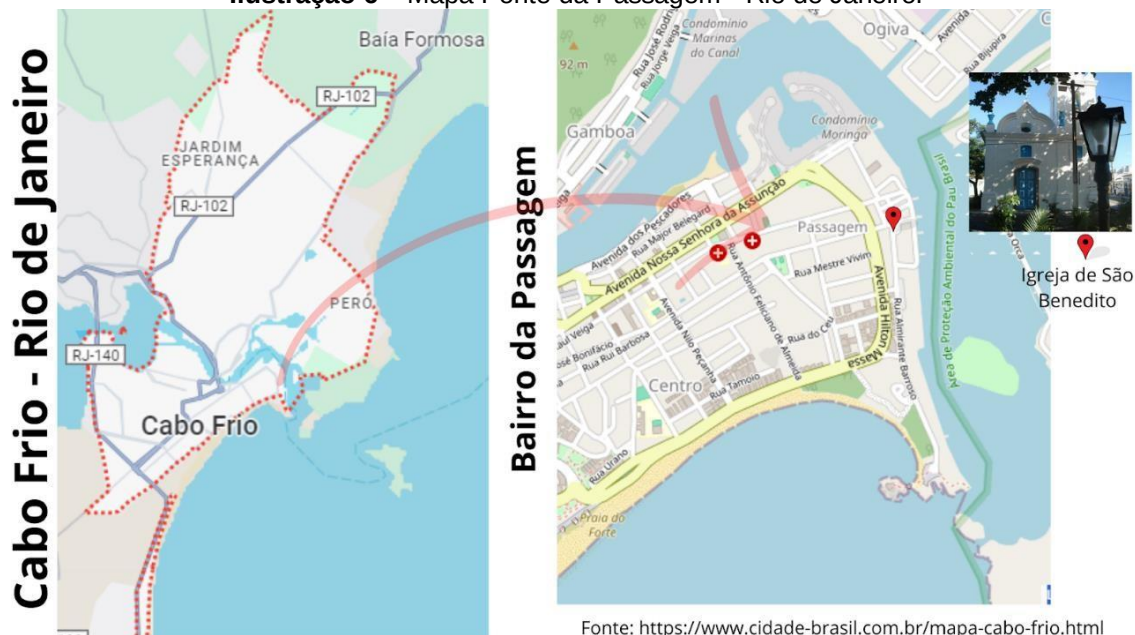
A presença de tantos quilombos na região evidencia que a população negra teve importância no processo de construção dessas cidades dados os fatos históricos registrados, como a utilização das praias de Cabo Frio para a substituição do tráfico negreiro, após a proibição desse tipo de comércio. Há um deslocamento do porto principal do Valongo para outras vias marítimas desconhecidas e de difícil acesso e fiscalização (ACCIOLI, 2020).

Ilustração 5 – Mapa do Circuito Cultural Turístico e Quilombola.



Fonte: Prefeitura de Cabo Frio.

Ilustração 6 – Mapa Ponte da Passagem - Rio de Janeiro.



Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-cabo-frio.html>

Fonte: MAPA..., 2023.

O Bairro da Passagem está localizado às margens do Canal do Itajuru, elo entre as duas partes da cidade, o nome está relacionado ao local específico do cais, onde a travessia era realizada, daí o nome Passagem. É o primeiro polo de povoamento datado, próximo ao Centro, antes mesmo da fundação da Vila de Nossa Senhora da Conceição.

O conjunto arquitetônico e urbanístico situado no Largo de São Benedito e arredores, no Bairro da Passagem, é um patrimônio histórico e cultural estadual tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), na data de 31 de dezembro de 2002, sob o processo de nº E-18/001.729/2002.

Ilustração 7 – Igreja de São Benedito (Cabo Frio).



Fonte: Arena, 2017.

O Largo de São Benedito e a Igreja do mesmo nome, que segundo a historiografia local, foram construídos por escravizados em 1761, em louvor a São Benedito estão localizados em uma praça onde a cidade teve início. Após a formalização da falsa abolição, tornou-se ponto de encontro de capoeiristas e jongueiros. São tombadas diversas construções que ficam no Largo São Benedito e adjacências: a Igreja de São Benedito; os imóveis de nº 8,11,13,53 e 60 do largo; a casa nº 399 da avenida Almirante Barroso; a casa nº 25 da rua Maestro Clodomiro Guimarães de Oliveira; às casas nº 5, 9 e 58 da rua 1º de Maio (antiga rua do Salga Peixe); e as casas nº 16, 22, 30, 36, 58, 66 e 78 da rua Manoel Antônio Ribeiro (antiga rua da Penha) (INEPAC, 2002).

Ilustração 8 – Bairro da Passagem.



Fonte: Mapa de Cultura/Diadorim Ideias/Cris Isidoro.

Do outro lado, fica o bairro da Gamboa, localizado em uma área de porto ou próxima, de águas calmas, que pode ser caracterizada como um lago. No local residiam negros que foram escravizados, que exerciam principalmente as funções de pescadores e outras atividades relacionadas ao trabalho destinado aos escravizados, como lavadeiras, empregados em obras, atividades comerciais nas ruas, domésticos entre outros (INEPAC, 2022).

A primeira ponte foi construída em 1898, com estrutura de ferro, que posteriormente, em 1926, foi substituída pela atual ponte denominada Feliciano Sodré, hoje transformada em cartão turístico da cidade por sua arquitetura. A ponte possibilitou a união desses pontos da cidade, que fazem a ligação entre polos que hoje são o centro e a periferia, habitada por populações mais empobrecidas da cidade, predominantemente negros. Os bairros centrais são adornados por condomínios de luxo, o comércio principal, a administração e um presídio, a Câmara Municipal, a igreja matriz, denominada Nossa Senhora de Assunção, a Rua Direita e o Pelourinho; posteriormente, a Charitas (casa da roda dos enjeitados) (FERNANDES, 2023).

A ponte não se resume apenas a um elemento de mobilidade urbana, há uma necessidade de realizar uma articulação de serviços que só tem do lado oposto. Assim, a ponte serve não apenas como passagem, mas para apontar que não existe uma boa infraestrutura do lado em que moram os negros, obrigando-os a procurar serviços como escolas e unidade de saúde do outro lado. É o eterno debate “do lado de lá e de cá”, diz o historiador Paulo Cotias (BRANCO, 2020). Deveria ser possível uma integração para a cidade, possibilitando a transformação de duas metades em uma única cidade, mas impor uma centralidade e um processo de dependência das pessoas em relação ao centro, o que demonstra divisão social e econômica do espaço urbano, além de apontar as deficiências dos bairros periféricos, disputas que levam até ao debate de separação político-administrativa (BRANCO, 2020).

3.2 Raízes históricas das memórias do povo negro de Cabo Frio

Esta investigação tem como recorte o Bairro da Passagem, local central e fundante da cidade, onde os monumentos patrimoniais atestam historicamente a presença da população que se identifica como negra e, com isso, atribui memórias representativas. Posteriormente, o eixo principal passa ser determinado pela escolha do lugar para fundação da igreja matriz, representando o ponto central da cidade. São Marcos que compõe a cidade, a praça, a igreja matriz, a cadeia e a Câmara, o canal de Itajuru é determinado como a entrada da cidade. Tem tradicional traçado das cidades coloniais portuguesas, a saber, a Casa da Câmara, de frente para a igreja, de onde seria traçada a Rua Direta, confirmando assim a relação existente entre as cidades coloniais e a religião católica (CHRISTÓVÃO, 2011).

Ilustração 9 – Bairro da Passagem (mapa aéreo).



Fonte: Barbosa, 2019.

Ilustração 10 – Igreja São Benedito.

Igreja de São Benedito

Através da provisão de 9 de abril de 1761, João Botelho da Ponte foi autorizado a construir a Igreja de São Benedito na Passagem e doou o patrimônio de uma "morada de casas e os foros de outras que se fizeram em terreno pertencente a mesma capela para sua conservação. Após a morte do benfeitor, os moradores do bairro começaram a pagar um Reverendo Capelão "para lhes dizer missa nos dias de preceito".

A festa em homenagem ao Santo padroeiro da raça negra no Brasil era promovida pela Irmandade de São Benedito. Até as décadas iniciais do século XX, as comemorações tinham a participação majoritária da população negra da Cidade de Cabo Frio.



Igreja de São Benedito em 1915




Fonte das imagens: <http://www.pnsassuncao.org.br/matriz/55-matriz-historica>

Fonte: Barbosa, 2019.

A igreja implantada no local central e inicial demonstra essa estreita relação. Podemos entender a construção da igreja como iniciativa tomada no intuito de redimir e salvar os fiéis, o Pelourinho representa o poder através do castigo, à unidade prisional representa o exercício de esse poder coercitivo limitador da liberdade.

destruição não apenas material do país, mas as perdas individuais e coletivas que resultaram em recomeços ou em separações. As memórias coletivas de grande impacto acabam por ser disponibilizadas pelos meios de comunicação na atualidade. Ainda que os negros sempre tenham lutado contra a escravidão dentro das condições que tinham, assim como os povos originários que aqui se encontravam, as consequências dos conflitos que hoje são acontecimentos históricos trazem sombras desses enfrentamentos, o que pode ter gerado inclinações ou distorções nas memórias construídas (HALBWACHS, 2013).

De norte a sul do país, houve lutas que receberam diferentes nomes, mas que teve em comum o viés da rebeldia, da insurgência. Dos levantes e das revoltas, podem ser citados: a Revolta da Cabanadas e Revolta dos Búzios; há inúmeros quilombos, sendo o mais importante o de Alagoas e de Palmares, que esteve de pé por quase cem anos, tendo com proposta política a organização da sociedade com a participação de todos.

A cidade do Rio de Janeiro, que já foi capital do Império, em seu último período de vigência, funcionando como principal porto de chegada dos negros raptados do continente africano, ao longo de muitas disputas históricas, evidencia a luta pela libertação dos escravizados e consequentemente mudança no modelo produtivo da sociedade brasileira. Os registros dessas revoltas reforçaram a luta pela libertação da escravidão e trouxeram impactos na construção da memória de um povo que exigia ser livre. Nessa perspectiva, refletir sobre a memória torna-se fundamental neste estudo (ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2020).

A centralidade da cidade do Rio de Janeiro como principal porto do país, com uma população majoritariamente negra, influencia as demais cidades onde a presença do povo negro tenha relevância, tendo sua mão de obra utilizada nos diferentes processos produtivos da sociedade brasileira. Cabe ressaltar que há registros de um grande quantitativo de escravizados libertos, tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, que moravam e trabalhavam nas áreas centrais de diferentes “arranjos laborativos”, e na condição de libertos e alforriados e/ou como escravos de ganho (LIMA, 2005).

Neste sentido, há registro da presença de quilombos nas diferentes cidades do Rio de Janeiro. Cabo Frio, como a sétima cidade fundada no Brasil, registra presença negra a partir da sua construção, pois todo o processo produtivo no Brasil

colonial se realizava com mão de obra escravizada ou liberta, mas sempre majoritariamente negra.

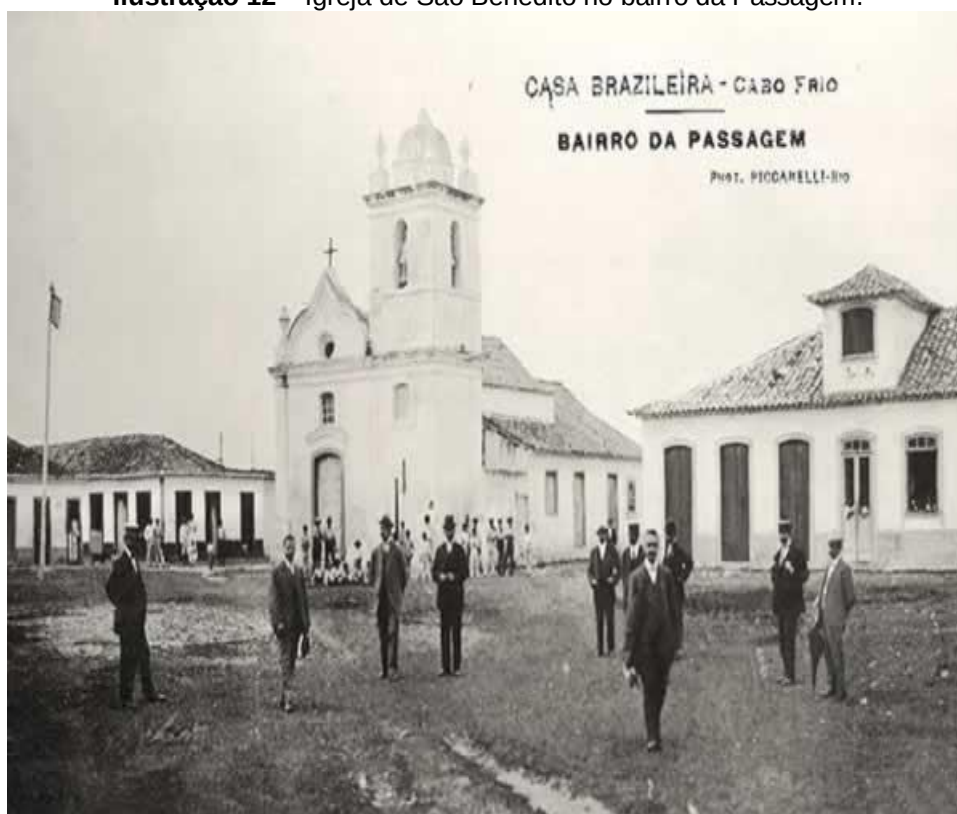
Apontamentos trazidos por Accioli (2020) mostram que no período de proibição do tráfico negreiro, a existência de portos clandestinos localizados nessa área, uma região de litoral escondido, vasto, com inúmeras possibilidades de desembarque dos negros trazidos como escravizados, conforme o artigo “Tráfico, escravidão e memória: comunidades negras remanescentes e a engrenagem do tráfico de escravizados no antigo Cabo Frio”. O resgate desse processo histórico salienta como a presença negra em Cabo Frio tem importância e impactou na constituição das memórias e da história do povo negro (ACCIOLLI b, 2021).

A Igreja de São Benedito no centro da cidade atua na memória e sua representação social nos remete à ideia de rugosidades proposta por Milton Santos (1978) para analisar o papel dessa construção diante da ação capitalista no mundo globalizado. Para o autor, rugosidades pode significar o encobrimento dos monumentos pela ação do tempo, ausências, ou seja, nesse contexto, é aquilo que poderia ter sido realizado pelos governos e nunca aconteceu, são marcas do passado que ainda se faz presente e está ativo, também e por intervenções, a renovação, assim como as mudanças que modificam a utilização do espaço, incorporando novos significados.

As imagens da praça citada anteriormente são prova viva do processo de ressignificação do espaço, sendo utilizadas como estandarte da memória viva, com uso para outras formas de apropriação do capital. Muito do resultado das rugosidades advém do acelerado processo de metropolização das cidades e regiões, como é o caso de Cabo Frio, considerada uma das melhores cidades da Região dos Lagos para turismo pelas suas praias (OLIVEIRA, RAMÃO; MASCARENHAS, 2020).

As mudanças obviamente trazem consequências no campo simbólico e alteram o comportamento cultural e introduzem elementos que não estavam presentes até então. O uso da frente da igreja por parte de capoeiristas e jongueiros demonstra a veracidade do que é dito por Lowenthal (1998) de que somos a soma do passado. Todas as atitudes e ações são orientadas por ele, num somatório de memórias e percepções acionadas a todo instante. Isto permite que, num mesmo território, possam conviver formas espaciais datadas de tempos distintos.

Ilustração 12 – Igreja de São Benedito no bairro da Passagem.



Fonte: Werneck, 2024.

Chama atenção da investigação os pontos turísticos já citados, por isso surgiu interesse em ampliar estudos teóricos que tratem da contribuição do negro na construção ou criação desses espaços, considerando o atravessamento histórico entre os monumentos existentes na cidade e a população negra. Segundo Márcio Werneck (fotógrafo) em seu site (Acervo Marcio Werneck:

A festa em homenagem ao Santo padroeiro da raça negra no Brasil era promovida pela Irmandade de São Benedito. Até as décadas iniciais do século XX, as comemorações tinham a participação majoritária da população negra da Cidade de Cabo Frio. No meio de barraquinhas, prendas e leilões cantava-se e dançava-se o “jongo”. A festa de N. Sra. dos Navegantes também era comemorada pela população da Passagem, sendo palco de brigas famosas entre capoeiras e soldados da polícia, ao som de tambores, palmas e cantigas do “bangulê”. [...] O seu interior é modesto e não há imagens de Santos, apenas a miniatura de um barco de pesca embaixo do altar. Até a segunda metade do século XIX, os membros da Irmandade eram enterrados sob o piso da nave (WERNECK, 2024, n. p.).

Apesar de ser um lugar de representação da fé católica, mas que não renunciou às ressignificações ocorridas nos festejos sagrados. Cabo Frio deu lugar a manifestações culturais de outra expressão religiosa e de lazer, o que expressa um processo permanente de buscar respostas para a criação e a manutenção de sua identidade cultural. Observamos que as populações que transitavam nesse centro

histórico foram afastadas para as periferias da cidade em decorrência de uma nova lógica do urbano e do turismo. Cruz (2001 *apud* MELO, 2011) acrescenta que a indústria do turismo passa de “[...] „usuária passiva dos territórios” para tornar-se um agente condicionador de seu reordenamento” (MELO, 2011, p. 5).

Neste trabalho, procuro entender como a população que constitui referência no espaço através de suas representações religiosas e culturais foi afastada ao longo do processo de expansão das cidades, mesmo com a estátua de dois capoeiras conforme mostrado na ilustração 13. Considero que a reconfiguração de suas formas territoriais em função de diversas mudanças provocará segregação socioespacial. Colaboram para isso também a privatização do espaço público, assim como também a ênfase no turismo e na especulação imobiliária em detrimento de outras formas de desenvolvimento da região. Essa transformação está fundada na exploração da indústria salineira e da pesca ou em um turismo não predatório, em que as manifestações culturais dos diferentes grupos da cidade não seriam colocadas dentro de uma lógica subalternizada, o que acaba por postular sua manutenção em lugares de esquecimento, desvalorização e preconceito.

Ilustração 13 – O Largo de São Benedito e os capoeiras.



Fonte: Werneck, 2024.

Isso nos remete ao que é dito por Santos (2004) quando faz referência ao momento atual, em que os espaços sob uma nova óptica da técnica, ciência, informação, ganham uma nova funcionalidade e são utilizados para fins específicos. Que não atendem ao morador daquela cidade e são requalificados para atender,

sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados à lógica globalizante (SANTOS, M., 2004).

Santos (M., 2014 [1985]) reforça esta afirmação quando diz: “[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial” (SANTOS, M., 2014 [1985], p. 49).

As reflexões apontam para questões geográficas, de localização e de utilização do espaço territorial, assim como também aponta para a recuperação da memória e de suas historicidades, considerando a compreensão do território como “uma ideia de espaço vivido; não espaço geográfico delimitado, mas um espaço apropriado e constituído de relações sociais e culturais” (ROLNIK, 2007a, p. 37).

O entendimento de território da autora está pautado na afirmação “[...] espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por certo grupo social” (ROLNIK, 2007b, p. 76), a noção de território urbano caracteriza-se ainda por “[...] uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social, mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço” (ROLNIK, 2007b, p. 88). Destaque-se que as políticas urbanas em territórios que guardam essas memórias e suas historicidades, elementos de materialidade de convivência do cotidiano, predominantemente das populações negras, eram alvo da segregação e subalternidade, sustentando a desigualdade social que se mantém permitindo ao branco, mesmo os mais pobres, moradia com mais conforto, com mais infraestrutura e protegida de diferentes formas. Para os negros, o que sobra é a favela, os morros, os lugares insalubres tomados por alagamentos em períodos de chuvas. Os moradores desses lugares, maioria negra, não escolheu morar assim, estão lá por causa da necessidade e da impossibilidade de pagar ou comprar um imóvel onde é possível, além de precisar se locomover menos, num tempo menor de deslocamento. Dessa forma, os direitos relativos à moradia são direitos negados fazendo com a cidade tenha cor.

O direito à cidade como um impeditivo de pleno exercício da cidadania e o que dizer do exercício da religiosidade cuja negação vem desde o processo de escravização quando a cultura africana e a cultura indígena foram desconsideradas. A forma de manter o culto aos orixás se deu a partir de um processo de aproximação/criação de irmandades com aparente conversão à fé católica. “Foi na

religião que os africanos encontraram força para resistir à crueldade do sistema escravagista e dos propósitos impostos pela dominação colonial” (RUFINO, 2017, p. 97).

O processo de colonização trouxe consigo o desejo total de aniquilamento da humanidade do negro. Não bastava apenas fazer dele um objeto, mas acabar com todo e qualquer vestígio desse sujeito como povo.

No próximo tópico, tratamos das Irmandades constituídas no estado do Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XVIII mostrando a sua importância para o processo tanto da expansão católica como da possibilidade dos escravizados continuarem professando sua fé a partir do sincretismo religioso, pois fizeram adaptações das características dos orixás com os santos católicos de devoção popular, além disso, serviram para fortalecer o Estado e o poder eclesiástico. Nesse sentido, a falsa conversão ao catolicismo, à aceitação do batismo com outro nome foram estratégias bem sucedidas para sobreviver. Quais características apontam a teologia refletida por estas Irmandades nos séculos XVII e XVIII?

3.3 O contexto das irmandades: será o Benedito?

Inicialmente, o fortalecimento da religião cristã foi embasado em ações pastorais. O Padroado, conferindo direitos à Coroa Portuguesa, favoreceu a conquista de uma relativa autonomia das Irmandades com relação à Igreja. Foi um período de expansão da presença de escravizados e alforriados nas principais cidades do país. Havia situações em que a Igreja queria ter autoridade sobre os negros e através das Irmandades tiveram o papel de fazer controle, principalmente em função da manutenção da mão de obra (MAGALHÃES; MORAES, 2015).

Ainda que as irmandades tenham tido início anterior ao século XVII no Nordeste, não nos detivemos nas informações históricas sobre este período nessa região, posto que nosso objetivo seja tratar das irmandades no estado do Rio de Janeiro.

Segundo a informação da Associação Rio Memórias, a primeira irmandade da cidade do Rio de Janeiro era formada pela elite branca e foi criada entre 1567 e 1569 e funcionava na primeira igreja matriz da cidade no Morro do Castelo. Já primeira irmandade formada por pretos e pardos foi criada em 1640 e tinha como

nome Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A irmandade funcionou na Igreja Jesuítica de São Sebastião, no morro do Castelo, durante 60 anos. Entre 1701 e 1737, foi construída uma nova igreja na Rua da Vala, atual Uruguaiana. Essa igreja foi considerada o local de encontro do movimento abolicionista. Lá funcionava a gráfica de periódicos como o Abolicionista. Foi à terceira igreja no Brasil. O movimento abolicionista passou por essas irmandades e respectivas igrejas até os anos 1830 (SILVA, 2024, n. p.).

A veneração a Nossa Senhora teve início no Congo, atual república do Congo que foram os primeiros a adotar o Cristianismo. A adoração à santa se dá por ela ser intercessora dos oprimidos e por isso não os abandonará (PAIVA, 2009).

As Irmandades reproduziam a estratificação social sendo separadas por cor. Os escravizados podiam ter sua confraria desde que respeitada essa divisão. As Irmandades dos Pretos congregavam pretos livres e escravizados, sendo o momento em que se “misturavam”. Cabe dizer que os bantos já participavam do culto a santos católicos antes de cruzarem o Atlântico, pois a religião não era só adoração, mas também instrumento político, sendo vista por muitos brancos como extremamente perigosa por representar uma ameaça ao poder estabelecido (BASTIDE, 2001).

Os frades carmelitas no Brasil no século XVII influenciaram na conversão ao Catolicismo de escravizados e negros libertos através da divulgação de histórias de africanos convertidos. Através da propagação do Catolicismo, os negros viveram uma experiência de cristianização africana fora do continente africano, entretanto muitos deles não renunciaram à sua cosmologia de origem. O que se fez foi criar semelhanças simbólicas que coincidiam com suas vivências “[...] africanizando símbolos e crenças católicas, “crioulizando” formas religiosas da Igreja Católica, no que se pode entender como catolicismo afro-brasileiro, que teve nas irmandades laicas uma das suas expressões mais vigorosas” (SWEET, 2007, p. 238, 252 *apud* BOSCHI, 2019, p. 212).

Boschi (2019) afirma que essa forma de organização chegou ao Brasil juntamente com as grandes navegações e funcionavam como uma força auxiliar e complementar da Igreja tendo como obrigações a construção de igrejas e a contratação de religiosos. O principal ponto para a constituição de uma irmandade era a aceitação de um estatuto com objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações. Dentre essas obrigações uma das mais importantes era a veneração a

um santo padroeiro com a manutenção do culto e realização de festa, chamado de compromisso assinado pela Igreja e o Estado.

As irmandades constituídas por „homens de cor“ foi uma forma de serem considerados humanos por um dia, ou seja, no dia em que podiam demonstrar sua devoção a um santo católico. Desfilando em lugares públicos, mas fazendo o uso de tambores, melodias e roupas africanas, mantendo viva na memória a cultura de sua sociedade. Isso trouxe uma diferença na construção e uso de igrejas organizadas por africanos. Elas eram muito ornamentadas, representando prestígio e espaço de vivência religiosa e social (SILVA, 2000, p. 168).

Não era imitação, era a manutenção e recuperação da cultura africana, como que a dizer que agora era chegada a hora dos negros mostrarem seu talento, tradições, valores míticos e religiosos. A quantidade de eventos, rituais, festas e procissões também serviam para arrecadar dinheiro para a irmandade, conferindo as mesmas mais prestígio econômico. As irmandades dos homens mulatos e pretos, considerados „homens de cor“ podiam ser divididas por grupos étnicos diferenciados, mas adaptados com muitas estratégias de negociação, sociabilidade e convivência (CRUZ, 2007).

As irmandades, para além da questão religiosa, serviam para que a Coroa recolhesse mais impostos e, dessa forma, os negros sequestrados em África e enviados ao Brasil conseguiam manter vivos diversos rituais expressos nas culturas africanas (SOUSA JÚNIOR, 2009).

Nesse caso, fazer a relação entre santos católicos e orixás do panteão africano não era incompatível. Foi à forma encontrada de fazer a fusão de elementos de diferentes religiões, em especial a religião católica e as religiões de matriz africana chamada de sincretismo religioso, pois isso não os fazia perder sua respectiva identidade. A dupla pertença significava que a pessoa pertencia a mais de uma religião ou incorporava práticas de mais de uma religião valorizando a complementaridade entre as religiões. Se nos séculos anteriores era sincretismo, isso na contemporaneidade foi ampliado para a discussão de dupla pertença tendo como referência os autores latino-americanos e sua discussão sobre “sociologia das ausências” que faz com que “o que está ausente esteja presente, que as experiências que já existem, mas são invisíveis ou não credíveis estejam presentes; ou seja, transformar os objetos ausentes em objetos presentes” (SANTOS, 2006, p. 26). Ou seja, são aqueles negros batizados na igreja católica e iniciados na religião

dos orixás; mas, que não tornam pública essa experiência religiosa em função do preconceito e discriminação. Basta ver as opiniões conflitantes quando da realização das missas afro. Ainda hoje, negros cristãos agem como que a esperar uma autorização da igreja para se posicionar publicamente como sendo parte desse grupo que estão na dupla pertença. No entanto, não é a igreja quem deve decidir sobre o tema, pois isso significa a continuidade da invisibilidade da dupla pertença. A força do eurocentrismo foi a responsável por criar um antagonismo entre fé cristã que é do bem, pois representa o divino e religiões africanas que representam o mal porque são diabólicas.

Os bantos⁷, que formam um grande grupo de povos e culturas da África Central acreditam que “todos os seres compartilham na vida do Ser Supremo em diferentes níveis de acordo com sua natureza” (KABASÉLÉ, 1991, p. 120). E o ser humano ocupa o centro, compartilhando a vida do Ser Supremo no mais completo nível. Entretanto, “essa participação é indireta”, pois em um universo hierarquizado entre o ser supremo, o mundo dos espíritos e o mundo dos seres humanos, há intermediários. Assim, fica a indagação de como conciliar a fé em Jesus Cristo e nossa relação com os ancestrais/orixás? Essa é uma pergunta ainda não respondida. O que existe é a elaboração de uma “cristologia dos ancestrais” (CALDEIRA, 2021, p. 148-154). A cristologia dos ancestrais é o desejo de que Cristo seja reconhecido nas culturas africanas em seu mistério humano-divino. Jesus é o ancestral por excelência na cristologia africana. E, fora da compreensão de universo africano, fica difícil compreender a mediação dos Ancestrais, isto é, sua presentificação e sua percepção da presença de Cristo na África.

Assim, a Bahia e outros estados da federação viveram experiências de ter duas religiões integradas à sociedade, sem que isso significasse perder a fé em uma ou outra religião como uma possibilidade espiritual e ter também a participação da população negra escravizada ou alforriada na igreja, funcionando então como um símbolo cultural que arremata diferentes crenças, podendo ser mencionada sempre que indivíduos conseguem se adequar e se desenvolver em duas ou mais religiões na ideia do Deus uno presente em todas as experiências de transcendências religiosas existentes ainda hoje em diversas igrejas. As irmandades

⁷ O termo “banto” designa de forma abrangente uma gama de povos e culturas da África Central. A denominação surge a partir do grupo linguístico banto, que inclui diversas línguas africanas com determinadas características comuns - entre elas, o uso da palavra *bantu* para designar “pessoas”.

se organizavam em torno de um santo de cor que alimentava o sentimento de uma afinidade étnica, além de funcionarem como vetor de criação de sociabilidade e de identidade. Quando participavam de irmandades, os negros se sentiam importantes, se sentiam “pessoas” e dessa forma elaboravam “modos alternativos de existência tanto aceitando a religião dominante como incorporando rituais e símbolos culturais, das sociedades africanas de onde foram arrancados” (BEZERRA, 2014, p. 128).

As irmandades eram de dois tipos: as ordens terceiras, as quais dependiam de autorização da igreja católica para funcionar e eram compostas apenas por homens ricos, conferindo prestígio social aos seus associados; e as irmandades, que congregavam indivíduos de diversas classes sociais, incluindo pessoas alforriadas. Seu propósito era organizar associações profissionais, fazer a devoção a um santo, organizar festas e coletar contribuições que serviriam para atender a quem necessitasse em situações como: compra de alforrias, realização de velórios, resolução de problemas no campo econômico e assistencial, em caso de doenças graves e pobreza extrema (RASCKE, 2013).

Essas irmandades serviam para a igreja economizar dinheiro, já que os seus membros é quem deveriam “[...] subsidiar a construção, a ornamentação e a manutenção das igrejas, além de se livrarem dos encargos da assistência social à população, os quais também ficavam a cargos das irmandades” (SALLES, 2007, p. 23).

A dupla pertença representou uma possibilidade espiritual e também política de integração da população negra na Igreja e também na vida social mais ampla. Berkenbrock (2012) descreve:

O primeiro passo do sincretismo foi justamente a necessidade de uma acomodação à nova situação. Os negros precisavam esconder dos brancos o melhor possível a sua religião. O culto secreto aos Orixás não oferecia segurança suficiente. O problema foi resolvido pela utilização de estátuas de santos católicos. Estes santos eram inicialmente apenas como que uma máscara que foi vestida sobre os rostos dos Orixás negros. Sobre o Pegi, no qual o Orixá recebia o sacrifício de animais, foi colocado um altar católico, com toalha branca, flores e estátuas ou quadros de santos. Estes santos não foram escolhidos de modo aleatório. Foram escolhidos santos que de alguma forma lembrassem alguns aspectos dos respectivos orixás. As ofertas colocadas diante dos santos não se destinavam na verdade aos santos; as velas ali acesas não queimavam para os santos. Essa dissimulação é em si o ponto de partida do sincretismo ocorrido no Brasil entre o Cristianismo e as religiões africanas. Esta substituição dos Orixás por santos católicos tinha como consequência não apenas uma proteção para os Orixás, mas também para os seus cultuadores, que eram mais respeitados perante a sociedade (branca e católica). Num país onde a

classe dominante era católica, tal devoção aos santos católicos era naturalmente vista com bons olhos (BERKENBROCK, 2012, p. 136).

A dupla pertença “escondendo” o quê e a quem venerar representou uma recomposição simbólica para ser aceito socialmente, ao mesmo tempo em que visava preservar o que se caracteriza como elemento diferenciado do seu grupo.

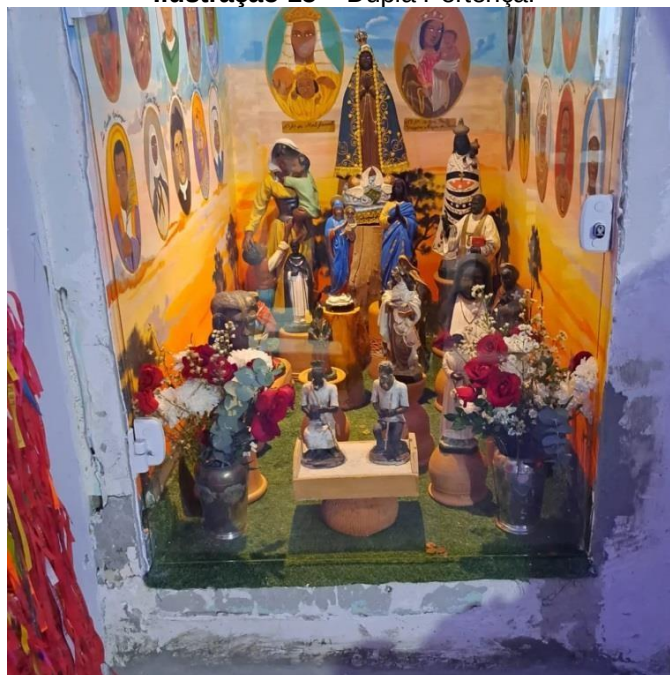
3.4 Sincretismo ou resistência: A Dupla Pertença

Ilustração 14 – Altar residencial de devoção.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora. 2024.

Ilustração 15 – Dupla Pertença.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora. 2024.

As irmandades tiveram papéis duplos, já ressaltados por diferentes autores. Muitas das irmandades funcionaram como as primeiras caixas para a formação de capital, a compra de alforrias e patrocínio de pequenos negócios de negros alforriados, assim como para uma rede de apoio mútuo. Do mesmo modo, favorecem uma prática de luta encoberta sob o manto do cristianismo (SALLES, 2007).

As irmandades foram importantes na história da luta pela liberdade dos escravizados, pois no Brasil foram importantes como forma de organização e atuaram como um sistema de garantia de alguns benefícios com empréstimos, auxílio funeral, possibilitando uma forma de sociabilidade.

Rascke (2013) identificou alguns pontos de tensões nas irmandades. O primeiro diz respeito ao amortecimento das lutas, pois o fato de poder louvar os santos negros utilizando a mesma pompa que os portugueses faziam com que os negros se sentissem importantes. Essa foi uma estratégia bem-sucedida dos senhores para controlar os escravizados. O segundo se refere ao fato de que as irmandades negras se constituíam por grupo étnico, mantendo a separação, o que facilitava a dispersão para organizar lutas comuns. No Rio de Janeiro, havia africanos de distintas etnias que por terem sido separados na chegada acabavam por perder sua identidade original. O que acabava prevalecendo era o porto de desembarque para determinar sua origem conforme mostra a ilustração 16.

Ilustração 16 – Principais rotas do tráfico negreiro.



Fonte: Rede Escola Digital. 2023.

As irmandades eram vinculadas às igrejas e serviam como espaço de representação da fé católica que exerciam controle sobre seus membros, que eram pessoas leigas, pois determinavam as regras para sua consolidação. Era exigida uma conduta regrada, com o cumprimento dos ritos determinados. Diferentes grupos se organizaram para garantir pleitos de seus interesses. Os leigos que compunham as irmandades tinham como objetivo ajudar seus membros e sua comunidade. Elas atuavam como espaço de consolidação da fé católica e serviam de alternativa para resolução e discussão de problemas e questões que não eram diretamente controladas pelas instituições políticas oficiais. Permitiam também a defesa dos interesses do grupo que representavam (BARBOSA, 2020).

Havia uma estrutura social a ser seguida que considerava e distinguia etnicamente as irmandades a partir dos grupos étnicos, que a partir de então criaram alianças, canais de negociação e formas de resistência.

A cidade do Rio de Janeiro também teve forte importância na constituição de irmandades capitaneadas pelos negros “minas”, assim chamados por serem originários da costa ocidental africana, notadamente aqueles sob a égide do antigo reino do Daomé. Foram traficados e trazidos forçadamente na condição de escravizados pelos portos baianos. No Rio de Janeiro, os grupos majoritários foram os nagôs e jejes (África central e austral) comumente chamados de “bantos” (REIS, 2018). Porém, a partir dos momentos de disputa, sua origem era reivindicada.

Boschi (2019) afirma que, apesar disso, permitia-se uma forma de sociabilidade de tomar parte de algo que importa em sua existência, assim, as irmandades foram importantes não somente pela finalidade, mas também pela localização, porque estavam em uma região central da cidade, facilitando o deslocamento para se conseguir trabalho, para se viver como ambulantes e para se trabalhar nas casas das famílias mais abastadas. Essa “aceitação” da fé católica também visava à humanização dos negros, à constituição de uma identidade, e o que parecia ser conformismo, na verdade, escondia discordância: “[...] transformando-os em paladinos de suas causas e „em espíritos de antepassados, à maneira africana”” (SWEET, 2007, p. 240-242 *apud* BOSCHI, 2019, p. 213) ou pode-se chamar de culto à ancestralidade, já que aquele espaço servia de forma segura para cultos de matriz africanas realizados no interior das Igrejas. Muitas vezes o espaço exterior em frente à Igreja era consagrado ao plantio de árvores

consideradas sagradas para o culto citado como o Baobá e a Gameleira/Iroco entre outras.

Corroborando as considerações acima, Müller (2013) mostra um pouco da essência das irmandades para o contexto de organização da luta, em que, encobertos pelos mantos e aparatos religiosos em oposição ao catolicismo, muitos sujeitos utilizavam o sincretismo religioso de forma estratégica para a pavimentação da luta abolicionista. Assim, entendemos que uma formulação política baseada em leis que, na realidade, não tinham valor, tornando a prática nos ritos religiosos de “engana olho” (como na formulação da Lei do término do Tráfico Negroiro), na realidade, estavam construindo bases para a manutenção de sua religião.

A constatação da presença das irmandades junto à população negra em cidades de importância econômica no período colonial contribuiu para entender a formação social e o papel da memória no resgate da ancestralidade africana, conferindo assim relevância a este trabalho.

3.5 Irmandades Femininas

As mulheres também tiveram um papel importante na constituição de irmandades a partir do século XVII. Se no início os negros precisaram estabelecer uma relação com as Irmandades Católicas através das congregações já citadas anteriormente, posteriormente precisaram aceitar as regras criadas através de estatutos, ainda que esses documentos dessem cerca autonomia aos chamados “homens de cor”. A primeira Irmandade católica a aceitar esse público foi a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Católica Apostólica Romana de cunho africano. Já a partir de 1899 a Irmandade passou a fazer parte da categoria de Ordem Terceira, sendo então permitida a participação das mulheres. A função delas era prestar assistência aos negros escravos que eram acometidos por doenças e quase sempre vinham a óbito garantindo aos mesmos um enterro decente, bem como a prática de empréstimo e auxílios financeiros, doações e principalmente a compra de alforria para os ainda escravizados.

A referência dessa irmandade surgida na Bahia se espalhou e se tornou elemento de resistência através de uma prática assistencialista e filantrópica, alinhado à religiosidade. Mesmo assim, foi necessária a participação de homens no início, sendo estes adeptos tanto da Confraria do Senhor dos Mártires, como

também de um terreiro de Candomblé, fortalecendo a articulação necessária ao funcionamento da mesma. Outras irmandades importantes estavam localizadas no município de Cachoeira que inicialmente era chamada de vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, sendo elevada à categoria de cidade em 1837 (LESSA, 2005).

Outra informação importante foi à constituição da Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo criada com os mesmos objetivos da Cachoeira e com muitas pessoas em comum no que diz respeito à religiosidade africana. Lessa (2005) criou um perfil dessas mulheres:

As irmãs da Boa Morte eram mulheres negras que pertenciam aos segmentos mais baixos da sociedade, 50% delas trabalhavam em torno da cultura fumageira, como lavradora ou charuteiras ou pequenas negociantes, vendiam doces, bolos, cocadas. Quanto ao estado civil eram chamadas de raparigas, significando mulheres solteiras com filhos, muitas eram amasiadas e algumas com pessoas ilustres da cidade, o termo era usado para as mulheres que tinham filhos, mas não eram casadas. Por isso a festa das Irmandades era conhecida como as festas das raparigas (LESSA, 2005, p. 90).

Essas mulheres eram “mal vistas” pela sociedade da época e, participar da irmandade tornou-se uma alternativa de mudança de visão social proporcionando para essas mulheres conforto e identidade, tentando obter um tratamento menos desigual. Inicialmente, eram apenas as mulheres mais pobres, mas com o tempo essa irmandade passou a ter poder e fazer parte dela era símbolo de poder e status. Cabe ressaltar que para construir essa “nova imagem”, essas mulheres passaram a se privar deste estigma de mulher da vida (VIANA, 2007, p. 98).

Ilustração 17 – Cortejo da Irmandade da Boa Morte na cidade de Cachoeira (BA).



Fonte: Oliveira, 2015.

Desde sempre a história da mulher negra é uma história de luta por visibilidade, melhores condições de existência e respeito em oposição à discriminação e racismo. A presença das mulheres nas irmandades específicas mostra que sempre houve luta e discussão contra as contradições presentes na relação entre os gêneros. O cortejo da Irmandade da Boa Morte ocorre na cidade de Cachoeira na Bahia, entre os dias 13 a 15 de agosto e tradição de pedir esmolas ainda permanece. O dinheiro arrecadado é usado para comprar comida que é distribuída ao final do cortejo. As vitórias obtidas no presente são fruto dessas lutas, sendo motor para novas conquistas (CONCEIÇÃO, 2011).

Por conseguinte, a história das lutas das mulheres dentro da Irmandade da Boa Morte, segundo a professora Rosália Lemos, “pode ser considerado o primeiro ato de lutas das mulheres negras, através da Mobilização de Marchas, na perspectiva dos direitos das mulheres, uma semente do feminismo negro” esta citação foi feita no Curso de Formação do Centro Maria Firmina dos Reis, através da Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

4 LUTAS NEGRAS POR MEMÓRIAS EM CABO FRIO

Este capítulo faz um resgate das lutas empreendidas pelo movimento negro a partir das memórias de militantes, moradores antigos e griot"s. O referencial teórico é realizado a partir de autores como Pereira (2020, 2012, 2005), Cardoso (2002),

Domingues (2005), Gomes (2011), Porto Gonçalves (2015), Santos (E, 2020), Nazário (2015), Silva (2019).

4.1 Na pauta do movimento negro

A luta do movimento negro é pela eliminação do racismo, visando uma sociedade com um novo paradigma que não esteja baseado na cor da pele, mas sim, com respeito aos direitos humanos, conforme consagrado na Constituição Federal, com equidade, em uma sociedade sem desigualdades e subalternidades.

Pereira (2005) na obra "Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro" informa que a década de 1970, estabeleceu uma agenda de ações políticas constituídas por militantes do movimento que já vinham em um processo organizativo iniciado bem antes do enfraquecimento do regime militar. A discussão contestadora teve seu início com a formação de uma imprensa negra alternativa, com a Frente Negra Brasileira (1937), com o Teatro Experimental do Negro (1944) e sua figura mais emblemática foi Abdias do Nascimento que tinha a prática da educação antirracista não contemplada em nenhuma lei, o que só veio a ocorrer em 2003 depois de muita luta, passeatas, documentos públicos e movimentação organizada pelo movimento negro contemporâneo que se fortaleceu com pautas políticas de reivindicação por direitos básicos posteriormente descritos na Constituição Federal de 1988.

Serviu também como inspiração para essa retomada, a luta por direitos civis nos Estados Unidos levada por Martin Luther King e as lutas ainda por libertação do colonialismo europeu em países africanos. O processo de descolonização teve a ver com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a partir de lutas empreendidas por partidos e movimentos nacionais gerando guerras civis por independência e uma nova orientação ideológica nas nações africanas.

Esse sentimento nacionalista vivenciado por esses países deu origem ao “pan-africanismo”, sendo uma doutrina social que pregava a união dos povos africanos em torno de sua origem, suas características étnicas e culturais comuns que se libertar das consequências nefastas deixadas pelo colonizador. O movimento viveu fases e talvez a mais importante pelo acúmulo construído com a presença de negros/as na academia seja a terceira entre 1978 a 2000, fruto do “milagre econômico” que corresponde ao início da redemocratização à República Nova, visto que anterior a essa fase houve o período antidemocrático com o estabelecimento do Estado Novo e a Ditadura Militar em que muitos militantes morreram ou estão desaparecidos até os dias atuais, além disso, o Mito da Democracia Racial se tornou uma verdade e desestimulou a formação de uma consciência crítica e étnica.

É preciso lembrar que o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) foi criado em 1975 teve/tem uma importância fundamental na formação de militantes, na organização de atividades em escolas de samba, blocos afro, bailes *black* que visavam/visam à construção de uma *Consciência Negra*, que torna público o racismo existente na sociedade brasileira. As reivindicações desses grupos no Brasil se relacionam as luta de cunho internacional, como a campanha pelos direitos civis e ao movimento do poder negro nos Estados Unidos, às lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África, à luta pelo fim do *apartheid* e pela libertação de Nelson Mandela na África do Sul. Todas as estratégias utilizadas não significam falta de unidade, mas sim, um conjunto de questões que mostram a luta árdua para enfrentar a desigualdade que afeta a vida de milhares de brasileiros. Pereira (2020) no artigo “Conjuntura nacional e luta contra o racismo no Brasil” traz o posicionamento de que:

O pragmatismo, a efetivação e ajustes criteriosos em medidas de ação afirmativa e da luta contra o racismo nos marcos institucionais vigentes: isso é crucial. Mas é pouco. O pragmatismo é quase nada como horizonte de um movimento social negro no Brasil. Não é demais lembrar: para cá veio quase à metade dos seres humanos no tráfico Atlântico de escravizados; aqui começou e foi o último lugar onde terminou a escravidão; e, entre todas as novas nações surgidas nas Américas, o Brasil foi a única a ter presença negra, escravidão (e luta contra a escravidão), em todo o território nacional. É um equívoco pensar no Movimento Negro Brasileiro apenas como resposta ao racismo. Queira ou não, saiba ou não, a militância negra não cuida mais apenas de si e dos seus—Tudo é seu! A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais. Ao rasgar esse véu o Movimento Negro chamou para si a responsabilidade de compartilhar, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, e como garante moral, perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira— Nada de nós, nada para nós: sem nós! (PEREIRA, 2020, p. 198).

Pereira (2020) informa que tem evidências encontradas em jornais negros americanos de 1930 de que o Movimento Negro no Brasil “influenciou” militantes negros estadunidenses.

A expressão “movimento negro” é exclusiva do Brasil para falar da luta empreendida pelas organizações criadas para discutir a questão racial, que é ratificada pelo criador do Teatro Experimental do Negro (TEN):

A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos — e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

Nascimento (A., 1980, 2002, 2009) observa que “cuidar de organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo de nossa sobrevivência” (p. 207).⁸

Cardoso (2002), diz que a luta do movimento negro se diferencia das demais porque reivindica a reconfiguração na forma como a sociedade brasileira está estruturada, porque uma vitória nesse caso derrota o racismo. Em passeatas, marchas e seminários, debatem-se atividades que devem ser vistas pela maioria que, a partir daí, reflete e discute sobre o racismo, fazendo com que mais pessoas se juntem para transformar a realidade vivida pela maioria da população brasileira. Segundo Domingues (2005):

“negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos” (DOMINGUES, 2005, p. 2).

Em São Paulo, em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, cria-se o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCR) em função do assassinato de um jovem feirante negro pela polícia por suspeita de roubo e porque quatro jovens negros foram impedidos de entrar no Clube de Regatas do Tietê, em Pinheiros, bairro nobre da cidade. Posteriormente, veio a ser chamada de Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que, em nível nacional, marcou não só

⁸ NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980. Publicado em: NASCIMENTO, E. L. (org) Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. (Recurso eletrônico). São Paulo: Selo Negro Edições, 2009 com o título Quilombismo: conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira.

a história do movimento negro, mas, sobretudo, é tachada como uma das principais protagonistas da luta antirracista brasileira, ainda existente e organizada em 15 estados da federação (GOMES, 2011).

Dessa forma, o movimento negro resgata a história do passado para reapresentá-la no presente. Se não houvesse essa negação da participação do negro da formação da sociedade brasileira, o movimento não existiria. Barbosa e Santos (1994, p. 46) reiteram que “[...] o movimento negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber-se a si próprio”.

O movimento negro denuncia a inexistência de igualdade racial ou relações harmônicas no país. Assim, o militante do movimento negro, ao discursar, faz um contraponto a tudo que já foi dito de forma preconceituosa em relação ao povo negro (CARDOSO, 2002). Entretanto, a cidadania pela qual clama o movimento negro não é apenas para seus militantes, mas sim para todos que se reconheçam como negros.

Tais iniciativas constituíram o movimento negro brasileiro, cujo papel é oferecer à sociedade brasileira o reconhecimento da realidade da população negra, os mecanismos de exploração diária aos quais essas pessoas são submetidas, apontar sua participação na construção da nação brasileira, em especial nos períodos de desenvolvimento social e econômico e garantir os direitos de cidadania (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

O Movimento Negro tem pautado sua luta contra o racismo em uma perspectiva que a luta do negro não é apenas do negro, mas sim da sociedade que quer constituir como antirracistas que tenham uma pauta de políticas públicas de reparação histórias das desigualdades.

Na mesma seara, temos o movimento de mulheres negras em uma luta incansável para ter seus direitos assegurados. O processo de escravização ainda persiste. São as mulheres as mais exploradas na base da pirâmide, as que estão em todos os índices de violência nas suas mais variadas formas. Nesse sentido, torna-se um desafio diário sobreviver com alguma qualidade de vida. Mas as mulheres resistem e persistem para mudar essas situações. As lutas das duas últimas décadas, a formação de redes locais, nacionais e internacionais tem demonstrado através dos meios de comunicação que existe esperança de dias melhores.

A área de humanas está desenvolvendo estudos e ações práticas que tem se tornado referência para novos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos em um

contexto político e histórico interdisciplinar que visa à consolidação e a diversidade do ativismo feminista negro no país, a partir da década de 1980, com o estabelecimento de estratégias de cooperação e/ou confronto, principalmente com os diversos encontros de mulheres negras a partir de 1970, além de livros, teses, textos e a presença das mulheres nos espaços de poder e nas universidades ainda aquém da nossa representação, serve para ampliar o número de entidades e coletivos em contraposição a esse rebaixamento diário de nossas possibilidades.

As décadas de 1980, 1990 e 2000 tornaram públicas as pautas do Movimento de Mulheres Negras com vistas a criar formas de participação política nos organismos estatais e em organizações internacionais. Entre 2015 e 2018, mulheres de todo país foram às ruas, inicialmente com mais de 50 mil mulheres na Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida em Brasília, em 2015. Em 2018, ocorreu o maior Encontro de Mulheres Negras em Goiás em uma avaliação dos avanços de 2015 a 2018.

Não se pode deixar de falar sobre a importância de Lélia Gonzalez quando se trata do debate interseccional, pois mesmo transitando pelo movimento de mulheres e feminista, Lélia sempre fez a crítica à ausência de autonomia das organizações de mulheres populares, negras e indígenas, ao acreditar que “ninguém era melhor do que essas mulheres para vocalizar seus próprios interesses e suas formas de simbolizar o mundo social” (RATTS; RIOS, 2016, p. 399).

No que diz respeito ao III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga, no interior de São Paulo, em 1985, cerca de 100 mulheres, moradoras de favelas do Rio de Janeiro foram impedidas de participar do encontro porque não tinham dinheiro para pagar as inscrições. Isso gerou forte atrito com as mulheres inscritas, cuja maioria não era negra e nem indígena (RIBEIRO, 1995).

Em 1988, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença, Rio de Janeiro, que teve a participação de 450 mulheres de 17 estados, das cinco regiões do país, ressaltando-se que nem todas as participantes vinham de organizações declaradamente feministas que discutiram temas relativos ao cotidiano das mulheres negras: organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade; meios de comunicação; história das mulheres negras na África e no Brasil; arte e cultura; políticas de controle da natalidade; saúde; violência; estética e sexismo (SILVA, 2014).

As militantes do movimento de mulheres negras tem buscado influenciar mulheres de diversos lugares para que mudem sua condição social e política.

4.2 “Disputa de lugar” em Cabo Frio

“Re-existência” tornou-se uma categoria de análise que busca fazer um processo de ressignificação do espaço, não apenas geográfico, mas também de possibilidade de falar, propor, ser ouvido, reinventando a sociedade, buscando o protagonismo de grupos e comunidades que têm formas de resistir não aceitas pelo capital, mas também apresentando outros caminhos que permitam enfrentar a seletividade espacial e a ausência de políticas públicas que afeta uma parte da população (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Segundo Santos (E., 2020, p. 3) “o projeto de branqueamento da população que se tornou uma política territorial” tem a ideologia racista como um instrumento de dominação e sustentação servindo como um grande “guarda-chuva” e debaixo dele encontraremos o preconceito, a discriminação, a lgbtfobia, a xenofobia, a intolerância e outras formas correlatas em uma demonstração de desprezo por aqueles que diariamente constroem esse país, mas não tem essa contribuição reconhecida. Outro instrumento é a política de extermínio da população negra que conta com o braço armado do Estado para se protegerem contra os negros e o terceiro instrumento utilizado é a expulsão de negros e indígenas de seus territórios ancestrais, conforme ocorrido em vários momentos históricos na cidade de Cabo Frio. Uma demonstração disso é o bairro da Passagem, considerado um dos mais lindos do município, mas do outro lado da ponte estão os quilombolas que segundo a lógica do governo precisam sair de lá para que a área seja toda revitalizada e fique “bonita” para receber mais turistas. Ter negros morando lá atrapalha a revitalização da área, aqui vista como um evento urbano. As mudanças afetam a resistência e modificam ou pretendem modificar os significados que foram gravados naquele espaço e são alvos de disputas para a permanência de elementos da cultura negra, sendo reconhecidos como territórios negros, os grupos trabalhavam com a perspectiva de manutenção e de valorização daquele espaço, no sentido que Pierre Nora (1993) denomina de “lugares de memória”.

Essas ações coordenadas pela esfera pública, articulada a setores privados, provocam no espaço urbano uma mudança que provoca novas relações que operam de forma a segregar e subalternizar e, em outras situações, provocam a mudança do perfil e do uso do território que perde sua identidade, pelo processo já citado como branqueamento do território.

Na realidade, os pequenos enclaves mantidos com uma estética colonial, na paisagem com elementos monumentais, dotados de infraestrutura de mobilidade e serviços de lazer, são prioritariamente escolhidos para esse tipo de intervenção, pública/privada, que, na realidade, são relações de caráter duvidoso, que escondem processos de corrupção e interesses escusos dos investidores. Há toda uma gama de críticas desse tipo de parceria, em que o dinheiro público age em benefício do privado.

Cabo Frio teve seus planos megalomaníacos, tais como a edificação de um condomínio que interrompe o acesso ao mar da Colônia de Pescadores, a construção de ilhas artificiais para erguimento de condomínios de alto luxo, privatização dos canais secundários que cortam o canal principal Itajuru, a ocupação total da orla com edificações com altura bastante grandes, com clubes exclusivos e um descaso para quem está do outro lado da ponte e no longe da orla, onde os serviços públicos e de mobilidade são insuficientes.

Podemos ainda tocar na questão do 2º distrito em Tamoios, que teve seu desenvolvimento relacionado à indústria petrolífera, mas isso não significou redução das desigualdades onde até seis meses atrás não havia transporte modal para acesso, além da precariedade nos serviços de saúde e educação, nos quais, hoje, timidamente, surgem ações e políticas com intuito de integrar essas partes à cidade como um todo. As populações que estão na periferia são constituídas, em sua maioria, por pessoas negras e pobres.

Retomamos o pensamento de Porto Gonçalves (2021) um autor decolonial que afirma existir uma crise dos modelos/comportamentos existentes na sociedade, pois foi fundamentada por aqueles que estão no poder e que veem reação da sociedade civil organizada e se preocupa que seus privilégios sejam diminuídos. Não fazemos parte desse grupo já que somos dos que vem sendo escravizados e o nosso desafio é alcançar a emancipação e sermos descolonizados. A história dos negros traficados na condição de objetos para este país é uma história de encobrimento de saberes e fazeres, de não reconhecimento, de não garantir

condições de sobrevivência digna, como fazem com os negros e em especial com as comunidades quilombolas é parte da ação do colonizador que trabalha pela nossa inferiorização como condição para se manter no poder.

Uma demonstração é que mesmo com a certificação da comunidade quilombola Botafogo desde 2006 pela Fundação Cultural Palmares, até hoje o quilombo não conta com escola ou unidade de saúde. São mais de 100 famílias que moram há 40 quilômetros da cidade que ainda dependem de cestas básicas quando teriam todas as condições de sobreviver sem esse tipo de ajuda. Ao olhar na página da Secretaria de Turismo da Cidade, encontramos pouquíssimas informações sobre as comunidades quilombolas em geral, o que corrobora com a visão de Porto-Gonçalves (2021) de manter essas comunidades na subalternidade.

Os relatos dos mais antigos dão conta de que os quilombolas que lá vivem são originários da Fazenda Campos Novos que foi uma unidade dos jesuítas no século XVII. Após a expulsão dos mesmos tornou-se propriedade do Estado. No início do século XIX, os comerciantes clandestinos de escravizados passaram a ocupar a região.

Gessiane Nazário na obra “A Revolta do Cachimbo e a luta pela terra no Quilombo da Caveira” nos explica que este quilombo, situado na divisa de São Pedro da Aldeia a Cabo Frio tem sua origem na Fazenda Campos Novos e suas subdivisões ao longo do tempo e no início reunia em um único quilombo, os quilombolas da Rasa, Botafogo e Preto Forro — todos têm histórias de perdas e superação semelhante e luta pela titulação das suas terras. Essa fazenda serviu de centro distribuidor de escravizados que antes de serem vendidos eram levados para este local para se recuperar da viagem nos tumbeiros. O nome foi em função de ser ponto de descarte de carcaça de gado morto e também e um cemitério de escravizados

Segundo Nazário (2015) na década de 1950, havia muitas plantações de banana e café, segundo a memória oral dos mais antigos da comunidade quilombola da Caveira. A principal atividade econômica na região de Cabo Frio e seus distritos era a agricultura. Os episódios de conflito com os fazendeiros eram frequentes, visto que eles queriam e conseguiram ficar com uma parte do território em que estavam quilombolas de três quilombos. São recordações que vamos encontrar nas entrevistas dos mais velhos que têm essas disputas vivas na memória. Na

comunidade quilombola da Rasa, em Armação dos Búzios, pelo menos um membro saía para buscar outros meios de subsistência (NAZÁRIO, 2015).

Nazário (2015) informa ainda que nas entrevistas que lhe foram concedidas as muitas famílias da Rasa que foram expulsas foram viver junto aos moradores da Caveira e Botafogo (na região conhecida como restinga). Eles se lembram do período da Ditadura que foi muito sofrido para aquelas pessoas, pois os fazendeiros se juntaram com os militares para fazer grilagem das terras usando o argumento de que eram comunistas gerando uma nova configuração fundiária, porém ninguém fala disso. E como se os negros não existissem no período da Ditadura, mas eles estavam sendo massacrados, torturados e expulsos de suas terras. Mesmo agora, se procuramos pesquisas daquele território em que as pessoas tenham sido entrevistadas a narrativa ainda está lá, entre o lembrado e os silenciados (POLLACK, 1989).

Não é algo fácil de lembrar os traumas coletivos que servem as identidades coletivas através de histórias do passado que são diferentes das lutas urbanas que ocorriam nas cidades, cujo objetivo era diferente dos quilombolas. Eles só queriam manter seu pedaço de terra, mas sabiam que isso só seria possível se fosse realizado coletivamente (POLLACK, 1989). Os episódios ocorridos na Fazenda Campos Novos no período da Ditadura foram noticiados no jornal mais importante da época que falou sobre o terror vivido por aquelas famílias. Isso fez com que essas comunidades quilombolas da Região dos Lagos configurassem sua origem étnica a partir de uma memória ligada aos processos de escravização nas terras da Fazenda Campos Novos. Após a abolição da escravidão, a Fazenda Campos Novos se mantém com as famílias que lá permaneceram, as que voltaram e as que conseguiram sobreviver à prisão. Para continuar naquele lugar, as famílias negras precisavam trabalhar um dia para o suposto dono da fazenda no sistema de arrendamento consolidando o campesinato negro sob um regime de dependência e subordinação das condições de reprodução socioeconômicas dos grupos domésticos. Assim, é possível afirmar conforme dito por Nazário (2015) que a construção identitária dos quilombolas da Caveira faz parte das questões de conflitos agrários ocorridas naquela região, mas que são invisibilizadas por terem como protagonistas ex-escravizados e negros já nascidos livres, que continuaram lutando para se manter naquele local. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, a luta foi reconhecimento identitário sustentado na busca por

reparação histórica. Tem início a confecção de relatório antropológico de identificação da área quilombola da Caveira, mas foram realizados estudos de reconhecimento étnico promovidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) no ano de 2004. A FCP emite a certificação de autorreconhecimento da Comunidade Caveiras/Botafogo como “remanescentes de comunidades quilombolas” em 17/06/2004 com a realização de assembleia em que todos passaram a ser considerados quilombolas. A identificação e delimitação do território só aconteceram nos anos de 2008 e 2009.

Em julho de 2024, após realização de visita de dirigentes do Instituto de Pesquisa de Cultura Negras (IPCN) os mesmos foram informados que será criado um Centro de Referência da Herança Africana e Quilombola na fazenda em atendimento à demanda das comunidades quilombolas da região. O término da obra está previsto para novembro de 2024. Segue abaixo as ilustrações 18, 19 e 20 que mostram a fazenda na atualidade.

Ilustração 18 – Fazenda Campos Novos e o processo de restauração.



Fonte: página do Facebook Marcelo Dias, 2024.

Ilustração 19 – Imagem de Santo Antônio de Categeró.



Fonte: página do Facebook Marcelo Dias, 2024.

Ilustração 20 – Altar já restaurado da capela.



Fonte: página do Facebook Marcelo Dias, 2024.

Este capítulo traz o resultado das entrevistas realizadas. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas. Nesse processo, buscamos compreender se a segregação espacial dessa parcela da população também é responsável pelo seu afastamento do patrimônio histórico construído pelos escravizados. Embora atraia visitantes do mundo inteiro, Cabo Frio negro está nas periferias, sendo pouco conhecido como legado da memória dos negros cabo-frienses.

As entrevistas realizadas tiveram como critério de inclusão pessoas autodeclaradas negras que se dispuseram a participar da pesquisa. Foram 11 entrevistas, assim distribuídas: dois antigos moradores reconhecidos pelo movimento negro como guardiões de memória (griots) e que ainda são residentes no Bairro da Passagem e dão continuidade a tradição, a memorialista Meri Damasceno (não estava prevista, mas tem um grande acervo sobre o bairro da

Passagem), dois homens quilombolas, sendo que um deles é fundador do Movimento Negro e 4 militantes do movimento de mulheres, e duas moradoras mais antigas do bairro da Passagem com a identificação dos/as entrevistados/as (tabela 1).

No decorrer do processo verificamos que o quantitativo embora possa não parecer expressivo, dá conta de nossas reflexões para a proposta da pesquisa que é a reconstrução da memória dos negros moradores daquele local. Também tivemos outras formas de abordagem através da observação, da leitura de documentos e registros históricos da Câmara de Vereadores, assim como a participação nos grupos de moradores que se reúnem mensalmente de forma associativa no Quilombo Botafogo.

Tabela 1 – Entrevistados/as

Entrevistado/a	Vínculo	Tipo de Vínculo	Região de Cabo Frio
4.3.1 - Sr. Genildo	Quilombo Botafogo	Quilombola	Quilombo Botafogo
4.3.2 - Sr. João	Quilombo Caveira	Quilombola	Quilombo Caveira
4.3.3 - Solange e Sandra	Passagem	Moradoras antigas	Passagem
4.3.4 - Meri Damasceno	Grupo de Defesa do Patrimônio da Passagem	Memorialista	Passagem/ Vila Nova
4.3.5 - João Felix	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra	Militante Movimento Negro	Passagem
4.3.6 - Manoel Justino	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra	Fundador Mov. Negro	Vila Nova
4.3.7 - Eliane Helena	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra	MN/Mulheres	Centro
4.3.8 - Heliamar Reis	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra/ Acotirene	MN/Mulheres	Abissínia

Entrevistado/a	Vínculo	Tipo de Vínculo	Região de Cabo Frio
4.3.9 - Flávia de Jesus	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra/ Acotirene	MN/Mulheres	Passagem
4.3.10 - Margareth Ferreira	Instituto Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra/ Acotirene	MN/Mulheres	São Cristóvão

Fonte: Quadro nominal de entrevistados/as pela pesquisadora, 2024.

4.3 Sobre a metodologia

É importante considerar a história oral como campo aberto à produção de conhecimento sobre as diferenças. O trabalho com o diverso, não reconhecido, com os excluídos por motivos plurais ou com os interditados, é um dos mais importantes exercícios presentes em projetos com entrevistas. Com a história oral, tais iniciativas se complementam, mostrando que um campo novo se abre, convocando a produção do saber a foros de política pública. Visto dessa forma, não podemos fugir do caráter participante ou ativista da história oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011). Isso não implicou em deixar de realizar o levantamento bibliográfico prévio para a investigação do trabalho, a fim de estabelecer conexões e ampliar o escopo da pesquisa.

O uso de fotografias, mapas, gráficos e tabelas trouxeram elementos quantitativos como suporte para a análise qualitativa e contribuirá para o reconhecimento e a apreensão da perspectiva do campo, colaborando para a melhor exposição dos resultados alcançados.

O processo de pesquisa do conceito de memórias pode ser comparado ao de “escavar” a atividade de um arqueólogo ao tentar reconstituir uma história e, no nosso caso em particular, uma história a ser resgatada através dos relatos guardados pelas lembranças dos entrevistados. Tivemos problemas na transcrição das entrevistas, pois percebemos muitas repetições, frase soltas e vagas. Assim, trazemos para a pesquisa o conteúdo mais organizado em formato de relato, seguido da análise ancorada em concepções teóricas.

Dessa forma, a análise está como lutas do movimento negro por memórias na cidade de Cabo Frio com a visão dos moradores e militantes do movimento negro e memórias e histórias a partir das entrevistas com quilombolas buscando perceber se a memória individual já “tomou conta” do indivíduo que ao falar cria uma narrativa do coletivo. Cabe lembrar que em vários momentos esse processo de memória envolve “esquecimentos”, hesitações, omissões que são perfeitamente compreendidas. Não se refere apenas a:

este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. A memória, enfim, implica em vida e no dinamismo próprio à vida, tal como nos mostra Pierre Nora: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1984, p. 19).

Em síntese para Nora, a memória é um processo vivo e dinâmico sujeito a mudanças e manipulações. A memória não é apenas um registro estático do passado, mas algo que está constantemente sendo moldado e reconfigurado pelas experiências e necessidades dos grupos sociais na sociedade em seus processos de disputas de narrativas.

4.3.1 Senhor Genildo: morador do Quilombo Botafogo

Um exemplo do que estamos falando foi à entrevista do Senhor Genildo Siqueira Dutra, morador do Quilombo de Botafogo, nascido no dia 30/04/1934. Diferente de muitas pessoas idosas, o senhor Genildo é alfabetizado e vive cercado pelos filhos e netos. A idade já não lhe permite trabalhar na lavoura (ele tem 90 anos) e seus filhos não quiseram seguir seus passos.

A entrevista sofre várias interrupções: é um cafezinho, e a chegada de netos, filhos e vizinhos, tudo num clima de intimidade. Seu Genildo informa que doou parte de sua terra para a construção da Escola do Quilombo e da Unidade de Saúde da Família.

Aproveito essa interrupção para falar da minha pesquisa e da importância de rememorar tantos momentos da vida dele que se misturam a vida do país, do estado e da cidade.

Seu Genildo fala então que aprendeu no convívio com os mais velhos a plantar, as rotinas da roça, a aceitar os conselhos sobre vários assuntos. Seu Genildo lembra ainda do governo Getúlio Vargas, do período em que ficou no Exército. Ele serviu no Comando Leste e seu comandante se chamava César Rômulo Júnior. Ele sente saudades daquele tempo em sua vida. Seu Genildo conta que a Estrada do Quilombo foi construída na gestão do governador Ernani Amaral Peixoto e que ele trabalhou nela. Seu Genildo fez questão de reforçar que sua vida nunca foi fácil, que trabalhou desde muito cedo, que morava distante da estrada, o pai nunca incentivou a ir para a escola, que cuidou dos irmãos por ser o mais velho, que nunca mexeu com “coisa errada”, que aprendeu o trabalho na roça com o Tio Sílvio. Diz que trabalhar na roça era um desejo desde criança, e que com 12 anos já sabia que ia pra casa de farinha no forno do pai dele. Agora tem problemas na coluna e não consegue mais trabalhar, que se casou cedo por não gostar de viver na casa dos outros, que gosta de ficar sozinho.

Seu Genildo morou em partes diferentes da Fazenda Campos Novos, que ele trabalhava em roças, na época era campo de boi, mata, pântanos, não tinha estrada, mas era ponto de passagem. No meio desse caminho tinha um quartel da Marinha. Quando tinha plantação, chegou a ter 1.200 pés de laranja, hoje ele compra frutas, mas ainda tem pés de banana. Fica triste por não conseguir convencer os filhos a plantarem. A filha diz que não tem atividades que sujem suas unhas. Onde ficava sua plantação agora é a cidade.

Ele lembra que conheceu a igreja, as salinas, ficava olhando os navios, era um lado diferente de onde ele morava. Tinha armazéns e venda de produtos. Eles não frequentavam a igreja, apenas iam para as festas, e uma delas era a festa de Santo Inácio.⁹ Em São Pedro da Aldeia, e na Fazenda Campos Novos, também iam a um centro espírita.

O centro que frequentavam tinha o Jongo de Nhá Boco de Januário, tinha também Dona Maria que era avó de Roberta Pereira, esposa dele, ela não tinha leitura, mas tinha conhecimento, tinha pessoas videntes. D. Maria, esposa do Sr. Genildo, fica constrangida ao falar de suas práticas religiosas de matriz africana.

⁹ “A igreja estabelecida no local foi consagrada a Santo Inácio, militar espanhol canonizado em 1622 e fundador da Companhia de Jesus. Esta possuía um altar central e nele estava colocada a imagem do dileto fundador, cuja lenda reza guardou a carta deixada pelos jesuítas doando a fazenda aos moradores locais” (ENGEMANN; AMANTINO, 2010, p. 4).

Cita o Sr. Valdomiro, outro rezador, que disse que ia fazer uma viagem, mas não entra em detalhes se é algo do passado ou de agora.

Tivemos um debate sobre os valores do conhecimento adquiridos através da oralidade. D. Maria considera o conhecimento que ela tem de forma secundária. Uma discussão da supervalorização da escrita em detrimento do conhecimento ancestral, esta é a importância do estudo que ora realizo sobre as memórias.

Ele conta que quando era mais jovem foi a Mato Grosso, Corumbá, Bolívia. Tem uma cartilha com todas as ervas de folhas que curam.

Sr. Genildo tem um conhecimento ancestral dos benefícios das ervas que ele aprendeu com os pais, hoje as pessoas vão à farmácia, ou seja, comprar drogas.

Ele conta que conheceu Cabo Frio quando ainda era areia, depois veio o calçamento, as ruas de lampião, os barracos, as vendas, os armazéns e as pessoas viviam da pesca. A praia de Geribá só tinha praia, eles criavam bois e cavalos. Na Usina Santa Luíza e que pagavam para a Administração da Fazenda Campos Novos para poder trabalhar. Ele nasceu e foi criado aqui, mas depois vieram pessoas de fora, foram feitos loteamentos e diz que ainda tem muita terra desocupada tanto na cidade quanto em Angelim e próximo ao rio São João e muita retirada de areia da praia.

Não conhece os direitos quilombolas, mas tem a documentação de que é dono do pedaço de terra que ocupa. Existe uma recusa de parte dos moradores externos ao quilombo em aceitar os quilombolas.

Relembra as atrocidades cometidas pelas Forças Armadas após o golpe civil e a saída de João Goulart. Informa o quanto ele resistiu, procurou a polícia e o próprio exército para fazer a denúncia de atrocidades cometidas. Muitas pessoas desapareceram.

Apesar de ter doado uma parte da sua terra para a construção da escola e da unidade de saúde, o prefeito e nem as pessoas que lá trabalham nunca lhe agradeceram. É como se isso não tivesse acontecido. Faz parte da associação que foi criada, mas existe uma desagregação entre as pessoas que impede um bom funcionamento, o que é estranho, pois a maioria é parente. Nunca mais houve reunião da sede da associação. Ele acha que as pessoas precisam se juntar novamente e revitalizar a sede, pois isso permite a realização de eventos e festas em que se pode resgatar a tradição. Tem uma preocupação com o desmatamento, o desrespeito às leis ambientais. Que o presidente da associação é omissa e várias

partes da área já foram desmatadas e que continua a retirada de areia, que o presidente da associação está desviando recurso recebido e isso é grave. Que foi pego desprevenido e por isso não se lembra de muita coisa. Vieira (2017, p. 1) lembra que Nora (1993) fala da rapidez dos fatos que não tem permitido as pessoas lembrarem-se da história. Pelo contrário, existe uma pressa que faz com que a história se torne letra morta e desapareça. Para o autor, existem fenômenos trazidos pela modernidade como a democratização, a massificação, a midiaticização que causam o aniquilamento da memória: o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores como as ainda são mantidas por Seu Genildo que precisam ser preservadas, mas não existe um reconhecimento da importância desse homem negro (doou um pedaço de terra que tem dois equipamentos públicos e nunca recebeu um obrigado); o fim das ideologias-memória, que garantiam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar este futuro (NORA, 1993, p. 8). Os lugares de memória nascem e vivem, portanto, do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos. As entrevistas realizadas mostram a necessidade, de sermos guardadores de arquivos “À medida que desaparece a memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história” (NORA, 1993, p. 15).

Ainda que a fala de Seu Genildo tenha lacunas em função da memória não conseguir armazenar tudo que viveu percebe-se através da pessoa que é Seu Genildo que todo seu sofrimento tem a ver com a negritude, com o racismo, com a falta de oportunidade, com o desconhecimento das leis e como enfrentar para mudar o contexto em que vive. Seu Genildo é um Griot. Tem a sabedoria dos antigos, a oralidade, o conhecimento da terra, o desejo de continuidade das suas tradições ainda que seus filhos não queiram, sabe que é preciso preservar a natureza porque isso significa garantia de existência da humanidade. Preocupa-se com o fato dos parentes não entenderem a importância do compartilhamento dos saberes e fazeres e da tradição como parte do processo de fortalecimento do grupo. Mesmo trazendo a informação de que viajou para vários lugares, ele não conseguiu informar se foi em busca de outras oportunidades, se foi a passeio e se foi com a esposa. Mesmo não conhecendo a legislação percebe que têm equívocos acontecendo e os quilombolas

não estão organizados e enfrentando a especulação imobiliária, a retirada de areia, o desmatamento e que essa desunião entre as pessoas é muito ruim. Essa entrevista mostrou o que é dito por Halbwachs (2006) de que a Memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual” (HALBWACHS, 2006, p. 71). Sua ideia era a de que as lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade. Os indivíduos, desse modo, poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da Memória Coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais que é exatamente o entendimento de Seu Genildo quando chama para a luta coletiva baseado na sua percepção individual. A ancestralidade latente no Seu Genildo também pode ser encontrada na entrevista do Seu João dos Santos realizada no dia 17 de abril de 2024.

Uma constatação dessa entrevista a partir da fala do Seu Genildo diz respeito ao fato dos jovens não se interessarem por se manter na terra e dar continuidade as práticas consideradas tradicionais. O que ocorrerá quando seus mais velhos se forem? Qual é a identidade construída por esses mais novos? O que é/como é ser jovem em uma comunidade quilombola. A juventude quilombola não é objeto dessa pesquisa, mas essa indagação fica para o futuro, visto que na minha percepção inicial essa questão não foi trabalhada pela família, ou seja, não existe uma consciência histórica, é como se a narrativa dos mais velhos não tivesse sido apresentada a eles impedindo a formação da identidade de ser jovem negro e quilombola. Essa percepção se amplia pelo fato desses jovens saírem do quilombo para estudar e trabalhar fora tendo acesso a informações que não fazem parte do cotidiano deles o que pode estar contribuindo para essa falta de interesse em permanecer na terra.

4.3.2 Entrevista do Senhor João: morador do Quilombo do Caveira

A entrevista ocorreu na varanda de sua casa. Inicialmente explico minhas intenções, falo do trabalho sobre memórias negras na cidade de Cabo Frio. Existem várias coisas das quais seu João não consegue lembrar, mas aqui faremos uma teia para organizar suas informações guardadas na memória.

Ele tem 92 anos e vive no Quilombo do Caveira onde a resistência começou. É quase uma continuidade. Seu João começa falando que a fazenda foi comprada para colocar escravos, que tem uma casa onde tinha corrente, e ficavam aqui os doentes, aqui os que ficavam bons voltavam pra trabalhar e os outros morriam. Não se sabe com certeza se o nome de Caveira está relacionado aos escravos que morriam devido às inúmeras doenças adquiridas com a travessia do Atlântico. Aqui nesta estrada era a passagem dos escravos, que existe ossada que se encontra até hoje. Que o Condomínio Portal Búzios já foi cemitério de povo originário.

Seu João lembra ter ficado órfão de pai entre 10 e 12 anos, de ter que trabalhar na roça para o fazendeiro, de plantar só planta branca, no regime de pagar ao fazendeiro, dois dias de trabalho mensalmente, porém, durante o processo, o fazendeiro fez mudanças que remetiam a escravidão. Conta da luta por não concordância da forma de trabalho proposta pelo fazendeiro. Relembrou do período da Ditadura Militar, das atrocidades cometidas por eles e que o resquício desse período existe até hoje, pois dentro de um território quilombola tem pessoas com o título da terra que não são quilombolas.

Seu João relembrou as festas juninas com quadrilha, as ladainhas, o grupo de jovens, o jongo trazido pelo Senhor Sílvio, que precisavam trabalhar nas salinas no período de seca quando a plantação não rendia dinheiro, que também havia o tempo de caça, pois ali não é uma área de pesca. Lembra-se da irmandade, do centro espírita, do casamento na igreja, da festa de Santo Inácio, de frequentar a capela do mesmo nome, da participação na Procissão de São Pedro.

Assim como seu Genildo, Seu João fala da falta de interesse dos jovens para conhecer a história da luta pela terra em que eles moram. Relembra que desde cedo que ele foi pra luta com a Velha Guarda em um local que eles chamavam de restinga que é onde está localizado o Quilombo Botafogo. Fala com orgulho do grupo unido e forte que conseguiram criar, apesar de ser um grupo pequeno, mas que tinha estratégia de luta, ele lembrou que havia criação de cavalos na fazenda. Que a forma encontrada para enfrentar os patrões era de andarem sempre juntos e sempre conseguiam apoio de algum político e foi assim que sobreviveram.

Falou de Mimi de D. Rosa que está com 72 anos e que ela se deslocava do Quilombo da Rasa para ensinar Jongo para mulheres do quilombo Caveira. Seu João falou que o Quilombo da Rasa está na divisa e por isso uma parte está em São Pedro da Aldeia e a outra em Cabo Frio.

Sobre religiosidade informa que a Igreja Protestante chegou aqui há mais de 50 anos, mas ainda havia predomínio da Igreja Católica. Mas relembra que as pessoas iam à igreja e ao candomblé. Havia benzeção, reza costurada, etc. Havia os centros e as pessoas iam tanto na igreja quanto no centro, e para elas não havia diferença.

O Quilombo de Caveira é bem dentro da área rural e até hoje o acesso é muito rudimentar. Lembrou que negociavam cavalos e comida entre Cabo Frio e São Pedro e para isso, tinham que caminhar até São Pedro (13 km) e Cabo Frio (26 km). Seu João se preocupa com o processo organizativo e entende que precisa registrar as informações, deixar um legado para as próximas gerações a partir do cotidiano das pessoas que estão nesse lugar. Constituir associações, manter a informação circulando, fazer palestras nas escolas e contar para os pesquisadores que têm ido ao quilombo como as coisas se dão. Falar das dificuldades do passado, de como eram as casas, a alimentação, do primeiro padeiro a ir ao quilombo.

Contou que depois de dois filhos conseguiu concluir o primário e o quanto foi importante ir para a escola, pois eles aprendiam uns com os outros e hoje temos um monte de pessoas que são bacharéis.

Seu João tem uma grande preocupação com o futuro das crianças. Reduzir o uso de celular. Defende a profissionalização como forma de acabar com o tempo vago.

Fala de uma casa na praça que foi de onde partiu toda a movimentação organizativa de um grupo, no entanto, uma pessoa que se comprometeu a cuidar da casa, não o fez e ele acredita na coletividade. Com isso, a casa que seria a sede de uma associação está abandonada e ele não tem condição de cuidar. Não gosta de misturar a política com as questões da comunidade. Este trabalho tem que ter amor.

Ele sempre trabalhou em prol da comunidade, eu não gosto de trabalhar com políticos que usam a comunidade, que busca intervir na comunidade sem contribuir para melhorias na comunidade. Com esses maus políticos, ele não trabalha. Por fim, Seu João escreveu uma carta com suas ideias de um projeto para jovens e convocou uma reunião para isso, porém apenas duas pessoas compareceram. A indagação feita por Seu João é como pensar na comunidade sem diretriz, sem lazer, sem futuro. É preciso que a Velha Guarda pense na juventude e nas crianças.

Tanto a entrevista de Seu Genildo quanto a de Seu João demonstram a importância do relato oral

Conforme dito por Silva (2011) a recriação de histórias narradas na pesquisa de campo remete não só às relações identitárias com o território, mas, remete principalmente a uma dor profunda de perceber-se marginalizado pela história construída pelos dominadores. Seu Genildo e Seu João passaram por todo o processo de dor causada pelo racismo ainda que não o entendam com esse nome. Suas histórias nos entristecem, mas ao mesmo tempo mostra uma capacidade de sobrevivência que é muito injusta com a população negra. O lugar que foi destinado a esses homens pela sociedade e a consequente determinação em mudar de lugar ou mudar este lugar são mostrados quando Seu Genildo conta que ia até seus algozes na época da Ditadura Militar cobrar o retorno das pessoas que eram levadas e não voltavam ou quando seu João fala da estratégia de enfrentar os fazendeiros sempre juntos e fazendo a denúncia pública do processo de intimidação que sofriam também na Ditadura Militar e não encontramos esses relatos de abusos na historiografia oficial. É a memória pela memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta política e social por seus territórios, isto é, em uma vivência de liberdade que norteia a seletividade das lembranças (SILVA, 2011, p. 2).

Construir novas identidades políticas sem aceitar serem usados, mesmo sendo quilombolas é o que nos diz Seu João. Também ficou demonstrado por esses dois entrevistados, homens negros, idosos, um com 90 anos e outro com 92 anos que não se deve desistir da luta, de fazer a resistência, que é preciso ir da manutenção do território ancestral. A desumanização do negro não foi um acaso, e sim uma consequência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro continua a ser marginalizado econômica e socialmente. Em outras palavras, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 228). A cor da pele foi eleita e continua sendo a principal característica fenotípica para a definição de raça, o que outorga legitimidade à dominação imposta pelas conquistas europeias nas Américas, e na expansão colonial pelo mundo. A ideia de raça passou a ser a naturalização da relação entre dominadores e dominados. No entanto, a população negra resiste e insiste em não aceitar a imposição que tenta acabar com a nossa identidade cultural. Essa é outra característica lembrada por Seu Genildo e Seu João quando falam de como eram boas às festas, a dança junina, as procissões, as ladainhas e o jongo.

4.3.3 Dona Solange e Dona Sandra: moradoras antigas do Bairro da Passagem

Fizemos então no dia 19 de maio de 2024 a entrevista com Dona Solange Ferreira Mota, de 67 anos, nascida e criada no Bairro da Passagem. Dona Solange lamenta o fechamento da igreja há 8 anos e a falta de cuidado com a preservação do patrimônio. A igreja era local de encontro, local de festas em que entrava todo mundo. Diz que tem a memória fraca e não se lembra de ter festas religiosas no Largo da Passagem, mas lembra dos blocos de carnaval e da escola de samba Flor da Passagem. A pandemia impediu a saída dos blocos.

Lembra-se da rua chamada Mestre Viver, que passou a ter esse nome em homenagem ao mestre. As embarcações paravam aqui e várias pessoas conseguiam emprego, ficavam embarcadas e voltavam com dinheiro para sobreviver. A importância desses barcos também está na parte turística, pois eles consumiam nos bares e restaurantes existentes. Se por um lado gerou empregos, também gerou especulação imobiliária. Muitas pessoas não tiveram como permanecer no bairro em função dessa nova dinâmica comercial que transformou o bairro em um polo gastronômico. Na rua em que ela mora apenas oito famílias resistem. Tem uma casa que se transformou em pousada. No final da entrevista chega Dona Sandra que informa sobre a construção da igreja conformando que foi trabalho da mão de obra escravizada, mas que depois eram impedidas de frequentar o lugar. Mostrou as áreas tombadas, que já foi um local de salgamento de peixes e que navios e veleiros atracavam ali. Que a igreja está fechada e que corre risco de desabamento corroborando com a informação do Seu Genildo. Que existe um convento e que a irmandade é ligada ao convento. Pede para procurarem a memorialista Meri Damasceno. Informa que a família tem um restaurante. Ela está morando em Aldeia Velha. Que percebe que o local por ter se transformado em um polo gastronômico e ter deixado de produzir atividades que tem a ver com a cultura negra, perdeu a memória. Ela fala do fato da mãe ter sido uma pessoa iletrada. Aproveito a dica e falo também um pouco da minha história e assim estabeleço uma relação mais empática

Dona Sandra foi incorporada à entrevista de Dona Solange que, como ela mesma diz, tem a memória fraca. Aproveito para perguntar sobre as estátuas de capoeira na cidade. Fomos interrompidas por Célia, sobrinha de Dona Sandra que

veio visitá-la. Ao me apresentar para ele, informou sobre minha pesquisa. Recebo livros de doação da memorialista Meri Damasceno. Depois disso, retomo a conversa e sou informada que as expulsões de pessoas pobres naquele bairro tiveram seu início na época da gestão do Prefeito Alair Corrêa o que acarretou aumento no valor dos imóveis.

Dona Solange fala desse período difícil em que todos tiveram que voltar para a casa da mãe. Quando voltou, resolveram ampliar a casa e construir um “puxadinho” para que todos fiquem mais confortáveis e possam morar lá. A prefeitura quer liberar a construção de novos prédios. Só não fizeram ainda porque o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) está impedindo. Novamente levantam a possibilidades de a igreja desabar e não sabem o que fazer para corrigir. Quando digo que sou do movimento negro, elas começam a conversar outras coisas e a entrevista termina.

A entrevista de Dona Solange e Dona Sandra demonstra a falta de cuidado com o patrimônio da igreja construída por homens pretos escravizados. Usado o discurso da modernização para promover o deslocamento ou expulsão de moradores que não estão dentro do perfil desejado. Isso fica comprovado quando Dona Sandra fala do retorno para a casa da mãe e da construção de “puxadinhos” para acomodar e manter juntos todos da família. Quando ocorre essa revitalização, ela expulsa os moradores antigos que não tem como se manter pelos preços cobrados nas construções.

Por isso, nos eventos de violência, eles acionaram um vereador e a associação de trabalhadores cuja fundação Seu Genildo participou o que explica a postura altiva e destemida, sempre cobrando por mudanças que devem ser feitas coletivamente sem permitir que a comunidade seja usada em momentos de eleição.

Nazário (2022) também informa que as categorias de posseiro e lavrador são substituídas pelas categorias de “remanescente de comunidades de quilombo”, firmada na Constituição Federal de 1988. A partir daí se dá a luta pela terra com visibilidade pública a formas de ocupação e uso comum da terra e dos recursos naturais antes ignorados pelo Estado brasileiro. A categoria “povos ou comunidades tradicionais” é quem vai tomar para si a responsabilidade política na construção de demandas coletivas de direito. Antes, a memória do cativo perpassa os relatos dos conflitos fundiários, mas eram ofuscadas por outras metáforas privilegiadas pelo discurso militante da reforma agrária: trabalho e posse da terra.

Seguindo a sugestão de Dona Solange e Dona Sandra, foi realizada a entrevista com a memorialista Meri Damasceno.

4.3.4 Meri Damasceno: memorialista, já morou no bairro da Passagem e agora está morando em Vila Nova

Sua fala se inicia contando sobre um desejo acalentado. Que a governadora Benedita da Silva fosse a responsável pelo tombamento do patrimônio da Passagem incluindo o Largo, o Casario e a igreja como um patrimônio da cidade de Cabo Frio. Ela informa que no dia 31/12/2002 a governadora em exercício, Benedita da Silva assinou o tombamento do patrimônio da história do bairro da Passagem, que foi o primeiro bairro. Foram tombadas 17 casas, à igreja, o Largo de São Benedito, mas uma casa ficou uma casa de fora porque não havia documentação. Dentre essas casas, foi tombado o Santa Rita, o restaurante Santa Rita de Cássia que fica ao lado da igreja. Tem uma casa que era do lado em que mora seu Mika, tudo que está do lado direito que são dois bares até o final da rua foi tombado. Também foi tombada uma casa que só tem a parte da frente onde funcionou por muitos anos o primeiro centro espírita de Cabo Frio chamado de Centro Espírita de Pedro Vicente que já tinha sido um armazém.

O restaurante de Buda, não foi tombado porque não existia e foi construído posteriormente. Não existe uma história sobre a construção do armazém. Só restou uma casa na esquina que está meio abandonada. Tem outra casa que é de Renato Viana formando um conjunto de 12 casas. Teve pessoas que depois do tombamento iniciaram uma construção, mas foram impedidas por já ser tombada.

Meri Damasceno gosta de lembrar que o tombamento foi realizador por uma governadora negra no último dia de governo. Destaca que perto do arco tudo está tombado e demonstra preocupação com a casa de Seu Mimi que vive fechada, que é a casa dos irmãos dela e que essa casa ficou fora do tombamento por existir apenas o telhado, então não foi possível verificar quando foi construída. Essa lembrança causa muita alegria nela. Se não tivesse tombado não existiria, e o valor, ou seja, a casa é valorizada, o valor da venda dobra e quem dá valor paga. Para fazer mudanças e conservar a fachada, precisa ser compatível com as normas do IPHAN. Depois diz que para falar das festas precisaria de dois dias.

Ainda assim faz um esforço para lembrar e falar sobre as festas. Começa com Nossa Senhora dos Navegantes. Diz que foi incluída no calendário, mas não há documento comprobatório do início das festividades da Santa, fala de todos os santos das Igrejas da região, diz que ali tinha um porto que mandava para fora a primeira riqueza de Cabo Frio que foi o pau Brasil e depois o sal. Era enviado para o Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo era uma vida muito pulsante sendo que o porto foi a grande base de desenvolvimento de Cabo Frio. Meri diz que se não fosse o Porto, a cidade estaria fadada ao fracasso.

Meri Damasceno (2024) fala:

No século XVII ou XVIII, algum devoto introduziu um altar de São Benedito, embaixo tem uma nave que você coloca a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes (07 de setembro) e de São Benedito (01 de janeiro). Lembra que quem fazia a festa era os negros, brancos não se metiam nas festas dos negros que mandavam junto com marítimos. Tinha Jongo, maculelê, capoeira e tinha uma fogueira para esquentar o couro de tambor. Saíam em procissão, rodava a praça, o bairro, e entrava na Igreja. A casa de Mariana Valentim era a casa que fazia a festa dos santos, com comidas típicas tudo grátis, a banda de música, os bailes, as cirandas, as famílias brancas que tinham pé no candomblé e umbanda. Quando chegava setembro, época da devoção a Santa, um mestre, um marinho, o mestre principal, alguém com recursos, organizava toda a festa, ele doava as comidas, pagava as bandas, o mestre marinho pintava o mastro de Nossa Senhora, (São Benedito também têm), prepara a bandeira, (eu salvei a Bandeira). Pintava o barco, com mastro, arrumava a igreja. A procissão com o andor dentro do navio, lá no Porto com toda a comunidade dentro do navio, ia até a atual Biblioteca Municipal, ali tinha um pequeno porto, o andor pesava 200 toneladas, um grupo entrava com Santa, outras pessoas vinham por terra com São Benedito, e ia pra praça pra se encontrar com a imagem da santa, e juntos atravessava a Praça Porto Rocha até a porta da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Destaco que tinha a procissão do mastro quando os marinheiros pegavam o mastro do navio e seguiam pelo Largo da Passagem, todo enfeitado com bandeiras que tinham sinais marítimos porque representavam a navegação (entrevista dia 19/05/2024).

A história de Nossa Senhora dos Navegantes em Cabo Frio vem do então povoado de Navegantes e está ligada ao catolicismo e a devoção por Nossa Senhora dos Navegantes. Isso porque era o local em viviam os navegadores, fossem eles os de mar afora (marítimos) fossem eles os de mar adentro (pescadores). A devoção por Nossa Senhora dos Navegantes surgiu muito antes da construção da própria capela. Para os pescadores, Nossa Senhora dos Navegantes era uma força superior em meio às intempéries do mar. A primeira capela data de 1857 e a inauguração da capela ocorreu em 2 de fevereiro de 1898, mas a imagem chegou em 8 de setembro de 1899. Por ser um período de frio na cidade, a festa que ocorria anualmente teve sua data transferida para o dia 2 de fevereiro. Nesta

data, também se celebra a devoção a Nossa Senhora do Lampadário (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2017).

No site da Prefeitura de Cabo Frio consta ainda uma informação que faz parte do Dossiê de Registro da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (PREFEITURA DE CABO FRIO, 2017, p. 28) que diz:

“Segundo relatos, a festa, inicialmente, acontecia no mês de setembro, outubro ou dezembro, anualmente e teve sua primeira atividade em 1899. No entanto, pela enorme quantidade de chuva nestes meses, a data para a festa foi remarcada, em 1905, para 02 de fevereiro, dia em que era feriado na cidade de Itajaí. Após o Concílio do Vaticano II a festa foi transferida para o domingo mais próximo do dia 02 de fevereiro. Os antigos diziam ser um dia especial, e todos tinham um grande respeito pelo momento. Acreditava-se que coisas incomuns poderiam acontecer como incêndios, naufrágios, tragédias, então todos tomavam cuidado para não fazer nada de errado nem cometer exageros”. A festa movimentava o povoado e durante os dias que antecedem os festejos por muitos anos os moradores se organizaram e ornamentavam a rua principal, deixando assim a rua por uma extensão de 1 km toda embandeirada com hastes pintadas de branco e arcos feitos de bambus. Vale ressaltar que durante esse período, Navegantes ainda era um bairro de Itajaí, bem como as cidades vizinhas de Luiz Alves e Penha e todas as cidades paravam para as festividades. Todos se preparavam o ano inteiro para a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. As vestimentas para a festa eram mais importantes do que as vestimentas para as comemorações do final do ano, na missa festiva era imprescindível o uso de roupas novas e estar bem trajado. A festa dispunha sempre dos brinquedos e folguedos de sua época, as barraquinhas que vendiam santinhos, imagens, anéis e tudo o que os mercantes poderiam trazer para a venda, os quitutes das festas eram e até hoje são organizados pela igreja e suas pastorais. As bandas que animavam as festas eram Os Foliões de Itajaí e a banda Amor à Arte de Florianópolis, entre outros. Todos os populares ficavam sempre sentados ao lado da igreja nos bancos de madeira e as bandas ficavam tocando o dia todo para a animação da festa.

As lembranças de Meri Damasceno condizem perfeitamente com as informações técnicas contidas no site da prefeitura.

Vieira (2017) na sua dissertação de mestrado na área de geografia sobre territórios negros em Porto Alegre diz que as cidades têm memória. Porém, nem todas as memórias estão presentes nas representações sobre a cidade. Não raro, memórias de grupos sociais vão desaparecendo, sendo necessária a sua recuperação através de registros escritos, cartográficos, fílmicos, fotográficos, monumentais, entre outros, que é exatamente o que Dona Solange e Dona Sandra identificam. Elas percebem que em nome da modernidade o processo histórico e cultural que conta a história da cidade está se perdendo e uma prova disso é o descaso com a igreja centenária que está fechada, quase desabando. Isso nos remete à reflexão de que se a cidade é turística, por não cuidar de uma construção

que é bela e tem tanto valor para seus moradores. Será que é porque é uma construção do período da escravização e ao falar da igreja se lembra desse fato? O conjunto de casarios está sendo preservado. O IPHAN está brigando contra o aumento do polo turístico em nome da preservação, mas não sabemos se a recuperação da igreja está incluída.

Meri Damasceno (2024) informa que a igreja está no centro e os negros estão nas proximidades. Que a área da Passagem era alagadiça, do mar, do oceano e o Canal que representava um núcleo urbano da região da Passagem com uma via preta e uma branca da elite, as famílias com barcos. Os negros daquela região eram pobres eram os que salgavam os peixes. Que era um bairro de pessoas brancas humildes e pretos pobres, pescadores que viviam da pesca artesanal, os brancos que tinham recursos foram para o Centro, para a casa do Senhor Machadinho que ia até a Praia do Forte, (pomar). A Rua da Passagem era uma coisa isolada. Fala que existe um espírito de patrimônio, de valorizar a gente, fazer conselhos em relação a igreja de São Benedito, a arquidiocese nunca colocou uma pedra na Igreja, nunca ajudaram a Igreja, a Igreja teve para cair.

De forma triste diz que:

Quem manteve a Igreja de pé foram os marítimos, os mestres do porto, fizeram o telhado, mas os mestres morreram e ninguém abraçou a causa, nem a matriz, nem a arquidiocese... Prosseguindo declara... começamos reclamar e nos anos 90 para 2000, .. em seu longo relato desta ainda: .. “roubaram os Santos São Benedito e São João Batista. Teve em certo momento, tem uma história. Zé Gonçalves e Boca da Barra, na referência de moradia, nas salinas, porto. O povo da estiva e os arrumadores eram negros, eu não me lembro de nenhum branco na Restinga, Passagem, Vila Nova. Esses negros estavam nos serviços subalternizados, os sindicatos destes trabalhadores eram negros e frequentavam o bar do meu pai. Eram arrumadores de sal nos porões, viviam no bar de meu pai bebendo. Começa a lembrar de nomes e diz que eles não vêm mais, Valdir, Tatiana, Júlio e Thiago. Branca, Dona Joana e Sr. Alfredo, parteira Amélia Ferreira, Família Ari Valentim, que vivia em um veleiro que tinha galinha, porco, cabritos. Meri diz que eles iam ao candomblé, assim como os negros se envolveu na religião branca. A família Valentim era ligada a igreja e faziam a festa da igreja em parceria com o Centro Espírita. Quando tinha festa no Centro, pegavam as coisas da igreja, os santos, castiçais, muita coisa se perdeu, cada banco da igreja foi um marítimo que deu. Lembra ainda do senhor Gentil, Maria Sales, bancou o galo, pintou o forro tinha esta integração da Igreja com Centro Espírita, à polícia vinha e mandava fechar, quando os presos ficavam doentes mandavam para Pedro Vicente, o delegado começou a fazer vista grossa, para as ações do centro espírita, tem um guia, que depois da missa, perseguição e controle, os negros faziam os cultos no altar camuflado, com o símbolo de outra religião. Os negros na Cultura de Cabo Frio. Cada casa é um Centro de Cultura no chão tem a história da casa (entrevista em 19/05/2024).

Essas entrevistas nos mostraram que o processo de gentrificação que afeta essa cidade não pensa nas pessoas pobres que serão afetadas em função de interesses de mercado que visa à revitalização em função do potencial turístico da área. Para os governantes, os turistas não vão gostar de saber da história do povo negro de Cabo Frio. Essa atitude promove mais segregação socioespacial e aumento da especulação imobiliária que tem sido a tônica na vida dos negros em qualquer lugar que estejam. Também conseguiram reviver memórias que estavam bem guardadas e talvez não se tornassem públicas em trabalhos como esse pela própria história de vida delas. Elas são resultado do nosso desejo em dar visibilidade social, por meio das memórias, tornando-as protagonistas da própria história. Conforme dito por Meri Damasceno uma das entrevistadas “os negros estão nas proximidades. A igreja de São Benedito, abandonada está no Centro”. Cabe perguntar: Quem dá importância para a igreja que está caindo aos pedaços? A administração é da Arquidiocese. Quando a igreja servia para casamentos da elite ela era bem cuidada. Quando a família Valentim, bancava as festas da igreja, mas também frequentava o centro espírita da cidade e usava os paramentos da igreja que foram sumindo. Foi Meri quem rodou igrejas para localizar a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes que foi roubada. Ela achou à santa e foi com o padre buscar, mas agora deixou para que outras pessoas cuidassem e isto não está acontecendo. Utilizando a afirmação de Halbwachs (2013) de que a memória é um fenômeno social, é construída coletivamente e de modo diversificado. Vejam que a entrevista era com Dona Solange que chamou Dona Sandra e as duas propuseram Meri Damasceno para ser entrevistada também e tudo que é lembrança dela diz respeito ao grupo de moradores negros do bairro. Elas têm a percepção de que os negros ocupam funções precarizadas, que tem um tratamento diferenciado, mas não consegue elaborar que isso é racismo.

Halbwachs (2013) afirma que a memória envolve o tempo-espaço, é a junção das lembranças de um tempo longínquo com as vivências do presente. É esse complemento do passado com o presente que permite a produção da memória produzindo quadros sociais visto que para ele a memória tem caráter social, é passado e presente. Essas memórias foram acionadas quando elas foram convidadas a participar da pesquisa, mas quando a temática já não interessava mais, elas encerraram a conversa mudando de assunto. Também foi possível ver isso na última entrevista principalmente:

o indivíduo recorda a partir de dado período que considera marcante pra si, isto é, parte de uma referência (dos quadros sociais), bem como elenca os atores partícipes da mesma vivência, os quais também julgam como essenciais para reconstrução dessa memória (HALBWACHS, 1990 *apud* FERREIRA, 2021, p. 111).

Nesse caso, as histórias individuais se entrelaçam e uma complementa a outra, criando a memória do grupo formado por Dona Solange, Dona Sandra e Meri Damasceno. Todas rememoraram a trajetória do bairro, o processo de expulsão, a saída da casa a falta de informação sobre alguns moradores e a igreja como sendo o local da sociabilidade, mas que agora está abandonada, a ausência dos negros, apesar dos esforços de alguns poucos.

Segundo Bobbio (1997, p. 30), “somos aquilo que lembramos”. A memória vai além das vivências e experiências experimentadas pelos sujeitos, ela resulta de um determinado contexto social, está situada no íntimo de cada pessoa. Às vezes não lembramos de imediato o que gostaríamos de lembrar, mas quando somos instigados a recuperar a memória, quando participamos de alguma pesquisa, por exemplo, vemos que a lembrança está ali, no nosso íntimo.

Essas três mulheres, já idosas tem sido verdadeiras guardiãs da memória da história do bairro da Passagem se tornando um acervo vivo na defesa do seu povo e na vigilância da cultura deixada pelos antepassados através dos objetos, da arquitetura, dos personagens que hoje serve de fundamento na preservação da história da comunidade. Estar com essas mulheres, ouvir o que viram e vivenciaram me permitiu valorizar ainda mais a palavra, pois é através dela que as histórias têm vida. É a memória dos mais velhos que permite o fortalecimento da cultura, da identidade e da caracterização dos quilombos daquela região e do bairro da Passagem. É preciso respeitar e incluir a pessoa idosa em todos os lugares, mas nas comunidades quilombolas elas são livros ainda não editados, transmissoras da oralidade, se tornam a ligação que permite a preservação da cultura e tradições do território.

4.3.5 João Félix: Bairro da Passagem

A entrevista com João Feliz é feita em sua casa denominada o Chapelão*, localizada no Canto da Praia do Forte, de frente para o mar, e também para o Forte

São Mateus. Começamos a entrevista falando dos Quilombos, e que faz parte do movimento negro da cidade desde seu início.

O entrevistado informa sobre o seu projeto de mapear a distância dos Quilombos, em relação à Praça Porto Rocha, no Centro de Cabo Frio. Montou um projeto denominado Circuito Cultural Quilombola, segundo ele: “para tirar algumas místicas que ninguém sabia do Centro Urbano, que é à distância do centro até o último Quilombo”.

Os Quilombos tem plantação, e tem artesanato, informa que começou a fazer um levantamento com Geoprocessamento, aferindo toda a distância do centro Urbano entre os quilombos São Jacinto, Botafogo, Pretos Forro, Maria Joaquina e Quilombo do Espírito Santo que tem uma quilometragem a partir de um mapa. E quando foi montar as características e onde tinham serviços, como posto de gasolina, entre outros serviços, foi exonerado da Secretaria Municipal de Cultura, embora o circuito já estivesse pronto para começar. Na proposta para a realização do roteiro deveria ser contratado pela Secretaria de Cultura dois griots e cinco jovens de cada Quilombo para ser à base de referência de chegada de cada visitante, o turista ligaria para esse pessoal e faria o circuito com roteiro cultural e histórico dos quilombos que estariam mapeados e cartografados.

João Félix relata seu empenho para a viabilização de uma emenda com o vereador Ruy França, para construção da Casa de Farinha para o Quilombo do Espírito Santo, onde já existe um embrião para que os trabalhadores que fazem farinha e, que dali tenha recursos a fim de conseguir a própria casa, estava até providenciando uma arquiteta. Estas ações não tiveram continuidade após sua exoneração.

João Félix também fala sobre Meri Damasceno que lhe deu um livro com entrevistas, chamado Guardas da Memória (2015) e dá a última entrevista, sobre uma senhora que foi lavadeira e teve 14 filhos, moradora do local e que trabalhou na Fábrica de Sardinha. Fato curioso é que os entrevistados brancos tinham fotos, dessa Senhora negra não havia. Este fato constata que os negros que trabalhavam ali tinham uma atividade na fábrica de sardinha, no Posto Pereira, abaixo da Pedra do Sal, que toda a comunidade não era branca, mas não ficou ali nenhuma família preta. Os negros foram para o que é hoje a Vila Nova e Jardim Esperança.

Relata que começou a participar do Movimento Negro na adolescência com seu irmão Zé Carlos no bojo da fundação do IPCN e começando a trazer a

discussão para Cabo Frio. Ele morava no Rio de Janeiro e começou a discutir com algumas pessoas e foi formando esse núcleo em 1984 com Renato (o negro empresário da noite de Cabo Frio), Manoel Justino, o Zé do Carmo (médico que veio trabalhar e acabou morando em Cabo Frio) posteriormente, sendo o primeiro presidente do Movimento Negro Cabo Friense, que foi o Instituto de Pesquisas e Cultura Negra Cabofriense quando João e os mais jovens começam a frequentar e a buscar identidade.

Continuando ele informa que enquanto jovem fez capoeira e música no local chamado Casa de Chapelão, com um grupo de jovens e as filhas de Renato. Com a militância, começaram os questionamentos com os professores, e foi formando a partir daí o Movimento Cabofriense de Pesquisa da Cultura Negra. Posteriormente chamado de Consciência Negra, o que “originou o nome consciência a várias instituições, pois a palavra consciência significa conhecimento”. Afirma em seu depoimento: “ter consciência para mudar a história sendo esse fato fundamental a formação dos jovens negros na cidade”.

A fala de João vai ao encontro da mobilização que usamos na denominada “Ação do Negro” nas ruas, promovidas pelo Jornal SINBA onde expúnhamos de maneira contundente a opressão da sociedade brasileira para a população negra, fazendo um relato minucioso das condições da população negra vivenciado em nossa sociedade, com um Panfleto intitulado “Por que devíamos lutar contra o racismo não apenas a população negra, pois o racismo não era o problema do negro, sim da sociedade”.

Relata ainda que os jovens negros foram criticados por essa postura, mas que foram acolhidos pelo Movimento de Pesquisa da Cultura Negra Cabofriense e que hoje a palavra Consciência Negra foi substituída por palavras novas que são “letramento racial” e “enfrentamento”. Você precisa estar inteirada para você poder começar a perceber o que isso significa. Segundo Beatriz Nascimento (2021):

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus pensamentos. Para todo lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu (NASCIMENTO, 2021, p. 48).

Percebemos que João talvez ainda não entenda que essas novas palavras signifiquem conceitos que podem contribuir com a luta antirracista visto que é

preciso construir novas práticas nas relações que constituímos na sociedade. Mesmo quando percebemos que pessoas não negras não querem se relacionar conosco, não querem abrir mão dos privilégios que sempre tiveram, podemos procurar outras pessoas negras e continuar seguindo nesse caminho educativo de enfrentamento ao racismo fazendo uma leitura crítica do mesmo. É usar o letramento racial como possibilidade de ação na luta contra o racismo que está estruturado na sociedade.

Acredito que as formas para a formação política vão sendo recriadas conforme o acúmulo de consciência que hoje a militância tem. Em um primeiro momento discutimos a questão da falácia da “Democracia Racial” e hoje não é mais possível negar a existência do racismo, temos uma vasta bibliografia e uma robusta militância que revela que o racismo brasileiro “é sempre estrutural, ou seja, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2020, p. 20).

Retornando a fala de João: “a nossa organização com o tempo ganha densidade, o Movimento foi crescendo e fazendo suas próprias festas em homenagem a Consciência Negra, com entrega de prêmios para negros e criação de uma agenda preta”.

Ainda de acordo com João, na política surgiram segmentos negros dentro dos partidos com importância de discussão política e as portas começaram a se abrir para candidatos e o clube cedia espaço, para trabalhar na eleição de vereadores.

Segundo seu relato, o primeiro presidente foi José do Carmo médico e a segunda foi Eliane. O movimento negro, no início foi formado por muitos homens, mas tinham mulheres e a discussão política acabou abrindo esse espaço também para as mulheres.

Segundo João Félix, as mulheres sempre estiveram à frente da organização das escolas de samba e Dona Sussa era a liderança de uma delas. Ele cita as seguintes escolas de samba: Rancho Flor da Passagem, Rancho que vira bloco, e que depois vira a Escola de Samba, e a outra referência é o bloco Boi da Barra.

As escolas de samba têm este nome por conta desse espaço de acolhimento de pessoas negras que representavam uma forma de política no sentido de ajuda mútua, assim como representavam uma expressão de manifestação cultural que se torna fundamental para a nossa identidade através do samba. As tias baianas da

cidade do Rio como Tia Ciata, Tia Nilza, entre outras, estão nos representando enquanto matriarcas do samba e ponto de resistência.

Torna-se importante lembrar que o governo federal sancionou em 2024 uma lei que institui o Dia da Mulher Sambista, sempre celebrado no dia 13 de abril. Essa lei representa o reconhecimento da importância da mulher no mundo do samba como protagonista e faz uma homenagem ao nascimento de Dona Ivone Lara, cantora, compositora e instrumentista. Falecida em 2018, deixou legado como um dos maiores nomes do samba no país. Foi um exemplo de resistência e de luta para romper restrições machistas, como ter sido a primeira mulher a escrever um samba-enredo, em 1965, para a escola Império Serrano: *Os Cinco Bailes da História do Rio* (MALERBA; HEYNEMANN; RAINHO, 2014).

Essa é apenas uma das músicas que trata a mulher como sendo de segunda categoria. Não podemos perder de vista que a maioria é negra. Existe um silenciamento do papel desempenhado pelas mulheres sambistas, em especial das tias baianas que viviam no Rio de Janeiro e faziam o acolhimento de quem chegava à cidade. A maioria delas é oriunda de confrarias religiosas e comunidades de terreiros. Ninguém fala que também cantavam, tocavam violão, mas no mundo do samba tinham como função cozinhar, cuidar dos filhos, tratar dos assuntos relacionados à mulher. A data de 13 de abril, a escrita de livros, a realização de shows de grupo de mulheres servirá para ajudar a resgatar essas histórias.

Dando continuidade a entrevista, em 1986 foi criado o Conselho de Entidades Negras do Interior do Rio de Janeiro (CENIERJ), tendo 60 cidades participantes. Este órgão foi um importante articulador do Movimento Negro no interior do Estado articulando, fomentando e ampliando a organização de políticas nas cidades que estavam à margem da Capital, sempre a disputa entre quem é a margem quem é o Centro.

Cabo Frio sediou o II Encontro de Entidades Negras do Estado do Rio e foi responsável por fazer a articulação do Movimento Negro em diferentes cidades brasileiras com o intuito de listar e também realizar uma série de ações políticas para os diferentes campos de organização. Partindo da educação, desmembramos várias ações nos diferentes tipos de instituições com intuito de garantir políticas para o estabelecimento de prática nos campos que garantam a nossa sobrevivência e reprodução da vida, no mote da 10ª Marcha de Mulheres, realizada em julho, no dia 28, a saber: “Mulheres Negras em Luta: Ontem, Hoje e Sempre! Nos Kilombos, Nos

Terreiros, Nos Campos, Nas Periferias, Nas Favelas e Nas Cidades”. Como disse Ângela Davis: “quando a mulher negra se movimenta, movimenta toda a sociedade”, pois suas ações tem cunho político.

4.3.6 Manoel Justino

Manoel inicia seu relato dizendo que toda sua formação foi dentro do movimento negro. Começou frequentando o IPCN, o movimento negro da cidade que foi baseado no modelo do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. Na época, o movimento negro de Cabo Frio era considerado o movimento mais organizado, porque seguia os passos do IPCN, quando ele e João Félix começaram a frequentar a instituição. Relata que em 1984 vinham vários militantes do Rio, a saber: Benedita da Silva, Paulo Roberto dos Santos, Ivanir dos Santos, Amauri Pereira, entre outros.

Em sua fala aponta que José do Carmo foi o primeiro presidente da instituição, fala de como começou a se interessar pela luta racial, relembra a convivência com seu avô sempre envolvido nos movimentos culturais relacionados com a cultura negra.

Explica que Cabo Frio, por ser um município menor, formou uma boa base a partir da discussão da Lei 10.639/2003 que trata de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, e uma discussão sobre a questão racial com a turma da Teologia da Libertação.

Cabe ressaltar que no período da Ditadura inicialmente a Igreja Católica apoiou o golpe militar. Porém com as repetidas denúncias de pessoas ligadas a igreja e a prisão de pessoas do clero, essa posição foi alterada amparada na pregação reformista e moderada do Papa João XXIII após Concílio do Vaticano II, legitimando a intervenção da igreja em assuntos sociopolíticos e econômicos. Essa movimentação apoiou a criação das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs e partir daí a Igreja se aproximou da população negra, e consequentemente, do movimento negro.

Dessa forma, segundo Rocha (1998):

As CEBs serão o “chão fértil” para a fomentação da construção da identidade e da consciência crítica do povo negro, que a partir dos problemas e discussões em seu interior, toma consciência do problema das relações raciais na sociedade brasileira. Neste sentido, [o] crescimento da consciência dos negros a respeito dos processos de exclusão, tanto na Igreja como em qualquer outro setor social, acabou fazendo com que estes

descobrissem que existia um agravante chamado racismo e discriminação que piorava a situação dos negros no meio dos pobres (ROCHA, 1998, p. 68).

Foi um momento muito importante porque as entidades do movimento negro foram criadas no contexto da Ditadura com a contribuição do trabalho de padres, religiosos e seminaristas negros que direcionam suas ações para a “consciência negra na Igreja”. Pereira (2003) informa que:

A partir de 1979, com a criação dos Grupos de União e Consciência Negra, depois dos APN"s (Agentes de Pastorais Negros), por católicos, e já no início dos 80, dos Ministérios contra o Racismo, por protestantes, os cristãos lançaram as bases de articulações que alcançariam quase todos os lugares onde chegasse sua Igreja (PEREIRA, 2003, p. 65).

Foram movimentos importantes que contribuíram com a formação de entidades no interior do país e Cabo Frio fez parte dessa movimentação. Em São Paulo a tentativa de unificação do movimento negro se deu com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) que depois foi chamado Movimento Negro Unificado (MNU). Pereira (2008 p. 218) dá seu depoimento dizendo que essa ação representou “um marco fundamental” na constituição do que conceituou como “movimento negro contemporâneo”. Também em 1981 surge no seio da igreja o Grupo União e Consciência Negra (GRUCON) de base católica mobilizado em torno da questão racial.

Data desse período a realização de missas com elementos católicos e afros a partir da reflexão sobre a realidade do povo negro. Todo ano, no mês de novembro é realizada a Romaria das Comunidades Negras ao Santuário Nacional de Aparecida que já está na 25ª edição. Infelizmente não conseguimos localizar imagens das missas com elementos africanos que já foram realizadas na cidade de Cabo Frio.

Manoel Justino também se lembrou do Chapelão* que era um espaço de reunião das pessoas do Movimento Negro, falou da Associação 13 de novembro, no bairro Vila Nova, depois do espaço do pré-vestibular para negros carentes, tendo sempre um espaço da Cáritas (Igreja católica) como referência. Nesse local foram realizados dois eventos sobre Zumbi e a Constituinte de 1988.

O movimento das Diretas foi muito bom, e por conta disso Manoel Justino foi eleito em 1982 com a participação do movimento negro o primeiro vereador negro da cidade de Cabo Frio, e sua eleição significou um voto racial.

Manoel também ressaltou que a Igreja de São Benedito está fechada há mais de 8 anos, relata que na adolescência, a Igreja estava aberta e reuniram vários

moradores da Passagem e resolveram fazer a festa de São Benedito e um amigo batalhou muito, pois tinha feito uma promessa que fora concretizada. Conseguiram arrecadar dinheiro para realizar a festa, porém quando falaram com o Padre, ele disse que o dinheiro era a decisão da igreja e não dos moradores. Solicitou o dinheiro arrecadado e não realizou a festa. Todos ficaram muito chateados e revoltados.

Relatou que surgiu uma disputa entre o Rancho Flor da Passagem e a Abissínia, na década de 30, sendo este o primeiro movimento de Escola de Samba. Na verdade, a Escola de Samba começou em 1934. Mas ali, um dos membros da Escola, era seu avô, Chico Estevam, era o Seu João Baiano e Antônio de Gastão. Antônio de Gastão, um artesão famoso. Antônio começou a construir os instrumentos. E aí, a casa dele era chamada de Casabona.

Que eles participaram do início da Escola de Samba. Informa que morava em São Cristóvão “Ah, São Cristóvão. Na época não era São Cristóvão, se chamava Pau de Arara”. Porque eles tinham muitos nordestinos. Seu avô morava distante da Passagem. E construiu um salão, que na verdade era um terreiro. Seu avô era rezador. E ele trocava algumas informações com os estivadores e os sindicatos arrumadores, eles mantiveram contato com a Pedra do Sal. E de lá que eles trouxeram a informação para a formação de uma escola de samba. Então tudo foi se articulando. A escola de samba de Cabo Frio, a primeira escola de samba de Cabo Frio é contemporânea da escola de samba do Rio de Janeiro. O material de fotos foi perdido com o tempo, mas a estrutura era bastante parecida, inclusive a utilização de cordas para o desfile das escolas de Samba, os componentes ficavam isolados do público pelas cordas.

No relato de Manoel Justino vemos como as manifestações culturais são importantes para aglutinação de formas de resistência através das mesmas. Também foi possível perceber como seu avô organizava sua atividade laboral criando feiras e eventos.

Em sua entrevista Manoel ressalta que sua militância política se inicia com sua aproximação com o Movimento Negro da cidade, do qual é fundador. Afirma a importância da luta contra o racismo como o principal elemento para a organização da sociedade em um projeto democrático. Aponta que a eliminação do racismo possibilita uma sociedade com igualdade e justiça social, aponta a Lei de Cotas como fundamental para a reparação da histórica permanência da população negra

na base da pirâmide social. No momento da entrevista Manoel Justino era Coordenador da Coordenadoria de Igualdade Racial da cidade.

4.3.7 Eliane Helena: moradora do Centro de Cabo Frio

Eliane começa falando: “Esqueci. Esqueci completamente”. Eliane Helena é a primeira mulher negra que foi eleita como presidente do Movimento Cabofriense de Pesquisas das Culturas Negras (MCPCN) no período de 1986 até 1989. Durante a entrevista ela relata: Eu não tenho uma memória muito boa, isso tinha saído do meu radar. Ano passado, eu fui à Câmara em uma exposição do Corredor Cultural quando então me vi em uma foto da exposição, fazendo um discurso, e aí eu lembrei que eu fui presidente junto, daí me lembrando de tantas coisas que nós fizemos.

Corroborando com a fala de Eliane, sobre o esquecimento podemos trazer o posicionamento de Certeau (2011b, p. 146), onde ele aponta que “a memória permanece escondida em lugares expressivos, (...) até o instante que se revela no momento oportuno” e assim quando a entrevistada foi convidada contribuir com seu depoimento a mesma suspendeu a cortina que encobria suas lembranças. Em sua entrevista informa que o Movimento Negro de Cabo Frio conseguiu através de uma articulação política, criar o Serviço de Pesquisas das Culturas Negras, da qual ela também foi à primeira diretora em 1979.

Um serviço específico de pesquisa que existe até hoje sendo uma construção da militância com similaridade do existente na cidade Rio de Janeiro, o Projeto Zumbi. Ela fazia parte da direção e se candidatou à presidência do Movimento Cabofriense de Pesquisas das Culturas Negras, tornando-se, portanto, a primeira presidente mulher.

Nesse sentido, podemos trazer de novo para o debate a ideia do título do **Manifesto “Por que devemos lutar contra o racismo”**,¹⁰ onde cada um terá uma resposta própria, pois a experiência do racismo toca cada um de forma diferente, como nos disse Malcolm, **“os negros são humanos e não super-humanos, possuem defeitos e qualidades o racismo nos mobiliza de forma diferente, cada um tem uma história para contar, entretanto o que importa que a**

¹⁰ Manifesto do IPCN.

experiencia individual nos mobiliza para a luta antirracista que nos move coletivamente”.¹¹

Nos relatos de Eliane Helena ela vai trazer a lembrança do Sr. Francisco Rabelo: “a mobilização começa com ele. Quando o conheci. Fiquei apaixonado por ele”. Os anciões que faziam política em Cabo Frio.

Posteriormente, tive a informação de que ele era do Partido Comunista. Interessante notar que militantes do partido político estavam em diferentes cidades do país. Em Cabo Frio havia outros militantes como o Sr. Plínio Ferreira, pai da entrevistada Margareth Ferreira, que posteriormente migrou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1984.

Estas pessoas se conheciam, realizavam reuniões políticas assim como o relato de outros entrevistados, entre eles, Manoel Justino e João, Félix e eles eram articulados com outros membros como Abdias do Nascimento, para quem escreveram uma carta falando da situação do negro em Cabo Frio. Entre eles, destacam-se um homem do Partido Comunista e o ativista Hélio, que, mesmo debilitado, dedicou-se à formação política e à luta por mudanças. (Entrevista de Manoel Justino, Margareth Ferreira e Eliane Helena).

É compreensível a complexidade dessas experiências e a interseção entre lutas políticas e relações familiares e as tensões entre o ativismo e as preocupações familiares, especialmente durante períodos de repressão e violência.

Eliane relata que não participou do primeiro grupo de mulheres negras, por conta de não se sentir motivada, achou que naquele momento não era necessário.

Em Cabo Frio, um grupo de mulheres pretas emergiu, desafiando as convenções e lutando por seus direitos. O Acotirene, liderado por Flávia de Jesus, tornou-se o primeiro Coletivo feminino negro do município.

Eliane relata que: “a família de Flávia, com raízes profundas na Rua Francisco Mendes, enfrentou desafios em um cenário urbano em constante transformação”. Um verdadeiro Quilombo Ancestral, outrora espaçoso, agora se comprime entre prédios, no novo cenário da cidade. No entanto, essas mulheres continuam na luta mantendo viva a memória e a luta por igualdade.

¹¹ O panfleto citado foi utilizado nas ruas durante o evento que denominávamos “Ação do Negro”, nos locais de grande circulação como os calçadões no Centro do Rio, e bairros centrais como Madureira e Campo Grande, de grande presença da população negra, assim como os Municípios de Duque de Caxias e Niterói, estas ações eram realizadas, aos sábados na parte da manhã, por nós, militantes Yedo Ferreira, Amauri Mendes, Suzete Paiva, Aderaldo Pereira, Cecília Luiz e Azoilda Loreto, grupo gestor, e representações das cidades e ou bairros envolvidos (nota dos arquivos pessoais da autora)

Em sua reflexão sobre o fato de não participar do coletivo, declara: “Não, eu não fui também não, mas depois eu até entendi porque não senti necessidade, porque a gente ficava na maioria das vezes de secretária, fazendo algumas coisas que não eram as mesmas tarefas que os homens”. A nossa fala não tinha o mesmo peso do que a fala dos homens, então a discussão era essa, ou seja, os militantes homens também tinham práticas machistas. Na realidade, a tomada de consciência de cada um se dá no seu tempo, quando estas questões incomodam. Saffioti (1987) descreve que:

[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade. Nesta democracia coxa, ainda que o saldo negativo seja maior para as mulheres, também os homens continuarão a ter sua personalidade amputada. E vale a pena atentar para este fenômeno. Neste sentido, é preciso preocupar-se com as práticas machistas, levando em consideração que elas são prejudiciais não apenas para os homens, mas também para as mulheres, podendo causar danos, tais como violência, humilhação, discriminação, preconceito para ambos os gêneros (SAFFIOTI, 1987, p. 24).

A entrevista de Eliane é elucidativa mostrando que o machismo está em todos os lugares, mesmo naqueles em que se espera que já tenha havido uma mudança de posicionamento por serem homens militantes. Isso demonstra que precisamos incluir nessas lutas mais coletivas a denúncia sobre todas as formas de discriminação. Não se pode considerar natural que mulheres cuidem da casa enquanto os homens cuidam da política, da decisão sobre as coisas do mundo. A fala de Eliane mostra que a busca por autonomia é árdua, mas precisa ser feita. Relata também os avanços na política com o Serviço de Pesquisas das Culturas Negras de Cabo Frio e falou da formação do CENIERJ e da importância do mesmo para as cidades do interior como instrumento de luta.

4.3.8 Heliamar dos Reis: moradora do bairro Abissínia

Heliamar dos Reis começa seu relato com a informação de que vai morar no Bairro denominado Abissínia, que era conhecido por ser um local que possuía terra preta que transmitia bicho de pé. Em suas palavras: “E os cunhados do meu pai, os irmãos da minha mãe, reclamaram com ele: Pô, João, você vai comprar logo na Abissínia, lá só tem um bicho de pé”. Era uma terra preta, eu me lembro, eu tive um bicho de pé, porque não tinha asfalto, nada calçada, era tudo chão, batido, né?

Seu pai, João do Telefone, tem sua história relacionada à empresa de Telefonia do Estado, está vivo e muito referenciado, recentemente completou 108 anos, tem uma rua com seu nome na cidade, em face de articulação política do movimento negro de ampliar a participação de grupos subalternizados e, principalmente manter viva a memória e os feitos de nossos antepassados nomeando praças, ruas e edifícios históricos em honra a esses militantes. Prova disso é a história do Seu João que merece muitas homenagens.

Trago para a discussão a contribuição de Halbwachs (2013) sobre memórias coletivas que se faz a partir da memória individual, daquilo que foi vivido ou repassado por alguém e que diz respeito a um coletivo. Tudo que foi trazido por Heliamar diz respeito a um grupo e quando ela relembra o grupo ao ouvir ou ler pode complementar por também lembrar um fato fazendo disso um patrimônio para aquele grupo, se constituindo uma história oral que idealiza algo vivido no passado, mas que ao ser trazido para o presente, se torna algo relevante.

Em seu relato Heliamar afirma que: “a gente vai fazendo tipo uma colcha de retalho, né”? Das nossas histórias, das nossas memórias. A gente vai crescendo dentro de casa, a gente ouve o que a avó falava, a mãe falava. Então, isso vai construindo toda uma gama de memória que eu tenho até hoje, da minha tia, caçula, caçula da minha mãe, e que vai passando de geração para geração pela questão da criação.

O racismo era vivenciado cotidianamente nos diferentes pontos comerciais, onde existia fila para os negros, os brancos eram atendidos assim que solicitavam o produto. Porém, por conta da atividade laboral de seu pai, que era instalar telefones (um bem cobiçado pela elite) Heliamar teve bolsa para estudar em uma escola Sagrado Coração de Jesus que era tradicional e apenas a elite branca de Cabo Frio é que estudava lá. Essa escola existe até hoje e Heliamar era a única aluna negra da sua turma e na escola havia mais dois ou três estudantes negros.

Continuando seu depoimento, ela afirma que uma pauta presente na luta do Movimento Negro era o acesso a ter mais educação.

Afirmou ainda que está no movimento negro desde o começo como os outros entrevistados, “desde que eu me entendo por gente”, pois esta sempre foi uma preocupação de seu pai, andar de cabeça erguida, ser educado, se impor.”

Participar da formação do Movimento Negro Cabofriense foi um processo porque a gente estava em busca de trazer mais negros (as) para estarem se

familiarizando com a nossa temática, buscando conhecimento, que era isso que a gente queria na época, então eu fiquei responsável na formação dessa frente negra, cabofriense, “esses dias eu até achei papel, deve estar ali, porque eu tirei tudo aqui de dentro, que eu estou separando, se tiver alguma coisa histórica, eu vou fotografar tudo”.

Nós fazíamos eventos na “casa dos 500 anos”, que hoje não tem mais, era uma casa que era o local de eventos da prefeitura, a casa dos 500 anos, então nessa casa a gente se lembra, porque já se projetava naquela época:

“Quando Cabo Frio fosse completar 500 anos, por ser o local de encontros, de eventos, porque não tinha outros, a gente não tinha como estar em clubes, então a gente pedia à prefeitura para que a gente pudesse estar reunindo ali, quando a gente queria trazer alguém do Rio para palestrar, para falar alguma coisa, trazer novidades para a gente, então à gente ia ali para o Portinho, na casa dos 500 anos, que hoje nem existe, acho que não existe mais, acho que demoliram”.

Pergunto e hoje vocês saíram do movimento? Sua resposta foi: “nós continuamos no movimento negro, só que depois de uns anos, tipo, de 20 anos para cá, a gente foi tendo a própria instituição”.

Eu trabalhei aqui, trouxe do Rio para a cidade a Associação Beneficente Recreativa e Educativa Galpão da Cultura Negra. Como eu fiquei 8 anos à frente da instituição, eu falei, agora eu estou cansada. Alguém tem que assumir para aprender. E aí foi para a mão de um companheiro lá no segundo distrito. Não sei como é que está a instituição, porque não participei mais. E aí, hoje eu trabalho com o CETRAB (Centro de Tradições Afro-Brasileiras). O presidente nacional é o Babá Marcelo Monteiro, que é o esposo da Yá Dolores Lima.

Então quer dizer que a gente está sempre buscando uma instituição para que a gente possa estar à frente, desenvolvendo um trabalho em coletividade com outras, até em parceria mesmo. Eu gosto dessas formações, dessas parcerias.

Todos os entrevistados falaram da Semana Antônio Gonçalves Teixeira e Souza, um negro, que é considerado o primeiro romancista brasileiro, oriundo da cidade de Cabo Frio. A semana acontece na última semana de abril e realiza atividades articuladas com as Secretarias de: Educação, Cultura e Governo, sob a coordenação da Coordenadoria da Igualdade Racial.

A semana Teixeira e Souza está instituída por Lei Municipal 1106 de 15 de outubro de 1991. Posteriormente alterada em 2012, quando recebeu o número 2.619/2012 proposta pelo Vereador Valfredo, cujo apelido era Gordo, na época, o

único vereador negro na cidade. A Lei Estadual nº 6.290 de 2012 incluiu a Semana Teixeira e Sousa no calendário oficial de eventos do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe informar que Heliamar Reis tem uma importante participação na Secretaria de Educação da cidade, trabalhando a temática racial e a construção de uma consciência negra crítica.

Nesse sentido, o professor e pesquisador Amauri Pereira (2005) vai pontuar a importância da consciência negra para a luta, que está ligada ao processo de valorização das culturas de origem africana, assim como a promoção da autoestima de indivíduos e comunidades que são subalternizados e sujeitos ao impacto do racismo como afirma Muniz Sodré em uma entrevista no ano de 2020 para o Observatório da Sociedade Civil. Sodré diz que o racismo brasileiro tem duplo vínculo: você fala uma coisa e faz outra, criando então um afastamento por perceber que o outro existe e não é apenas você no universo. Muniz Sodré, Amauri Pereira, Heliamar e outros militantes onde me incluo acreditamos que “a saída é uma educação sensibilizadora que está fora do juízo antropológico, da argumentação, do discurso racional” (SODRÉ, 2020, n. p.).

4.3.9 Flávia de Jesus: moradora do centro de Cabo Frio

A entrevista com Flávia de Jesus explora suas memórias de infância e experiências familiares. Flávia nasceu na Passagem e se mudou para o Centro, na Rua Jorge Lossio aos cinco anos. Ela recorda que sua família era uma das poucas negras a morar na área, onde seu pai trabalhava como tintureiro. Ele lavava roupas de pessoas influentes e chegou a ter uma rua batizada com seu nome em homenagem.

Flávia também menciona as experiências de seus pais com o espiritismo kardecista e o papel da igreja na comunidade. Ela lembra que, mesmo sendo uma família negra, conseguiram acesso à educação e se destacaram na comunidade. A conversa também toca na questão das irmandades de negros e sua relação com a religião, mencionando a dificuldade em frequentar certas igrejas devido a preconceitos raciais.

Além de compartilhar memórias pessoais, Flávia reflete sobre a importância de preservar a história e cultura familiar e fala sobre suas próprias dificuldades com a ansiedade, e a importância de estar ativa e envolvida em atividades culturais e

comunitárias. Essa fala de Flávia no final da entrevista de compartilhar a questão da ansiedade conosco demonstra um processo de exclusão causado pelo racismo que coloca a mulher negra num lugar de solidão e desvalorização. Mas foi bom saber que Flávia está se cuidando, buscando construir relações de amizade saudáveis para reverter esse processo.

4.3.10 Margareth Ferreira: moradora do bairro São Cristóvão

Margareth inicia seu relato dizendo que vem de uma família de mercadores, de pessoas que trabalhavam com feira, e tem uma memória forte do trabalho com vendas. Que em sua família, todos são do mercado informal.

Afirma que seus pais sempre passaram firmeza na questão da compreensão do racismo e do preconceito e desde pequena ouvia seu pai falar a respeito da Lei Afonso Arinos (marco na luta antirracista de 1951).

Conta a história da avó paterna Julinda, costureira que casou e teve dois filhos, perdeu o marido cedo vítima de tuberculose. Reivindica vaga para os dois filhos na Escola Técnica da Bahia, através de uma carta escrita pela própria e enviada ao governador; e depois veio para o Rio de Janeiro com os dois filhos tentar a vida.

A mãe era de família de lavradores, foi trabalhar como empregada doméstica aos dez anos de idade. Lembra ainda que todas as tias foram empregadas domésticas.

A respeito de seu pai, teve oportunidade de morar na Cidade de Deus, mas não aceitou, disse que o local era junção de várias favelas, sem identidade única, “preferia ser um preto suburbano a ser um preto favelado”; acabou indo morar em Cabo Frio, se tornou técnico de televisão, o primeiro técnico de televisão de Cabo Frio. Criou os filhos falando sobre sua vida, por exemplo, ele escutava uma palavra diferente que os médicos falavam, uma palavra difícil, ele anotava, chegava em casa, mandava os filhos pegarem o dicionário, mandava procurar o significado, todos os dias liam duas ou três páginas do dicionário, tinham que andar com o livro na cabeça, “porque negro tem que andar de cabeça erguida, negro não olha procurando nada no chão, negro tem que falar alto, para as pessoas entenderem o que ele está falando, não pode falar para dentro, não pode falar mastigando, tem que ter discrição”.

A mãe passava roupa pra fora, o pai brigava, porque ela não precisava passar roupa para os brancos. Relata que a família mudou para Cabo Frio, para uma Vila de portugueses, eram os únicos negros fora da favela, à vila era organizada, mas sofriam muito racismo, por exemplo, todos compravam na caderneta do mercadinho, menos sua família, o próprio pai não admitia, vivia do comércio, porém era uma vida digna. Mas sentiam o racismo, seu irmão mais retinto, por exemplo, sofreu muito racismo, o chamavam de macaquinho.

Relata que sua mãe tinha uma estratégia de sobrevivência no mundo dos brancos, chegava ao local do emprego e perguntava, tem quarto de empregada? Tem dependências? E tem rádio, ela fazia reivindicação.

Seu pai lhe deu de presente o livro: “A Ilha”, livro sobre a Revolução Cubana, quando ela tinha 12 anos; sempre lhe abastecia de livros, livros de Florestan Fernandes, “O Negro da Sociedade Brasileira”.

O pai participava de reuniões políticas clandestinas, a família já tinha isso, na família da mãe, as pessoas não falavam sobre questão racial, mas ninguém casava com branco, só casavam preto com preto. Ressalta que a família da mãe é muito preta até hoje, é uma família que não se misturam com brancos, eles vivem numa bolha, uma rede de proteção de famílias pretas.

Relata que o pai junto com o movimento negro ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em Cabo Frio, porém a elite de Cabo Frio produziu um apagamento nessa história.

O pai era político, foi o primeiro negro candidato a prefeito em Cabo Frio, e discutiam essas questões do racismo, do preconceito racial, porque não se falava racismo, se falava preconceito racial. Acrescenta que sua preocupação é com a falta de afetividade entre os negros, que quando se politizam, esquecem-se da afetividade e entram no processo colonial que é da competição, disputa; não estabelecendo com isso um Pacto de Negritude. “Esse pacto de ceder a vez pro outro negro. Quando está na vez do outro negro porque tem um momento que é a sua vez de falar, mas tem um momento que é a minha, e tem um momento que é a sua vez de escutar e aplaudir o que eu estou falando. E tem um momento que vai... Então a gente tem que ter essa compreensão Isso é afetividade, é generosidade”.

Também relata que o movimento demorou em ter advogados, administradores, historiadores, pessoa das letras, que tomassem conta do acervo, então muita coisa foi perdida por que as pessoas também tinham mania de levar pra

casa pra não perder, as mulheres guardavam coisas em caixas de sapato, porém quando as pessoas se mudavam ou morriam o material se perdia.

Margareth, por exemplo, relata que teve dois tios fotógrafos da família do pai e da mãe, então teve muitos registros fotográficos, desde pequena, mas a grande maioria das famílias negras que conhece, não tem fotos. Lembra de também da tia Telvina, empregada doméstica, que era igual uma patroa, usava luvas, salto alto, meia fina, usava os vestidos e bolsas que ganhava da patroa, era impecável, segundo suas palavras chiquíssima, alta, esguia. E que sua mãe, assim como as tias maternas não permitiam que Margareth fizessem nada de serviços domésticos, porque seria doutora. E, de fato, tornou-se a primeira advogada da família, depois outros na família seguiram seu exemplo, por que é importante esse pioneirismo, e mais quatro se tornaram advogados.

Sobre a história política de Margareth ela relata que um dia o pai lhe telefonou, convidando para ir até Arraial do Cabo, para apoiar o candidato a deputado federal Caó, que ela já conhecia. Sob a instrução do pai, ela procura o coordenador da campanha, Antônio Carlos Bonfim e conhece Maria de Lourdes Ribeiro. Ela panfleta, e como se diz, veste a camisa na campanha. Em 10 de Fevereiro, dia do aniversário do pai, Brizola se elegeu.

Mas, ela relata que seu pai perdeu a liderança do Diretório do PDT de Cabo Frio graças a uma manobra política desonesta de outro colega de dentro do próprio partido. Considera que houve um viés racista. Seu pai ficou muito decepcionado e saiu do partido, mesmo com os pedidos do próprio Brizola para continuar.

“E esse pessoal era a elite de Cabo Frio que se apossou do partido e até hoje eles ficaram com o partido”.

Margareth também era do Coletivo de Mulheres Negras, porém teve um aborrecimento com outra colega do coletivo que inseriu seu companheiro e filhos homens no Coletivo, então nesse momento, Margareth deixa de atuar e vai para outros lugares.

Pereira (2005) no artigo “Escola — espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra” discorre sobre a importância da educação na construção desta consciência enfatizando a importância de estudar “o presente, buscando tocar o lado de cá do futuro” (PEREIRA, 2005, p. 36).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho parte do conceito de memória, cidades, religiosidade, disputas do movimento negro da cidade de Cabo Frio com apoio em autores que utilizam esta temática para produzir conhecimento desse espaço.

A intenção é construir narrativas e olhares sobre a história que incluam a participação da população negra no município de Cabo Frio. Para isso, discuto ações de cunho antirracistas que pretendem contemplar nosso passado, presente na construção de um futuro. Também evidencio movimentos que buscam sair de um lugar historicamente marcado pela invisibilidade e/ou de silenciamentos.

Foi-nos apresentada uma cidade com uma população majoritariamente negra, e a presença de sete Quilombos, constituindo o maior quantitativo de quilombolas dentro do Estado do Rio de Janeiro, um Movimento Negro atuante, e com uma participação política conhecida e reconhecida, ou seja, com representatividade.

Reconhecer a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira é fundamental. Os quilombos e quilombolas são parte dessa parcela que contribui nesse processo. Isto porque a forma de preservação dos costumes, o respeito à natureza e a preocupação com o meio ambiente, o espírito de comunidade, o compartilhamento e trocas entre quilombolas e pessoas externas ao local fazendo ecoar as vozes daquele território ao mesmo tempo em que revela o racismo presente diariamente na vida dessas pessoas, tentando eliminá-las através da invisibilidade a qual estão sendo submetidas.

Sendo assim, cabe ressaltar alguns pontos que os depoimentos coletados de membros da comunidade, líderes do movimento negro e moradores locais reforçam a relevância desses territórios. Os testemunhos destacam temas recorrentes, como a luta contra a discriminação, a valorização da cultura afro-brasileira e a resistência histórica da comunidade negra. Esses relatos pessoais contribuem para a compreensão dos territórios de memória, e contam a resiliência e a persistência das tradições culturais na formação da identidade coletiva da comunidade.

No entanto, a preservação desses territórios enfrenta desafios que necessitam de políticas públicas mais robustas e recursos adequados. E isso por segurança pública que proteja a vida da juventude negra, políticas de habitação, saúde, cultura, assistência social e educação na cidade e de preservação nos territórios indígenas e quilombolas. As intersecções entre memória, cidade e

movimento negro evidenciam a necessidade de uma abordagem inclusiva no planejamento urbano, garantindo que a memória negra tenha o reconhecimento de sua contribuição devidamente valorizado no espaço público.

A importância da memória individual e coletiva é enfatizada durante a entrevista realizada com o conjunto dos entrevistados no sentido da luta contra o racismo. As narrativas dos entrevistados, em especial, as de mulheres negras, demonstram a força da ancestralidade e a importância de resgatar e preservar a história e a cultura afro-brasileira.

A riqueza e a complexidade das sociabilidades negras também são apontadas no percurso das entrevistas que através dos relatos, podemos traçar um panorama de como a comunidade negra se organiza em torno do trabalho, da cultura e da luta antirracista, tecendo redes de apoio, resistindo à opressão e buscando preservar sua história e identidade.

O trabalho, seja no campo ou na cidade, se mostra como um eixo central na vida da comunidade negra. As entrevistas mostram tanto o conhecimento ancestral ligado à agricultura, como as dificuldades e estratégias de sobrevivência no trabalho urbano. A cultura emerge como um espaço fundamental de sociabilidade, resistência e preservação da identidade. As festas religiosas, como a de Santo Inácio e a de Nossa Senhora dos Navegantes, se mostram como momentos de celebração, união e fortalecimento dos laços comunitários. As escolas de samba, por sua vez, surgem como um espaço de expressão da cultura negra, de organização coletiva e de afirmação identitária.

A luta antirracista perpassa todas as esferas da vida social, desde as estratégias de sobrevivência no trabalho até a organização política. A criação do Movimento Negro de Cabo Frio, a eleição do primeiro vereador negro, a luta por políticas públicas e a denúncia constante do racismo são exemplos da força e da persistência da comunidade negra na busca por igualdade e justiça social.

Em relação aos desafios e perspectivas para o futuro, apesar das conquistas, as entrevistas também revelam os desafios que persistem: a falta de apoio político para projetos importantes, como o Circuito Cultural Quilombola, a perda de acervos históricos, a persistência de práticas machistas dentro do próprio movimento negro e o descaso com patrimônios históricos da comunidade negra, como a Igreja de São Benedito, são obstáculos a serem superados.

Para garantir a continuidade da luta e a preservação da memória e da identidade negra em Cabo Frio, é fundamental:

- fortalecer a organização política da comunidade negra, buscando maior representatividade nos espaços de poder e pressionando por políticas públicas eficazes de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial;
- investir na preservação da memória, apoiando iniciativas de registro e documentação da história da comunidade negra e garantindo a proteção de seus patrimônios históricos e culturais;
- combater o machismo e outras formas de opressão dentro do próprio movimento negro, construindo espaços mais inclusivos e igualitários que valorizem a diversidade e o protagonismo de todos os seus membros;
- promover a educação antirracista, sensibilizando a sociedade para a questão racial e combatendo os estereótipos e preconceitos que alimentam o racismo.

As entrevistas analisadas nos convidam a refletir sobre a importância das sociabilidades negras na construção de uma sociedade sem racismo.

Através do trabalho, da cultura e da luta antirracista, a comunidade negra de Cabo Frio continua a escrever sua história, resistindo à opressão e buscando um futuro onde a igualdade racial seja uma realidade para todos.

Saliento que, nesse processo de luta a presença de corpos negros enquanto sujeitos produtores de saber e de conhecimento, ou seja, que estão baseados em outra epistemologia e em uma cosmogonia ancorada em outro sentido, diferente de uma história do postulado de uma história única (KILOMBA, 2019).

Dessa maneira, o trabalho colabora para que não acatemos o aniquilamento promovido pela normatividade imposta pela branquitude que tira o direito à vida. Com isso, tem o sentido de um trabalho em defesa do respeito ao lugar de fala, do acesso a todos os lugares por todas as pessoas, tornando-nos visíveis.

O processo de produção baseia-se na tríade militância, espaço urbano e academia, assim conto uma história que precisa vir à tona, resgatada através da memória e da ancestralidade como instrumentos e na dimensão essencial para que fique grafada nos territórios da memória, como os territórios negros de celebração da cultura negra.

Destaca-se ainda a militância na cidade de Cabo Frio desde longa data, registrada pela presença dos quilombos citados, assim como pelo acompanhamento na organização da população negra no Movimento Cabofriense das Culturas Negras, fundado em abril de 1984. Também tendo vínculo com manifestações representativas da Liga das Escolas de Samba, sou reconhecida como integrante deste panteão cultural pertencente ao nosso legado para a sociedade, que é o samba. Os argumentos aqui utilizados foram ampliados com o material das entrevistas.

A participação de negros cabofrienses na organização, manutenção e mobilização da criação do Conselho de Entidades do Interior do Rio de Janeiro (CENIERJ), em torno do quais militantes cabo-frienses assumem liderança.

Esta pesquisa pretende contribuir com a luta e a organização do movimento negro da cidade. Para tanto, parafraseando Emanuel Dongala (1974), autor de *Um fuzil na mão e um poema no bolso*, nossa arma foi identificar o que já existe de mapeamento dos “territórios negros” da cidade em forma de uma cartografia social em que estejam sinalizados nos mapas da cidade, como locais de memória. Entendemos que é preciso continuar, pois existe uma riqueza cultural a ser explorada resgatando a histórias de resistência nessa cidade.

Abordei principalmente com as entrevistas o apagamento da história do negro na cidade, mas encontramos muitos (as) griot’s que tem agora seu relato registrado nessa dissertação. Sabemos que ainda existem lacunas, pouca ou nenhuma foto para corroborar com o que falamos sobre as mulheres em Cabo Frio, mas também estou animada para continuar a pesquisa. O povo preto não ficará invisível, pois como nos disse Azoilda Loreto “a invisibilidade é a morte em vida”.

Dentre os registros tem as irmãs Conceição da Silva, moradoras do bairro Cruz, interior de São Pedro da Aldeia que são originárias de Iguaba Grande, mas foram expulsas de suas terras. A história delas tornou-se um filme chamado “Ibiri, tua boca fala por nós” em 2009. Esse curta- metragem ganhou vários prêmios e rodou o mundo. Foi produzido historiadora Nilma Teixeira Accioli. Outro registro importante é o filme bairro da Rasa — Búzios (RJ) - História Quilombola (2008) que trata da importância do Quilombo da Rasa pelo olhar de Dona Uia, filha de escravos, falecida em 2020, relatava detalhes da história e da cultural local, da vida nas antigas fazendas, a formação dos quilombos, a conquista das terras, tradições folclóricas, a cultura alimentar e o dia-a-dia da comunidade quilombola da Rasa.

Outra obra importante é o curta-documentário "Quilombolas de Búzios e suas memórias" (2015) busca mostrar a história dos Quilombos de Búzios através das suas lembranças de um tempo onde foram expulsos de suas terras, e da luta para poder recuperar o seu território e fortalecer sua cultura.

A descoberta desses documentários mostra a luta empreendida pelas mulheres negras desde a escravização desempenhando um papel fundamental na resistência à opressão. Nas histórias elas só aparecem como as escravas de ganho vendendo alimento e doces nas ruas dos centros urbanos. Mas o que poucas vezes se fala é que através desse trabalho essas mulheres utilizavam os lucros de seus negócios para comprar a alforria de parentes escravizados, desafiando assim o sistema escravocrata de forma econômica e socialmente significativa. E isso ocorre até os dias atuais quando precisam sustentar seus filhos sem ajuda.

A história também precisa falar da importância da mulher negra na continuidade da religiosidade de matriz africana no Brasil como poder máximo de um espaço religioso. Até hoje essas mulheres enfrentam com sua força ancestral o racismo religiosos que destrói seus espaços de louvação aos orixás. As dificuldades no acesso a educação e saúde são comprovados pelos índices de mortalidade materna e insegurança alimentar. São as mulheres negras que continuam sendo maioria no trabalho doméstico e não tem todos os direitos garantidos como as demais trabalhadoras de outros setores.

Nesse sentido, é essencial reconhecer a importância das mulheres negras que desempenharam e continuam a desempenhar um papel vital na luta por direitos, reconhecimento e igualdade. São exemplos inspiradores de força e resiliência as histórias de Enedina Marques (primeira engenheira negra); Clementina de Jesus; Maria Firmina dos Reis (primeira escritora negra); Carolina Maria de Jesus; Conceição Evaristo; Sueli Carneiro e Mãe Estela de Oxóssi, Mãe Menininha de Gantois e Tia Ciata, apenas para citar algumas. A luta pela igualdade de gênero e racial está longe de terminar e é nosso dever continuar a lutar por uma sociedade que reconheça plenamente as contribuições e conquistas das mulheres negras.

O trabalho, seja no campo ou na cidade, se mostra como um eixo central na vida da comunidade negra. As entrevistas mostram tanto o conhecimento ancestral ligado à agricultura, como as dificuldades e estratégias de sobrevivência no trabalho urbano. A figura do Sr. Genildo, com seu saber ancestral sobre as ervas medicinais

e o apego a terra, contrasta com a experiência do Sr. João, marcada pela exploração e a necessidade de luta por condições justas.

A cultura emerge como um espaço fundamental de sociabilidade, resistência e preservação da identidade. As festas religiosas, como a de Santo Inácio e a de Nossa Senhora dos Navegantes, se mostram como momentos de celebração, união e fortalecimento dos laços comunitários. As escolas de samba, por sua vez, surgem como um espaço de expressão da cultura negra, de organização coletiva e de afirmação identitária.

A luta antirracista perpassa todas as esferas da vida social, desde as estratégias de sobrevivência no trabalho até a organização política. A criação do Movimento Negro de Cabo Frio, a eleição do primeiro vereador negro, a luta por políticas públicas e a denúncia constante do racismo são exemplos da força e da persistência da comunidade negra na busca por igualdade e justiça social mostrando a importância de:

- fortalecer a organização política da comunidade negra, buscando maior representatividade nos espaços de poder e pressionando por políticas públicas eficazes de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial;
- investir na preservação da memória, apoiando iniciativas de registro e documentação da história da comunidade negra e garantindo a proteção de seus patrimônios históricos e culturais;
- combater o machismo e outras formas de opressão dentro do próprio movimento negro, construindo espaços mais inclusivos e igualitários que valorizem a diversidade e o protagonismo de todos os seus membros;
- promover a educação antirracista, sensibilizando a sociedade para a questão racial e combatendo os estereótipos e preconceitos que alimentam o racismo.

As entrevistas analisadas nos convidam a refletir sobre a importância das sociabilidades negras na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através do trabalho, da cultura e da luta antirracista, a comunidade negra de Cabo Frio continua a escrever sua história, resistindo à opressão e buscando um futuro onde a igualdade racial seja uma realidade para todos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, N. T. Desembarque de memórias. Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos e Flávio Gomes. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 13, n. 35, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1194/1069>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ACCIOLI, N. T. Tráfico, escravidão e memória: comunidades negras remanescentes e a engrenagem do tráfico de escravizados no antigo Cabo Frio. In: BARRETO JR., I. M. B. (org.). **Cabo Frio revisitado: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo**. Cabo Frio: Sophia Editora, 2020.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. 4. reimpr. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ALVAREZ, S. E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 383-426.

ALVAREZ, S. E. Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-285, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais**. Brasília, DF: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (org.). **Escravidão e luta pela liberdade no Rio de Janeiro: histórias, arquivos e patrimônio**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204430/4304914/MEL_revista_201203.pdf. Acesso em: 13 mar.2024.

AUGÉ, M. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Graus, 2006.

BARBOSA, D. S. **A cor da devoção**: entre espaços e identidades na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro do século XVIII. 2020. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/arquivos/DIEGOSANTOSBARBOSAPPGHUNIRIOD.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BARRETO JR., I. M. B. (org.). **Cabo Frio revisitado**: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo. Cabo Frio: Sophia Editora, 2020.

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia**: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 10. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 123-128.

BERKENBROCK, V. J. **A experiência dos orixás**: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé. 4. ed. Petrópolis: Vozes: CID, 2012.

BERNARDO, L. D.; TOZATTO, A. Racismo e saúde mental da população negra no Brasil: notas para uma psicologia contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 12, p. 436-459, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7990/3161>. Acesso em: 10 set. 2023.

BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BEZERRA, A. S. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Brasil: identidade e diferença cultural. **Projeto História**, São Paulo, v. 51, p. 119-138, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/19132/19300>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BORGES, R. Fabulação Crítica e narrativa da diáspora em Saidiya Hartman. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Narrativas do Século XXI**: Grupo de Pesquisa Leituras Contemporâneas, Salvador, 2020. Curso

BOSCHI, C. C. Confraternidades negras na América portuguesa dos Setecentos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 211-233, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Qw4sdR6yrvtH4JXZTgTTcBt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRANCO, R. Ponte Feliciano Sodré: o caminho que integra Cabo Frio há quase um século. **Folha dos Lagos**, Cabo Frio, 13 dez. 2020. Disponível em: <https://www.folhadoslagos.com/geral/ponte-feliciano-sodre-o-caminho-que-integracabo-frio-ha-quase-um/15656/>. Acesso em: 20 set. 2023.

CALDEIRA, C. Theoquilombism: black theology between political theology and theology of inculturation. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 53, n. 1, p. 137-159, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/QF8rbNk8FC8kkS6ZxvnphBS/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARDOSO, M. A. **O movimento negro em Belo Horizonte**: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

CARLOS, A. F. A. A segregação como fundamento da crise urbana. *In*: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 47-56.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não lugar. *In*: YAZIGI, E. A.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-54.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. Gênero e raça na sociedade brasileira. *In*: CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 153-185.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CHAUÍ, M. S. de. Os trabalhos da memória. *In*: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. T. A. Queiroz. São Paulo: 1979. p. XVII-XXXII.

CHRISTÓVÃO, J. H. O. **Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011. Disponível em: <https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Joao-Christovao.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CONCEIÇÃO, J. S. **Duas metades, uma existência: produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e no Culto de Babá Egun**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3314/1/Joanice%20Santos%20Conceicao.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 164-176, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/g9K3wSLyhKn88LXn3GgJDvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

DONGALA, E. **Um fuzil na mão, um poema no bolso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

DUARTE, C. F. Jogos Olímpicos Rio-2016: a democratização da gestão pública do espaço urbano como um legado (possível/impossível) a ser conquistado pela população da cidade. **Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 895(16), 5 nov. 2010. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-16.htm>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ENGEMANN, C.; AMANTINO, M. A Fazenda Campos Novos e sua história – séculos XVII e XVIII. ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2010. p. 1-9. Disponível em: https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276191032_ARQUIVO_Fazenda+de+Campos+Novos.pdf. Acesso em: 20 out. de 2024.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, C. **Posse de Conceição Evaristo**: Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2022. 1 vídeo (135 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tJa20w4wRjc&t=4s>. Acesso em: 1 set. 2023.

FERNANDES, R. **História da matriz histórica**. Cabo Frio: Foco Letras, 2023.

FERREIRA, D. S. Memória, trabalho e identidade: trajetórias de vida de mulheres idosas dos quilombos Botafogo e Caveira na Região dos Lagos (RJ). **História Oral**, Niterói, v. 24, n. 1, p. 107-125, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1131/106106106268>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVmlfcphHtFr7WCNPgpGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

FONSECA, D. J. O fazer científico e o conhecimento africano: pistas e esboços: um breve diálogo, mas necessário. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 36, p. 7-31, mar./maio 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1251/1127>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONSECA, R. C. V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133/17537>. Acesso em: 13 set. 2023.

GONÇALVES, L. F. O. Reestruturação urbana e segregação socioespacial em cidades médias: o caso de Cabo Frio-RJ. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 14., 2015, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: UFC, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_FJH8ikGCJtSndUZGMzdl9xMUE/view. Acesso em: 1 set. 2023.

GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 871, p. 8-10, 1986. Entrevista concedida a Mara Teresa e Jaguar. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=29762>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GONZALEZ, L. Mulher negra. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Guerreiras de natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. *In*: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1983. (Ciências Sociais Hoje, 2.).

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 7. reimpr. São Paulo: Centauro, 2013.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-13. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/28903501/sobre-escravos-e-escravizados-percursos-discursivos-da-iel>. Acesso em: 10 out. 2023.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, b. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IPHAN. **Proposta de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

KABASÉLÉ, F. Christ as ancestor and elder brother. *In*: SCHREITER, R. J. (ed.). **Faces of Jesus in Africa**. New York: Orbis Books, 1991, p. 116- 126.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEFÈBVRE, H. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSA, L. F. **Senhora do cajado**: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. 2005. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6_senhoras_do_cajado_um_estudo_sobre_a_irmandade_da_boa_morte_de_sao_goncalo_dos_campos.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/LY8JzHPGjwqBrvdPp7Qxr5t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

LOWENTHAL, D. Técnica: como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>. Acesso em: 10 set. 2023

MAGALHÃES, G.P; MORAES, A. O. **Processo evolutivo pastoral das irmandades nas Igrejas do Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Teologia PUC-Rio, 2015. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ctch/TEO/TEO-Geysa%20Pereira.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

MALERBA, J.; HEYNEMANN, C. B.; RAINHO, M. C. T. (org.). **Festas Chilenas: sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

MAPA de Cabo Frio. **Cidade-Brasil**. Saint-Chamond, 2025. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-cabo-frio.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARX, K. **O capital**: volume I. Coimbra: Centelha, 1974.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. 3 ed. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral**: para empresa, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELO, E. S. O. Gênese da urbanização turística em Cabo Frio (1950-1978). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUR, 2011. p. 1-21. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/799/784>. Acesso em: 20 set. 2023.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499/4751>. Acesso em: 10 set. 2023.

MOURA, R. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. São Paulo: Todavia, 2022 [Originalmente lançado em 1983].

AS MULHERES do Nzinga com a cara e a coragem. **Nzinga Informativo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 1, jul./ago. 1988.

MULLER, L. S. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2002.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: um conceito emergente do processo históricocultural da população afro-brasileira. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218.

NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 71-91.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, E. L.; GÁ, Luiz Carlos (org.). **Andikra**: sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NAZARIO, G. **Revolta do cachimbo**: a luta pela terra no Quilombo da Caveira. Cabo Frio: Sophia, 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, A. J. M. **Devoção negra**: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

OLIVEIRA, C. **Estudo da política de assistência na zona oeste do Rio de Janeiro**: Santa Cruz, verso e reverso. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

OLIVEIRA, C. **A ideologia racial na prisão**. 1984. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

OLIVEIRA, L. D.; RAMÃO, F. S.; MASCARENHAS, G. Urbanização turística e produção do espaço na cidade de Cabo Frio – RJ: um balanço crítico (1997-2018). **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 16, n. 2, p. 15-28, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/45750/34170>. Acesso em: 6 nov. 2024.

OLIVEIRA, O. M.; OLIVEIRA, R. M. Comunidade Quilombola Córrego do Alexandre – ES: território de saberes e tradições festivas. **Guarimã: Revista de Antropologia e Política do PPGCS**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 57-92, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/guarima/article/view/2644/2505>. Acesso em: 21 fev. 2024.

OLIVEIRA, S. Cachoeira (BA): Irmandade da Boa Morte. **Infonet**, Aracajú, 9 abr. 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/cachoeira-ba-irmandade-da-boa-morte/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PAIVA, A. L. S. **Os fios do trançado**: um estudo antropológico sobre as práticas e as representações religiosas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro. 2009. 266f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/AndreaLuciaDaSilvaDePaiva.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

PAULA, D.; SCHWARCZ, L. M. **Dalton Paula**: o sequestrador de almas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, A. L. Para além do pensamento social hegemônico: Abdias do Nascimento e a condição afro-brasileira. **Revista Thema**, Pelotas, v. 8, p. 1-18, 2011. Número Especial. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/104/45>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PEREIRA, A. M. Conjuntura nacional e luta contra o racismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 222, p. 188-2012, maio/jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52578/751375150168>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, A. M. “Deu samba”: o CEAA e a militância política-acadêmica na luta contra o racismo no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 66, p. 552-581, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/47231>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PEREIRA, A. M. Escola: espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, J. (org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 35-48. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, A. M. **Trajetória e perspectivas do movimento negro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 10 set. 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10 set. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521/8721>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As minas e os gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, Montes Claros, v. 3, n. 2, p. 3-25, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/4072/4186>. Acesso em: 16 mar. 2024.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad-razionalidad**. In: BONILLO, H. (comp.). **Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências-sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

QUIJANO, A. Espaço, território e territorialidade: meio ambiente e planejamento. **Sociedade e Espaço**, Brasília, DF, v. 30, p. 121-141, 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 141-147, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/38992/27240>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RASCHE, K. L. **“Divertem-se então à sua maneira”**: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940). 2013. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12774/1/Karla%20Leandro%20Rascke.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, J. J. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 392.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, K. O futuro é ancestral. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 19 nov. 2020a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, K. Katiúscia Ribeiro: o apagamento do conhecimento africano é o alicerce do racismo, veio antes da bala e das correntes. **Sul 21**, Porto Alegre, 21 nov. 2020b. Entrevista concedida a Luís Gomes. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2020/11/katiuscia-ribeiro-o-apagamento-do-conhecimento-africano-e-o-alicerce-do-racismo-veio-antes-da-bala-e-das-correntes/>. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 2. sem. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>. Acesso em: 15 fev. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 8.105 de 20 de setembro de 2018**. Cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e incentiva a criação de circuitos que abranjam os caminhos da diáspora africana pelo estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/2c1212c77d8fa200832582fd0058efd5?OpenDocument&Highlight=0,8105>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 34.803 de 29 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a criação do circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana e o grupo de trabalho curatorial do projeto urbanístico, arquitetônico e museológico do circuito. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2011/3480/34803/decreto-n-34803-2011-dispoe-sobre-a-criacao-docircuito-historico-e-arqueologico-de-celebracao-da-heranca-africana-e-o-grupo-detrabalho-curatorial-do-projeto-urbanistico-arquitetonico-e-museologico-do-circuito>. Acesso em 10 set. 2024.

RIOS, F. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile, a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EdUSP, FAPESP, 2017. p. 227-253.

ROCHA, J. G. **Teologia e negritude**: um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros. Santa Maria: Pallotti, 1998.

RODRIGUES, R. Pequena África, joia do Rio, pode ter proteção da lei. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 maio 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joiado-rio-pode-ter-protecao-da-lei-23694595>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 2007a.

ROLNIK, S. Desentranhando futuros. **ComCiência**, Campinas, n. 99, 2008a.

ROLNIK, R. **É possível uma política urbana contra a exclusão?** In: ROLNIK, R. Blog da Raquel Rolnik, São Paulo, 19 ago. 2008b. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/politicaurbanacontraexclusao.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. N. (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico raciais**: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b. p. 75-90.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, L.; MIRANDA, M. S. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. Outras Leituras sobre o problema. **Problemata**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2019, p. 229-242. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49125/28627>. Acesso em: 12 mar. 2024

SALLES, F. T. de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTOS, B. S. Epistemologías del Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**, Maracaibo, año 16, n. 54, p. 17-39, jul./sept. 2011. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/utopia/article/view/3429/3428>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 23-73.

SANTOS, B. S. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. (org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, E. C. M. **Griot digital**: ressignificando a ancestralidade afro-brasileira na educação. 2020. Tese. 328f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16022021-110956/publico/ELAINE_CRISTINA_MORAES_SANTOS_rev.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, J. R. **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: MinC, Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2014 [Originalmente lançado em 1985].

SANTOS, M. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. *In*: SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 49-59.

SANTOS, M. As exclusões da globalização: pobres e negros. **Revista Thoth**, Brasília, DF, n. 4, p. 147-160, 1998. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-4.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

SANTOS, M. O intelectual e a universidade estagnada. São Paulo: **Revista Adusp**, São Paulo, n. 11, p. 16-20, out. 1997. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/11/r11a03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, M. **Lugar e valor do indivíduo**. *In*: SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2007 p. 161-175. [Originalmente lançado em 1987].

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012 [Originalmente lançado em 1996].

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, M. M. As irmandades negras na encruzilhada do “sincretismo”: leituras sobre o Catolicismo e as religiosidades afro-baianas nos séculos XIX e XX. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, DF, n. 36, p. 9-28, jan./jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31701/26473>. Acesso em: 13 set. 2023.

SANTOS, R. E. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. *et al.* (org.). **Territórios negros**: patrimônio e educação na Pequena África. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 214-29. Disponível em: https://territoriosnegros.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/05/Digital_Territorios-Negros-Patrimonio-e-Educacao-na-Pequena-Africa.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

SANTOS, R. E. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 200-224, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7877/5869>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SCHWARCZ, L. M. Maiorias minorizadas: a democracia no Brasil como 'male-ntendido'. **Nexo**, São Paulo, 7 set, 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/maiorias-minorizadas-a-democracia-no-brasil-como-mal-entendido>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, A. L. F. Memória de um território negro na Pequena África. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 15., 2023, Palmas. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. p. 1-10. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93865>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVA, J. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. (org.). **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-40.

SILVA, J.; PEREIRA, A. M. (org.). **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SILVA, M. B. M. N. (org.) **Brasil**: colonização, escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SILVA, M. H.; FRATUCCI, A. C. Turistificação nos bairros da Gamboa e da Saúde, Rio de Janeiro: percepção dos moradores como sujeito coletivo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 16, p. 1-15, 2022. Disponível: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2370/1504>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, M. L. Prefácio a esta edição. *In*: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 9-21.

SIMONE, A. The black city? **International Journal of urban and regional research**, Oxford, 2017. Disponível em: <https://www.ijurr.org/spotlight-on/race-justice-and-the-city/the-black-city/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SIMONE, A. Entrevista com AbdouMaliq Simone. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 220-230, 2019. Entrevista concedida a Scott Salmon. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27418/pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

SIMONE, A. **Vida na cidade de Jacarta a Dacar**: movimentos na encruzilhada. New York: Routledge, 2010.

SIMONE, S. R. A importância da memória no processo de reinvenção da identidade e territorialidade quilombola. **Revista Geográfica de América Central**, San Rafael, v. 2, n. 47E, p. 1-13, jul./dic. 2011.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: Maricato, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p. 21- 36.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUSA JÚNIOR, J. P. Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_9767a0e5c338bf5642cde9bff23d3a10.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUSA JÚNIOR, V. C. **Orixás, santos e festas**: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador. Salvador: EdUNEB, 2003.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SWEET, J. H. **Recriar África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

TEIXEIRA, E. B. Análise de dados na pesquisa científica importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. Acesso em: 16 mar. 2024.

TRINDADE, A. Valores e referências afro-brasileiras. *In*: BRANDÃO, A. P. (coord.). **Saberes e fazeres**: v. 3: modos de interagir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p. 17-80.

TRINDADE, A. L. **O racismo no cotidiano escolar**. 1994. 248f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/142dc6b2-f60d-4c99-8a37-f450b5ad4d29/content>. Acesso em: 21 fev. 2024.

VIANA, L. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

VIEIRA, D. M. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177570/001065835.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 out. 2024.

WERNECK, Marcio. Bairro da Passagem e Igreja de São Benedito. **Acervo Marcio Werneck**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.acervomarciowerneck.com.br/artigos/cabo-frio/patrimonio-historico/bairro-da-passagem-e-igreja-de-sao-benedito>. Acesso em: 10 jun. 2024.